

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**CUBA E BRASIL: PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO**

Daniela do Valle de Carvalho Prudente

Orientador: Prof.º Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Dissertação de Mestrado

Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural

Área de concentração: Antropologia

Goiânia, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

CUBA E BRASIL: PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Goiás e ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), para obtenção do título de mestre em Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: **Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos**

Goiânia, 2009.

Daniela do Valle de Carvalho Prudente

**CUBA E BRASIL: PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO**

Dissertação defendida em 03 de agosto de 2009, no IGPA da
Universidade Católica de Goiás.
Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^o. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof^a. Dr^a. Izabela Maria Tamasso
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT

Prof^o. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos
Universidade Católica de Goiás – UCG
Orientador

Para 'Feio'
Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente do IGPA, na pessoa do Professor Manuel Ferreira Lima Filho, pelo excelente curso de mestrado ministrado, no qual pude encontrar a paixão pela Antropologia; agradeço ao meu orientador, Benedito Rodrigues dos Santos, pelos sábios comentários, paciência de ler meus textos inexperientes, pela grande ajuda em me fazer alcançar um pouco mais de experiência e pela coragem de ousar comigo uma viagem a Cuba; ao Subdiretor do Centro Provincial do Patrimônio Cultural de Cienfuegos, Cuba, David Soler, pelas horas de conversa sem as quais este trabalho não seria possível; ao José Vazquez Rodríguez, Diretor de Relações Internacionais do Colegio San Gerónimo da 'Universidad de La Habana', Cuba, pela entrevista esclarecedora; ao Prof. Dr. Carlos Caroso, Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA, Salvador, pela grande dedicação e acolhimento; ao Diretor do IPAC, Sr. Frederico Mendonça, pela entrevista de última hora; à Auana Rúbio, Assessora de Comunicação do ER/CAS, em Salvador, pela 'palestra' sobre a atual gestão no Pelourinho; à minha companheira de viagem, Claudia Melissa, cuja presença fez minha pesquisa em Cuba tão proveitosa; à Albertina Vicentini, pelas cuidadosas revisões; aos meus colegas, professores e funcionários do IGPA, pela amizade nascida nas discussões inteligentes dentro e fora da sala de aula; à Rejane, pela paciência nas intermináveis ligações e pedidos; ao Alexandre, pelo carinho, amor e pelo escritório; à Lu, pelo interesse e bons conselhos; à Paula, pelas 'consultorias' em assuntos jurídicos; à minha família, amigos e alunos que estiveram sempre me dando suporte nos momentos de tensão. Muito obrigada a todos.

"O passado é lição para se meditar, não para se reproduzir."

Mário de Andrade

"Revolución es vencer los obstáculos y dar soluciones a los problemas en el momento preciso."

Fidel Castro

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma perspectiva comparativa das trajetórias históricas de constituição da patrimonialização de bens culturais como um campo específico no conjunto das políticas culturais de Cuba e do Brasil. A pesquisa ganha os contornos de estudo de caso quando descreve as trajetórias de patrimonialização dos centros históricos de Havana Velha e do Pelourinho. O argumento central é que, embora as políticas de organismos internacionais, como a UNESCO, terminem por gerar formas de concepção de gestão semelhantes, o contexto local pode imprimir conotações específicas tanto nas trajetórias quanto nas formas de gestão. Chama a atenção, no caso de Havana Velha, a função social dada aos bens patrimonializados pelo regime comunista em vigência no país por mais de meio século.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Cuba, Brasil, Havana Velha e Pelourinho.

ABSTRACT

This dissertation presents a comparative perspective of the historical trajectories of constitution of the patrimonialization of cultural goods as a specific field in the set of the cultural politics in Cuba and Brazil. The research gains the contours of case study when it describes the trajectories of patrimonialization of the historical centers of Old Havana and Pelourinho. The central argument is that even if the politics of international organisms as UNESCO end up generating forms of similar conception of management, the local context can in such a way print specific connotations in the trajectories as well as in the management forms. The Old Havana case calls the attention to the social function given to the patrimonialized goods in the communist regimen present in the country for more than half century.

Word-key: Cultural Heritage, Public Politics, Cuba, Brazil, Old Havana and Pelourinho.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Listas de Figuras	10
Listas de Siglas	11
Introdução	13
CAP.1. A POLÍTICA OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL CUBANO	
1.1. O Patrimônio Cultural Cubano e a Constituição de um Campo	28
1.2. Cronologia dos Acontecimentos, Legislações e Políticas	34
CAP. 2. A POLÍTICA OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	
2.1. O Patrimônio Cultural Brasileiro: um campo específico no conjunto das políticas públicas brasileiras	52
CAP.3. GESTÃO PATRIMONIAL SUSTENTÁVEL OU TURISMO?	
3.1. 'La Habana Vieja'	77
3.2. Atual Gestão e a OHCH	89
CAP. 4. PELOURINHO PARA OS BAIANOS	
4.1. O Centro Histórico de Salvador – O Pelourinho	100
4.2. O ER/CAS	110
CAP. 5. CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE CUBA E BRASIL	
5.1. Cuba, Brasil e o Patrimônio Cultural	115
6. Referências Bibliográficas	123
7. Anexos	127

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Plaza de la Revolución, Havana, Cuba, 2008.
- Figura 2 – Fitas do Senhor do Bonfim.
- Figura 3 – Mapa do Brasil. As três Raças.
- Figura 4 – La Habana Vieja, Havana, Cuba, 2008.
- Figura 5 – Grade da entrada do Palacio Lombillo, sede da Oficina del Historiador de la Ciudad, do Plan Maestro e da Revista *OPUS Habana*, Cuba, 2008.
- Figura 6 – Residência para Adultos da Terceira Idade – Parte do Programa de Recuperação Socioeconômica e Sociocultural da Oficina del Historiador de la Ciudad.
- Figura 7 – Cidade de Havana, Cuba.
- Figura 8 – Rua Amargura, Havana Velha, Cuba, antes do início do Plan Maestro e depois das restaurações.
- Figura 9 – Grupo de Teatro e Animação Tropizancos – La Habana Vieja, Cuba, 2008.
- Figura 10 – Atividade com crianças na Rua Obispo, la Habana Vieja, Cuba, 2008.
- Figura 11 – Largo do Pelourinho, Salvador, Bahia, Brasil, 2009.
- Figura 12 – Vista aérea do Centro Histórico de Salvador.
- Figura 13 – Fachada do Escritório de Referência do Centro Antigo, Salvador, Bahia.
- Figura 14 – Ambulantes no Centro Histórico de Salvador recebem coletes de identificação.
- Figura 15 – Largo do Cruzeiro de São Francisco – Pelourinho, Salvador.
- Figura 16 – Rua Gregório de Matos/ Rua João de Deus, Pelourinho, Salvador.
- Figura 17 – Largo do Pelourinho, Salvador, Bahia, Brasil, 2006.
- Figura 18 – La Habana Vieja, Capitólio ao fundo, Havana, Cuba.

LISTAS DE SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICCROM – Conselho do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais

CUBA

CENCREM – Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología

CIDMUC – Centro de Investigación y Desarrollo de la Música Cubana

CITMA – Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente

CNPC – Consejo Nacional del Patrimonio Cultural

ICAIC – Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica

OCC – Oficina del Conservador de la Ciudad

OHCH – Oficina del Historiador de la Ciudad de Habana

OVPM – Organisation des Villes du Patrimoine Mondial

PRC – Partido Revolucionario Cubano

UNEAC – Unión de Escritores y Artistas de Cuba

BRASIL

ANCINE – Agência Nacional do Cinema

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAS – Centro Antigo de Salvador

CHS – Centro Histórico de Salvador

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

ER/CAS – Escritório de Referências Culturais do Centro Antigo de Salvador

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FCP – Fundação Cultural Palmares

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FDD – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
FICART – Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FUNARTE – Fundação Nacional de Arte
FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
FUNDOCENTRO – Fundo de Preservação Patrimonial da Cidade de Salvador
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCH – Programa de Cidades Históricas
PNC – Plano Nacional de Cultura
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INTRODUÇÃO

Este é um estudo comparativo entre as trajetórias de constituição das políticas de patrimonialização de bens culturais como um campo especializado das políticas públicas no Brasil e em Cuba. A análise das semelhanças e diferenças entre esses dois países é realizada na base, particularmente, do registro em campo das transformações ocorridas nas instituições destinadas à gestão, proteção e administração do patrimônio cultural de ambos os países e busca tecer, conjuntamente, três variáveis: os conceitos de patrimônio, as normatizações em nível nacional e as políticas de patrimonialização de bens culturais.

Objetivando dar visibilidade à dimensão local dessas políticas, a pesquisa apresenta um estudo de caso sobre a gestão do patrimônio cultural em dois Centros Históricos: Havana Velha, Havana, Cuba e Pelourinho, Salvador, Brasil, avaliado a partir de visitas e entrevistas realizadas nos dois locais em comparação.

Antes de entrar na discussão específica deste projeto, fazem-se necessárias algumas anotações sobre a formação cultural dos dois países, que oferece as similaridades e especificidades do contexto cultural no qual as discussões do patrimônio cultural estão envolvidas.

A colonização dos dois países traz similaridades, embora não possamos afirmar que os motivos das características patrimoniais firmadas nos séculos posteriores sejam semelhantes ou diferentes devido a essas bases coloniais. Sabemos que as peculiaridades culturais dentro de cada contexto são únicas em cada território. Entretanto, ambos foram colonizados em meados do século XVI. O pensamento dos colonizadores sobre a chegada às Índias foi o mesmo, tanto em Cuba como no Brasil. A exploração dos minérios e recursos naturais, atividades básicas presentes nas colonizações, também se apresentou fortemente e de maneira similar nos dois países. A introdução de escravos africanos na América do Sul, como na Central, foi um fato crucial para a formação de culturas com diversidade étnica marcante. A mistura de etnias culturais nos dois países (branca – espanhola e portuguesa, indígena e negra) deu origem às culturas diversificadas que, na dualidade entre o bom e o ruim, trouxe a mestiçagem, premissa da formação da identidade cultural, e o racismo, criado através do choque cultural entre as etnias.

De outro lado, a formação da identidade cultural em ambos os países também se apresentou de forma distinta: Cuba ficou marcada pela diferença e o Brasil, pela mistura. Não que a mistura étnico-cultural não está/estivesse presente em Cuba, mas, na formação da identidade cultural, a alteridade, devido ao regime socialista, evidenciou-se mais marcante que as misturas étnicas. Atualmente, o que marca a cultura cubana é mais o fator 'diferença', devido ao socialismo, do que as misturas étnicas.

Cuba se firmou como sociedade socialista há muito tempo, quando Fidel Castro ainda era bem jovem. Uniu-se à antiga União Soviética para manter os ideais 'igualitários' do comunismo. Hoje, já no século XXI, tenta sobreviver aos embargos econômicos e políticos que, desde meados do século XX, são sustentados pelos Estados Unidos. Desde 1989, com a queda do muro de Berlim e do comunismo, vem se transformando vagarosamente em um lugar isolado e remoto economicamente, tornando-se uma nação ainda fechada para as idéias capitalistas e globalizadas. Como esse cenário agiu e ainda age na identificação cultural do povo cubano?

Inicialmente, é necessário entender o contexto no qual o termo identidade é inserido. De acordo com Hall (2002), o fim do século XX trouxe mudanças nas estruturas sociais que, conseqüentemente, abalaram os contextos culturais das sociedades tidas como pós-modernas. Os indivíduos que, ainda no século XIX, apresentavam suas identidades como centro de seus mundos, 'resquíio' do Iluminismo, tiveram que "deslocar" essas identidades para o exterior, para as sociedades complexas que se formavam com as cidades-nações. Após, o movimento foi o que tem acontecido na contemporaneidade: a chamada globalização (que Hall define como modernidade tardia, 2002) trouxe ao indivíduo novas chances de encarar suas identidades. O termo 'suas' no plural, porque a possibilidade de experimentar a cada dia uma nova faceta de suas várias individualidades é o que vem de novidade com a "modernidade tardia". Somos agora chamados a identidades descentralizadas e deslocadas, nas quais morre o sujeito cartesiano (Hall, 2002, p.27; Woodward (2006)).

Então como definir a identidade cubana? Ela está inserida no cenário pós-moderno?

Levando em consideração estudiosos da identidade e identidade pós-moderna, principalmente Stuart Hall, a resposta é negativa. Se o entendimento de

modernidade está relacionado ao capitalismo e suas conseqüências, Cuba não pode se inserir no cenário da pós-modernidade. De acordo com o teórico: “As sociedades modernas são [...], por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades 'tradicionais' e as 'modernas'" (2002, p.14).

Em não sendo um país pós-moderno, não deveria entrar na polêmica da descentralização do sujeito e dos conflitos de identidade. No entanto, apesar dessa discrepância com o restante do mundo, não é possível afirmar que o cubano, ainda hoje, seja aquele sujeito cartesiano, indivíduo que tem sua identidade situada no centro de seu conhecimento (Ibid., p.27). Mesmo não oriundo de uma nação pós-moderna, o indivíduo cubano passou por descentralizações de identidade justamente no que Hall define como a primeira descentralização do sujeito, que se refere às tradições do pensamento marxista: “os homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (Ibid., p. 34). Muitos teóricos interpretaram essa afirmação de maneira a entender que os indivíduos não poderiam ser agentes e/ou autores de sua própria história. Assim sendo, pode-se entender que, enquanto muitos cubanos e cubanas da atualidade nasceram e viveram sob o governo de Fidel Castro, com suas posições comunistas, igualitárias e que se diz uma democracia, em que a sociedade não tem voz ativa e vive há mais de cinquenta anos em regime autoritário, a autoria do povo ao fazer história e democracia é então nula. Fazendo jus à citação de Marx por Hall, a sociedade cubana não é autora de sua própria história.

O termo identidade se define de acordo com o que Hall e Woodward defendem: as identidades são formadas através das diferenças e “A diferença é sustentada pela exclusão” (2006, p.9). No caso de Cuba, pode-se enxergar a diferença formadora de uma identidade peculiar e fortemente assumida: a exclusão do capitalismo, a exclusão da globalização, a exclusão da liberdade e, principalmente, liberdade de expressão, entram na formação da identidade dessa sociedade. A ilha caribenha é única no mundo. Sendo assim, podemos defini-la como o ‘outro’, os povos comunistas na atualidade, o povo de Fidel Castro, a ilha intacta, e assim por diante. Isso é possível justamente porque é diferente. “A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (ibid., p.41). Conseqüentemente, com tantos aspectos distintos das

sociedades pós-modernas e globalizadas, a ilha de Fidel Castro é marcada por sua identidade assumidamente socialista, comunista e, para os que estão de fora, ditatorial.

Da mesma maneira se forma a identidade cultural: a cultura não se separa de forma alguma da sociedade e das maneiras de fazer política. Essas maneiras são a cultura. “[...] os homens (sic) não se separam por meio de espécies, mas pela organização de suas experiências, por sua história e pelo modo com que classificam suas realidades internas e externas” (DAMATTA, 1987, p.24). Assim, o modo como Cuba classifica suas realidades internas faz com que a sociedade cubana forme suas identidades. As pessoas que foram entrevistadas em Cuba acreditam que a forma com que Fidel Castro rege, lidera e governa a ilha é a forma correta, a maneira que traz à comunidade a segurança, inexistente em sistemas capitalistas: educação gratuita e de boa qualidade e saúde acessível a todos. Obviamente, aqui há uma generalização: as pessoas nunca viveram outro sistema político e é preciso considerar que, em um sistema autoritário, a opinião do povo deve ser ouvida como imposta pela ditadura. Assim como a sua identidade assumida é uma identidade imposta.

Mais uma vez, citando Hall, no que diz respeito às narrativas da cultura nacional, Cuba utiliza a “Ênfase nas origens e na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (2002, p.53) para firmar sua identidade. A cultura nacional é uma das maneiras mais intensas para criar, fortalecer e manter as identidades em uma sociedade. Na ilha caribenha, Fidel Castro utiliza o Triunfo da Revolução como uma “trama” que prende o povo ao passado, às origens revolucionárias que foram um sucesso, tentando, ainda hoje, levar o povo a acreditar nesse triunfo e a manter o sucesso fracassado do comunismo.

No Brasil, a formação da identidade cultural começa a se fortalecer no período marcado pelas expressões do movimento modernista (1922), momento de transição política em que as manifestações populares se refletiam nas produções artísticas, literárias e musicais, com a mestiçagem indo ao encontro do 'brasileirismo'. Essa idéia de um Brasil culturalmente diversificado apareceu divergindo do evolucionismo prévio, em que a "higienização" do país afastava da sociedade os traços étnicos formadores da 'real' identidade nacional.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), "transforma a negatividade do mestiço em positividade" (ORTIZ, 2006, p.41), ajudando a realizar, em um período fortuito, a apropriação da diversidade étnico-cultural pelos membros da sociedade brasileira. Rituais sociais afirmam os acontecimentos contemporâneos da época e o futebol e o carnaval firmam a positividade iniciada por Freyre.

Guerreiro Ramos, que afirmava não existir o problema do negro, mas racismo, imitação de valores estéticos europeus, contestava os parâmetros antropológicos e sociológicos brasileiros de outrora, ancorados em pequena base científica. Acreditava que a sociologia deveria transpor esses erros firmando-se na maturidade que a estrutura econômica e social do país oferecia às novas pesquisas sobre estudos de raça (RAMOS, 1995).

Sylvio Romero (1851 – 1914), um dos membros-fundadores da Academia Brasileira de Letras, foi o intelectual que escreveu mais acertadamente sobre as tendências nas pesquisas sobre o negro brasileiro, apesar da dualidade presente em suas obras. Foi Romero quem começou o movimento 'abrasileirador' (inclusão da 'negritude' como parte da cultura brasileira) que ressurgiria mais tarde com Freyre.

Euclides da Cunha (1866-1909), apesar de sofrer com o racismo antropológico de sua época (RAMOS, 1995), conseguiu, no começo do século XX, iniciar na nação o sertanejo e as culturas do interior do país, trazendo ao Brasil territórios que ainda não haviam sido apropriados pela elite cultural/social formada pelo Sul e Sudeste. Não que isso fosse acontecer logo em seguida, mas ali estavam sendo dados os primeiros passos para a inclusão de outros traços étnicos na formação da cultura brasileira.

Tivessem os monografistas ou africanistas visto o negro no Brasil como Euclides da Cunha viu o sertanejo, [...] uma página melancólica da história de nossas ciências sociais teria sido proveitosamente eliminada (RAMOS, 1995, p.175).

Na formação da cultura brasileira e, conseqüentemente, identidade nacional, ainda com o *Casa Grande & Senzala* de Freyre as culturas indígenas aparecem no cenário nacional. Escrito em 1933 e tantas vezes criticado, *Casa Grande & Senzala* resgata costumes e hábitos ainda presentes no cotidiano das famílias brasileiras. Fernando Henrique Cardoso afirma no prefácio que escreveu para a última edição

do livro (2006) que “os críticos nem sempre foram generosos com Gilberto Freyre” (p.19) e que de nada serve combater as críticas. Porém, o autor dessa obra clássica foi o precursor de uma sociologia incorporada à vida cotidiana. Se hoje, setenta e seis anos mais tarde, esse tipo de metodologia é habitual, na época era inovadora e, por essa razão, suscetível a tantos desacordos de pensamentos e opiniões. Segundo Cardoso, “Gilberto Freyre valoriza as idéias e não os ideais” (p.26) e por essa razão é fácil encontrar nele o autor que valoriza as raças negras e indígenas (e aqui o uso do termo “raça” é unicamente para ser compatível com os termos do autor), que mostra a mestiçagem, o hibridismo e a diversidade cultural característicos da formação de uma cultura denominada brasileira.

Dessa maneira, há diferença na formação das identidades culturais dos dois países: Brasil e Cuba. Enquanto uma se caracteriza pela diferença, a outra se forma pela miscigenação. O mito das três raças¹ no Brasil reafirma o momento de inclusão das diferentes etnias na constituição da identidade nacional. Já em Cuba, apesar da presença de etnias culturais diversificadas (negro africano escravo, indígenas e espanhóis), foi o regime de governo socialista que influenciou a identificação cultural.

Assim, esta proposta de trabalho justifica-se no que se segue. Como aluna do mestrado, em Janeiro de 2008, fui a Havana, Cuba, movida por uma curiosidade pelas questões políticas, sociais e culturais do único reduto "socialista" do mundo. Parti em busca do conhecimento das terras cubanas antes que Fidel Castro deixasse o poder, fato que ocorreu uma semana depois do meu regresso. Ao aterrissar na capital, pude sentir a discrepância visual que a cultura cubana carregava em tudo a que dirigia meu olhar. Era realmente como se tivesse entrado no túnel do tempo, de volta a uma década distante à qual nunca pertenci. Carros, roupas, alimentos, propagandas políticas em todos os *outdoors* da cidade pareciam me levar a um filme dos anos 50. Até então, tudo refletia realmente as notícias que recebia pelos jornais. Mas, aos poucos, pude conhecer um lado que não faz parte do noticiário internacional. As políticas e legislações patrimoniais cubanas foram por mim descobertas de maneira surpreendente e, da mesma forma, as entrevistas cedidas por intelectuais dedicados que cruzaram o meu caminho.

¹ Presente tanto no senso comum brasileiro como em obras de intelectuais, como Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 1995.

Em Havana, fui primeiramente à "Universidad de la Habana", na Faculdade de Filosofia e História. Lá, fui direcionada a falar com o Professor de História, Dr. Alejandro Garcia², que, além de detalhar vários sítios eletrônicos para consulta sobre o assunto, me indicou o Vice-Decano de Relações Internacionais, Dr. José Vazqu ez³, que, gentilmente, logo de início, me cedeu uma entrevista esclarecedora sobre a gestão do Centro Histórico de Havana Velha.

Depois de Havana, segui para o Leste do país: primeiramente, Santa Clara; em seguida, Cienfuegos, cidade Patrimônio da Humanidade, onde tive o prazer de conhecer o Doutor David Soler⁴, que entrevistei por mais de duas horas sobre o patrimônio cultural nacional e regional. A parte sul da ilha foi conhecida somente até a cidade de Trinidad, pequena vila com centro histórico atrativo para o turismo. Nesta vila, também patrimônio mundial, visitei vários museus⁵ nos quais pude certificar o uso da museologia na gestão social do patrimônio cultural. Pude presenciar também algumas das aulas-museus (explicadas no capítulo 3) que são o instrumento singular da educa o patrimonial do país.

Um ano depois da visita à Cuba, parti em dire o ao Nordeste brasileiro, para a capital baiana, Salvador, conhecer a gestão do Centro Histórico desta capital, o "Pelourinho". Consegui, através do coordenador do Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás, Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, o contato do Dr. Carlos Caroso, Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA, com quem pude conversar sobre as a o es patrimoniais voltadas ao Pelourinho. Dr. Caroso, então, me direcionou às pessoas especialistas que poderiam me assistir no meu tema de maneira mais rigorosa. Assim, fui ao IPAC⁶ (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) entrevistar o Sr. Frederico Mendon a⁷, Diretor do Instituto. Em seguida, fui indicada ao ER/CAS (Escritório de Referências Culturais do Centro Antigo de Salvador), onde fui recebida pela Sra. Beatriz Lima,

² Prof. Dr. Alejandro Garcia, *Universidad de la Habana*, Faculdade de Filosofia e História, 2008.

³ Vice-Decano do *Colegio Universitario San Ger nimo de la Habana*, da *Universidad de la Habana*, Havana, Cuba, 2008.

⁴ David Soler, Subdiretor do Centro Provincial de Patrimônio Cultural na cidade de Cienfuegos, doutor em Ciência Patrimonial.

⁵ Museu Romântico; Museu de Arqueologia; Museu de la Lucha Contra Bandidos.

⁶ O governador da Bahia, Luís Viana Filho (1967 – 1971), assinou a Lei Estadual n  2.464 de 13 de setembro de 1967, criando a Funda o do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – FPACBa, cuja regulamenta o foi instituída pelo Decreto 20.530, de 3 de janeiro de 1968. A partir de então, foi criado o órgão estadual atento aos patrimônios baianos. Atualmente, o IPAC,   uma autarquia subordinada à Secretaria de Cultura (<http://pt.wikipedia.org>, <http://www.ipac.ba.gov.br>).

⁷ Arquiteto e Diretor Geral do IPAC.

Diretora do Escritório, que me respondeu a uma entrevista e me introduziu junto à sua Assessora de Comunicação, Auana Rúbio, a quem também entrevistei e de quem recebi artigos escritos sobre as ações do órgão.

Como primeiras observações dessas visitas e entrevistas, é preciso dizer que a preocupação com a preservação de bens culturais e a produção de políticas públicas destinadas a essa finalidade em Cuba ganha maior visibilidade histórica com a Revolução Cubana, que alçou ao poder Fidel Castro, em 1959. O governo comunista buscou imprimir preceitos igualitários e valores socialistas na identidade cultural do povo cubano. Mais do que isso, buscou engendrar uma nova consciência da identidade cultural que ali se formava. O Governo Revolucionário investiu massivamente na educação, na cultura e na saúde.

As ações do governo revolucionário de proteção ao patrimônio cultural cubano tiveram seu início nas atividades implementadas pelo historiador Dr. Emilio Roig Leuchsenring, nomeado 'Historiador' da Cidade de Havana em 1935. Leuchsenring mantinha um contato com o público estudioso e/ou curioso dos assuntos históricos/culturais/pré-patrimoniais pelos *Cuadernos de História Habanera* (1935-1954)⁸, fosse pelos seus escritos, fosse pelos seus prefácios, que abordavam assuntos principalmente relacionados à história de Cuba.

Foi Leuchsenring quem, em 1938, fundou o primeiro órgão de proteção ao patrimônio cultural na capital de Cuba, Havana, a Oficina del Historiador de la Ciudad de Havana (OHCH), com atuação provincial, cujo "Historiador de la Ciudad" passou a ser reconhecido como o gestor do patrimônio. Antes da fundação desse órgão, o interesse nos assuntos de patrimonialização de bens culturais era demonstrado pelas poucas ações desenvolvidas pela Junta Nacional de Arqueología y Etnología, criada por meio do Decreto Presidencial nº 1.306, de 1928, comissão que "[...] no llegó a cumplir sus funciones técnicas por las vicisitudes políticas de la nación" (<http://www.cubaarqueologica.org>). O órgão finalmente começou a funcionar em setembro de 1937, com foco inicial na proteção do patrimônio arqueológico. Precedeu, portanto, a OHCH, órgão especializado na preservação do patrimônio cultural no seu sentido mais amplo.

⁸ Série de textos escritos por intelectuais cubanos compilados em volumes de 80 a 200 páginas cada um. Foram publicados ininterruptamente de 1935 a 1962, somando um total de 59 edições, algumas delas com dois volumes.

Entre os dois países aqui comparados, Cuba foi o pioneiro na criação de um Ministério específico para a pasta da cultura, precedendo o Brasil em quase dez anos. Somente depois da criação do Ministério da Cultura de Cuba, em 1976, as legislações patrimoniais tomaram corpo e órgãos de gestão patrimonial foram fundados em âmbito provincial, municipal e, mais tarde, nacional.

Atualmente, enquanto o Brasil possui um complexo conjunto de leis, Cuba possui um conjunto que tem como base as três primeiras leis do Governo Revolucionário: a Lei nº 1 de Proteção ao Patrimônio Cultural, de 1977, a Lei nº 2, do mesmo ano, que define o conceito de monumentos nacionais e locais e regula sua proteção, e a Lei nº 81, de 1997, que se refere ao meio ambiente, definindo-o como patrimônio nacional. A partir dessas três leis, outras⁹ surgiram relacionando-se aos temas.

Por algumas décadas, a proteção do patrimônio cultural ficou sob a responsabilidade das províncias. Entretanto, em 1995, foi criado o Consejo Nacional de Patrimonio Cultural (CNPC) como a instância encarregada de precisar e declarar os bens que deveriam, daí para frente, fazer parte do patrimônio nacional sujeito aos preceitos de leis.

O CNPC é parte do Ministério da Cultura e a este se subordinam os órgãos de gestão do patrimônio regional e municipal, como a OHCH, no caso de Havana, e os Centros Provinciais de Patrimônio Cultural, no caso de outras províncias (Estados). Nos municípios, a gestão do patrimônio cultural fica a cargo dos museus municipais, que, a partir da Lei nº 23, de 1979, instituiu em cada município um museu de cunho historiográfico, para relatar as tradições e os costumes conexos às personalidades mais destacadas da sociedade.

Já no Brasil, o momento em que a preservação do patrimônio ganhou visibilidade histórica, ou seja, quando a preservação do patrimônio passou a ocupar um *status* de preocupação na ótica do Governo Federal, é, comparativamente, bem anterior ao de Cuba. Sua preocupação nasceu juntamente com o movimento

⁹ Decreto 3.387, de março de 1964, que estabeleceu que a Biblioteca Nacional José Martí é a instituição designada a levar à prática a tarefa de compilação e arquivo da bibliografia nacional; resoluções nº 23 e 24, de 1995, que criaram os Registros Nacionais do Criador Musical e Literário; resolução nº 98, de junho de 1989, que criou o Registro do Criador de Obras de Artes Plásticas e Aplicadas; Decreto nº 87, de 1999, que incluiu nova redação à Lei nº 62 do Código Penal de delitos contra a proteção do patrimônio cultural; Decreto nº 77, de 1980, sobre a criação do Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia – CENCREM (<http://www.min.cult.cu>).

modernista de 1922. Foram os chamados modernistas os primeiros a defender o patrimônio cultural nacional. Mário de Andrade escreveu em 1936, pelo Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo, o primeiro anteprojeto de criação de um órgão específico de proteção e gestão do patrimônio artístico nacional.

No caso brasileiro da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, até a sua transformação em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁰, várias leis estruturaram e reestruturaram o órgão e várias administrações marcaram as gestões da sua política. Os órgãos de proteção do patrimônio cultural sempre estiveram vinculados ao Ministério da Educação e Saúde. Com a constituição de um ministério específico para a cultura, em 1985, o IPHAN passou a se vincular a este. O foco de sua política acompanhou os desenvolvimentos do próprio conceito de patrimônio: no início, o órgão priorizou o patrimônio material ou o chamado patrimônio de 'pedra e cal'. Gradativamente, o conceito de patrimônio passou a abranger o patrimônio natural e, finalmente, o imaterial.

Ressalve-se que, conforme iremos apresentar no decorrer do trabalho, a trajetória da especialização dessa política no Brasil e em Cuba guarda mais semelhanças do que a coincidência de o marco da visibilidade do interesse nacional na preservação do patrimônio ter ocorrido em governos totalitários. Em ambos, a especialização das políticas de patrimonialização de bens culturais se compôs com a construção de um campo de interface entre educação e cultura. E em que pesem eventuais oscilações de *status*, os órgãos de gestão foram gradativamente se especializando a *status* mais elevados.

Quanto à perspectiva da preservação de um coletivo de bens patrimoniais, Havana Velha, o Centro Histórico da capital cubana, foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em 1982. Sua gestão é ainda hoje motivo de orgulho local, nacional e internacional. O historiador da cidade, Eusébio Leal Spengler¹¹, já

¹⁰ O órgão passou de SPHAN à DPHAN em 1946, em 1970 mudou para IPHAN, em 1979 de IPHAN para SPHAN/Pró-Memória. Em 1990, são extintos esses órgãos e é criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, finalmente, o órgão volta a ser reconhecido como IPHAN. Todas essas mudanças serão analisadas no capítulo 2.

¹¹ Doutor em Ciências Históricas pela *Universidad de la Habana*, Mestre em Estudos sobre a América Latina, o Caribe e Cuba. Especialista em Ciências Arqueológicas. *Historiador de la Ciudad de La*

foi laureado com premiações nacionais e internacionais pelo seu rigor e profissionalismo no trabalho desenvolvido como diretor da Oficina do Historiador da Cidade.

Chama a atenção em Cuba a função social dos edifícios tombados pelo patrimônio cultural, para além da clássica função de uma visita turística. No Centro Histórico, a gestão desenvolvida tem como ação precípua a apropriação do patrimônio cultural por parte da comunidade havaneira. O uso do espaço urbano, em Havana Velha, é prioridade do cidadão havaneiro (a moradia, a escola, os hospitais e centros de recreação e lazer são geridos para o uso do cidadão cubano). Destarte, a base da gestão do patrimônio cultural é sustentada pela função social. Eusébio Leal faz uso das ações turísticas para arrecadar recursos para a gestão do Centro Histórico da capital cubana, mas o turismo às vezes se choca com a função social de sua gestão, uma vez que os equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, serviços de transporte e outros) não são acessíveis à comunidade cubana. Eusébio Leal busca, constantemente, tentar diminuir esta dissonância entre a atividade turística e a gestão social do patrimônio havaneiro, ao permitir que somente os moradores do Centro Histórico trabalhem na região que, atualmente, é altamente turística, assim como também cria projetos de inclusão ao turismo cubano.

No Brasil, o Centro Histórico da capital baiana, o "Pelourinho", foi reconhecido como Patrimônio Histórico da Humanidade em 1985, três anos após o reconhecimento do Centro de Histórico de Havana. Os dois compartilham alguns problemas similares, entretanto diacrônicos: o "esvaziamento" dos Centros Históricos quando da modernização da cidade e criação de novos centros, em Cuba, no fim do século XVIII e início do XIX, no Brasil, fins do século XIX, início do século XX; conseqüentemente, a migração da população mais abastada, anteriormente localizada no Centro Histórico, mas que seguiu em direção a uma melhor qualidade de vida em locais mais modernos; e o relativo abandono das casas coloniais que, aos poucos, foram se deteriorando. A entrada na área de grupos sociais desfavorecidos economicamente, ocupando o "vazio" deixado pelas classes altas,

Habana. Presidente da *Comisión Nacional de Monumentos*, Presidente do Comitê Cubano do ICOM (Conselho Internacional de Museus) e Presidente de Honra do Comitê Cubano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios); Decano da Faculdade do Colegio Universitario San Gerónimo de La Habana (<http://www.habananuestra.cu>).

facilitou a "marginalização" do Centro Histórico e o seu deterioramento arquitetônico e social.

O "Pelourinho", como é popularmente conhecido, diferentemente do Centro Histórico de Havana Velha, não teve um órgão gestor exclusivo de sua área. O Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ER/CAS) foi criado em 2007 por um decreto do governador Jaques Wagner, menos para ser um órgão gestor do Centro Histórico do que para desenvolver um Plano cultural, ambiental, social, econômico e urbanístico. Mas acabou por se tornar o órgão responsável pela gestão, com tempo determinado para executar ações. Atualmente, com os novos movimentos de gestão sustentável e com a participação coativa da sociedade civil, o Pelourinho busca ritmar a sua gestão no compasso da sustentabilidade, usando o turismo como ferramenta aliada e não como único insumo. O Programa Monumenta¹², criado em 1997, é um programa estratégico do Ministério da Cultura, financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e apoiado pela UNESCO, e busca preservar e restaurar o patrimônio cultural nacional, atuando especificamente em áreas patrimoniais protegidas pelo IPHAN, com o viés de proteção voltado ao desenvolvimento econômico e social. O Programa iniciou seus trabalhos no Centro Histórico de Salvador com uma Oficina de Azulejos, no ano 2000, e tem dado seqüência a projetos inovadores de educação patrimonial, como o projeto 'Casa dos Objetos Mágicos',

(que) tem como objetivo promover a cultura afro-descendente, na cidade de Salvador da Bahia, e desenvolver o engajamento dos jovens por meio de oficinas culturais e pedagógicas para a confecção de artefatos usados nos rituais do Candomblé (<http://www.monumenta.gov.br>).

Trabalhar a gestão sustentável nos Centros Históricos é a maneira mais eficaz de trazer à sociedade a dignidade merecida, por partilhar o espaço com o patrimônio cultural com o qual os moradores desses Centros Históricos devem se sentir identificados e pertencidos, para que a apropriação dos patrimônios seja dialeticamente benéfica, revertendo a trajetória da *gentrification*¹³, muitas vezes

¹² O Programa Monumenta conta com cinco componentes para alcançar seus objetivos: Investimentos Integrados em Áreas de Projetos; Fortalecimento Institucional; Promoção de Atividades Econômicas; Capacitação de Artífices e de Agentes Locais de Cultura e Turismo; Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico (<http://www.monumenta.gov.br>).

¹³ "Gentrificação ou *Gentrification* significa o enobrecimento e a renovação de áreas urbanas degradadas, especialmente os centros históricos" (VELOSO, 2007, p.238).

trilhada nos centros históricos do Brasil e do mundo e que será abordada nos capítulos seguintes.

A formação da identidade cultural de um grupo social deveria ter como ferramenta o patrimônio cultural baseado na sustentabilidade social e cultural.

A pesquisa que se apresenta, portanto, se pautou menos em pesquisa arquivística do que em pesquisas de campo e experiências municipais de gestão, auxiliada por bibliografia que trata dos temas e por sítios eletrônicos na localização de leis que pudessem ajudar na construção do traçado teórico do campo patrimonial nos dois países.

A metodologia da pesquisa de campo usou o método comparativo na sua perspectiva antropológica¹⁴, contrastando as trajetórias históricas da patrimonialização de bens culturais em duas sociedades culturalmente distintas (Hammel, 1980) [*Comparative Studies in Society and History*, 22(2), 1980]. A técnica que mais a favoreceu foram as entrevistas livres não-estruturadas (*unstandardized interview*) "com um plano simples de perguntas, cuja ordem não precisa ser respeitada, ampliando a espontaneidade das respostas das partes" (Ibid., p.74 – Trad. Nossa).

Em Cuba, foram realizadas cinco entrevistas: duas informais, com motoristas de bicitaxis (táxis de bicicletas), Omar e Victor Manuel; e outras três, com especialistas nos assuntos patrimoniais: David Soler Marchan, em Cienfuegos, José Vasquéz Rodríguez, em Havana Velha, e Hector Manuel Vieira¹⁵, em Trinidad. No Brasil, foram quatro, todas na cidade de Salvador, Bahia: Dr. Carlos Caroso, diretor do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade da Bahia – UFBA, Beatriz Lima, diretora do ER/CAS, Sr. Frederico Mendonça, diretor do IPAC, e Auana Rúbio, assessora de comunicação do ER/CAS.

As entrevistas tiveram como objetivo inicial informar como são desenvolvidas as gestões nos Centros Históricos patrimoniais dos dois países, especificamente nas duas cidades, Havana, Cuba e Salvador, Bahia, Brasil, como estudos de caso.

O estudo de caso envolveu, primeiramente, uma avaliação das gestões nos dois Centros Históricos, em Cuba, Havana Velha, e no Brasil, Pelourinho, para que uma comparação entre as duas gestões pudesse ser elaborada, visando elucidar as

¹⁴ Embora orientada pela perspectiva antropológica, não foi propósito da pesquisa realizar uma etnografia comparativa devido à própria natureza do Mestrado Profissional.

¹⁵ Historiador do Museu Histórico Municipal.

semelhanças, as diferenças, as vantagens e as desvantagens da gestão em cada Centro.

A exposição da pesquisa é como se segue. No primeiro capítulo, as legislações, políticas e conceito de patrimônio desdobrados na ilha cubana após o ano de 1959 são relacionados, com o objetivo de delinear o caminho patrimonial percorrido até a formação de um campo teórico e de políticas públicas no país.

Na seqüência, faço o mesmo com o Brasil: um levantamento do traçado patrimonial como formação de um campo específico dentro das políticas públicas, abordando a criação das leis, políticas, Ministério da Cultura e IPHAN.

O capítulo seguinte traz a experiência de Havana Velha, Centro Histórico da capital cubana gerido pela Oficina do Historiador e modelo de gestão social em todo o país. Como não foi possível realizar uma pesquisa arquivística na cidade de Havana, porque só se pode ter acesso aos arquivos e bibliotecas com o visto de estudante e/ou matrícula em uma Universidade, o foco deste capítulo ficou nas entrevistas e livros adquiridos nas livrarias.

A gestão do Pelourinho, Centro Histórico da capital baiana, é abordada no capítulo quatro. Um estudo de caso traz as ações de gestão deste Centro Histórico concentradas em um escritório (ER/CAS) no ano de 2007. Em Salvador, pude ter acesso aos livros e entrevistas no IPHAN e ER/CAS.

O último capítulo é referente às comparações entre os dois países e seus Centros Históricos, suas diferenças e semelhanças desde a constituição dos campos patrimoniais até a sua gestão atual.

O capítulo das Considerações Finais destaca as conclusões do trabalho, defendendo como a gestão de um Centro Histórico pode e deve ser voltada à comunidade, e como o uso social dos museus é relevante para própria gestão inclusiva da sociedade. Aponta ainda que o turismo pode ser uma das ferramentas dessa gestão cultural-social, quando não abandona a comunidade local que deve ter nele o seu acesso participativo.

CAP.1. A POLÍTICA OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL CUBANO



Plaza de la Revolución, Havana, Cuba, 2008.
Fotografía: Daniela Prudente.

1.1. O Patrimônio Cultural Cubano e a Constituição de um Campo.

"Quisiéramos partir del concepto de que los museos, en la solución de los problemas sociales e culturales, si no son exponentes de una sociedad socialista, no pueden ofrecer soluciones sociales e culturales, porque, para nosotros, esos problemas se solucionan con la conquista del poder por la clase trabajadora".

Marta Arjona Pérez

O campo teórico e de políticas públicas do patrimônio cultural cubano começa a ser delineado como um campo específico no âmbito das políticas sociais com o Triunfo da Revolução Cubana, em 1959.

A contar pela literatura especializada, antes desta revolução de 1959, a ilha viveu um século de história de sucessivos governos¹⁶ que poucos legados deixaram na direção da preservação do patrimônio cultural.

O governo de Fulgêncio Batista, o primeiro líder negro cubano, antecessor de Fidel Castro, foi marcado pela corrupção, motivo que afastou a classe média do seu regime e, conseqüentemente, da ilha. No longo período da dominação "Batista", quase trinta anos se passaram sem que as políticas e práticas culturais fossem destaque. Não se tem registro de um conjunto de legislações e decretos de proteção e registro patrimoniais antes do governo de Fidel Castro, mas somente de decretos isolados, como o Decreto nº 1.306, de 1928, que instituiu a criação da Junta Nacional de Arqueología y Etnología, designada a conservar o patrimônio arqueológico e manter os estudos e pesquisas neste campo, e que marca o período pré-revolucionário. Esta Junta, formada por uma comissão de arqueólogos e antropólogos, somente pôde entrar em ação técnica em setembro de 1937, quando a constituição da comissão foi celebrada.

Um ponto considerável a ressaltar é que não se sabe se a falta destes dados sobre as legislações e políticas patrimoniais cubanas se deve ao fato de realmente não terem existido políticas voltadas ao patrimônio cultural, ou se, na verdade, com o

¹⁶ O poder centralizado passou das mãos de um ditador a outro: Gerardo Machado (1925 – 1933) e Fulgêncio Batista (1940 – 1944, 1952 – 1959). Fulgêncio Batista, de 1933 a 1940, foi, na prática, o líder do país e, de 1940 a 1944, o seu presidente oficial. De 1952 a 1959, foi ditador e contou com o apoio diplomático dos Estados Unidos. Foi derrubado por um ataque de forças rebeldes comandadas por Fidel Castro em 1959 (Museu da Revolução, Havana, Cuba, Janeiro, 2008).

governo totalitário de Castro, esses dados foram descartados. Todos os registros a que tive acesso, por entrevistas, visitas aos museus da cidade de Havana, Trinidad e Cienfuegos, sítios eletrônicos do governo da ilha ou pesquisa em documentos e livros que tratam do assunto, trazem informações relevantes sobre legislações e políticas patrimoniais sempre datadas após o Triunfo da Revolução em 1959.

Contudo, apesar de as legislações patrimoniais indicarem somente o período pós-Revolução, a tentativa da instituição de um órgão específico para tratar do patrimônio cultural cubano nasceu previamente aos acontecimentos revolucionários.

O Dr. Emilio Roig de Leuchsenring¹⁷ foi nomeado Historiador da Cidade de Havana em 1935, denominação que mais tarde designaria o gestor do patrimônio histórico e cultural cubano. Porém, a Oficina del Historiador de la Ciudad de Habana (OHCH) foi fundada somente em 1938, com caráter autônomo e com a responsabilidade de fomentar a cultura havaneira e seus vínculos internacionais, pendendo para a conservação dos monumentos históricos de Havana e os bens situados na capital da República que correspondem ao patrimônio nacional (<http://www.habananuestra.cu>). Esta instituição de alcance regional, na capital cubana, apareceu no cenário patrimonial do país antes de um órgão equivalente nacional.

Em 1936, Leuchsenring criou e liderou a sociedade "Amigos da Biblioteca Nacional", por meio da qual denunciou o caos educativo e cultural que vivia Cuba e, em especial, as instituições bibliotecárias do país. A biblioteca teve como fonte da formação de seu acervo as doações dos sócios da Sociedade Cubana de Estudos Históricos e Internacionais, também presidida pelo Dr. Leuchsenring. Os intelectuais disponibilizaram suas bibliotecas particulares ao serviço público (contanto que cada

¹⁷"Através das Instituições culturais que dirigiu, uniu-se aos intelectuais de todas as tendências em prol do resgate da história e dos valores nacionais, contra o colonialismo e o imperialismo, para o desenvolvimento do estudo científico da História de Cuba. Criou vínculos de amizade com o México, Porto Rico, Espanha Republicana, República Dominicana, a União Soviética, etc. Lutou contra as ditaduras, o fascismo, o falangismo e o anti-semitismo. Em 1940, participou ativamente do movimento "Por una escuela Cubana en Cuba Libre". Propôs a criação da Comissão de Monumentos, Edifícios e Lugares Históricos de 'La Habana', a constituiu e preside. Propôs criar e preside a Sociedade Cubana de Estudos Históricos e Internacionais. Propôs a criação e criou o Museu da Cidade. Em 1942, foi eleito Presidente da Sociedade de Livre Pensadores de Cuba. É membro da Corporação de Turismo de Cuba. Presidiu e organizou o Primeiro Congresso Nacional de História e os sucessivos. Em 1944, tornou-se membro da Junta Nacional de Arqueologia e Etnologia" (<http://www.habananuestra.cu>).

usuário conservasse a propriedade das obras emprestadas) e a sociedade iniciou os processos de patrimonialização.

Também, a fim de salvaguardar bens de arquivo também valiosos, que, inclusive, estavam no Arquivo Geral do Município, foi criado, através do Decreto nº 9, de 03 de agosto de 1937, pelo Corregedor Dr. Antonio Beruff Mendieta, o Arquivo Histórico Municipal Havaneiro, sob a sugestão do então Historiador da Cidade de La Habana, Dr. Emilio Roig. Assim, pela custódia de Leuchsenring ficaram as coleções das *Atas Capitulares* da Prefeitura de 'La Habana', as Atas da Junta Municipal de 'La Habana' e as Cédulas Reais, compendiadas como todos os bens de valor histórico. O Arquivo Histórico começou a funcionar em setembro de 1937, mas somente foi inaugurado no dia da fundação da OHCH, quase um ano mais tarde.

A OHCH (Oficina del Historiador de La Ciudad de Habana) foi inaugurada em 11 de junho de 1938 e instalada no andar térreo do Palácio Municipal, na capital do país. Neste mesmo dia, foram inaugurados o Arquivo Histórico Municipal Havaneiro e a Biblioteca Histórica Cubana y Americana. Nesta primeira sede, o então historiador da cidade, Leuchsenring, era capaz de estabelecer contato direto com o público curioso e/ou estudioso das disciplinas da história, cultura, patrimônio, uma vez que, até então, somente era possível realizar estes contatos através dos *Cuadernos de Historia Habanera*¹⁸, publicações editadas de 1935 a 1954, quase todas com prefácio do Dr. Leuchsenring e algumas delas também totalmente escritas por ele. Tais cadernos apresentavam relatos com viés historiográfico e tratavam de assuntos que iam desde homenagens a ilustres havaneiros, biografias, conferências de história, cursos de história, a volumes sobre a história de Havana e a Praça de Armas (<http://www.habananuestra.cu>).

A OHCH é subordinada ao Museu de la Ciudad de La Habana e, de modo consecutivo, a cada museu de cada centro urbano provincial. A fundação do Museu Municipal teve a iniciativa do historiador Dr. Emilio Roig de Leuchsenring e, em 1942, com a concordância da Prefeitura, em sessão ordinária, foi fundado o primeiro

¹⁸ Quando o Dr. Emilio Roig de Leuchsenring foi nomeado Historiador da Cidade, em 1935, teve interesse em dar projeção popular às funções exercidas por ele no novo cargo. Para tal, sugeriu ao Governador Guillermo Belt que o Município publicasse obras leves, claras, de distribuição gratuita, sobre os temas históricos locais. Foram elas: *Cuadernos de Historia Habanera*, *Colección de Documentos para la Historia de Cuba*, *Historia de la Habana I*, *La Habana. Apuntes Históricas*, *El Escudo Oficial del Municipio de La Habana*, *Colección Histórica Cubana y Americana*, *Homenajes a Próceres Cubanos*, *Homenajes a Próceres Hispanoamericanos*, *Colección del Centenario de Martí*, *Colección del Bicentenario de 1762* (<http://www.habananuestra.cu>).

Museu da Cidade, dirigido por Leuchsenring, que compartilhou sua primeira sede com a Oficina del Historiador. Dr. Leuchsenring havia colecionado itens de valor histórico havaneiro e foi assim que o primeiro acervo foi montado. Muitas peças foram doadas pelo Estado e município, por instituições e por iniciativa privada (Ibid.). Mesmo com a fundação deste Museu, em 1942, somente vinte e seis anos mais tarde, em 1968, as salas expositivas foram inauguradas pelo Dr. Eusébio Leal (<http://www.ohch.cu>).

Em 29 de dezembro de 1941, por disposição do Corregedor Municipal Dr. Raúl G. Menocal, a sede da Oficina do Historiador da Cidade foi transferida para local mais amplo e adequado, no piso intermediário do próprio Palácio Municipal. Em 1947, a OHCH foi instalada no Palácio Lombillo, por iniciativa do Corregedor Municipal Sr. Nicolás Castellanos Rivero, em frente à Praça da Catedral, possibilitando a ampliação do Museu de la Ciudad que não mais dividia suas dependências com a Oficina do Historiador no antigo palácio.

Ainda hoje, a OHCH dá continuidade aos trabalhos iniciados pelo Dr. Emilio Roig de Leuchsenring, sob a direção do Dr. Eusebio Leal Spengler, doutor em Ciências Históricas pela Universidade de Havana¹⁹. Em 1967, foi nomeado Diretor do Museu da Cidade de Havana, sucedendo seu mestre, Dr. Leuchsenring, assumindo o cargo de Historiador da Cidade assim como a direção da "Oficina del Historiador de la Ciudad". Assumiu as obras de restauração da Casa do Governo, o antigo Palácio dos Capitais Gerais e a Casa Capitular, concluindo-as em 1979.

Adicionada à multifuncionalidade da OHCH, está a Direção do Patrimônio Cultural, que funciona como a entidade mais antiga da instituição. Sua missão é contribuir para o conhecimento da história e culturas cubanas

[...] a través de la preservación de los símbolos y expresiones materiales y espirituales de la nacionalidad, la dirección intenta además recuperar y preservar la memoria histórico cultural de la ciudad y especialmente de su Centro (<http://www.ohch.cu>).

Subordinada à Direção de Patrimônio Cultural, existe a Vice-direção de Museologia, que se encarrega de estabelecer as metodologias, planos e controles sobre a pesquisa histórica, arqueológica e museológica, assim como o controle de

¹⁹ Presidente da Comissão Nacional de Monumentos, Presidente do Comitê Cubano do ICOM e Presidente de Honra do Comitê Cubano do ICOMOS; Decano da Faculdade do Colégio Universitário "San Jerônimo de La Habana" (<http://www.habananuestra.cu>).

inventários, documentos nas áreas de museologia e museografia de todo o sistema da OHCH. Desde então, se convencionou a política expositiva museal, para que haja controle de qualidade nos museus, casas, salas e centros culturais do Centro Histórico (Ibid.).

Com a chegada das décadas de 80 e 90, foram criados órgãos responsáveis pela gestão e administração do patrimônio cultural em outras províncias cubanas: aos Centros Provinciais de Patrimônio Cultural estão adscritos os museus, as Equipes Técnicas de Monumentos e os Registros Provinciais de Bens Culturais, presentes em cada província da ilha. Estes Centros Provinciais são subordinados ao Conselho Nacional de Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, especificado mais adiante, que exerce sua função em escala nacional. A estrutura da instituição apresenta-se em um gabinete central, que tem subordinação nacional e provincial. O município não possui esta estrutura: são os museus os organismos municipais a desenvolver as funções patrimoniais. Cada município tem um museu onde é desenvolvido todo o trabalho de gestão, interpretação, inventariação e pesquisa.

A museologia tem sido ação constante desde os trabalhos iniciais voltados para a conservação do centro histórico/cultural cubano. De acordo com Marta Arjona Pérez²⁰ (Apud PÉREZ, 1986, p.23), os museus de história são os que mais se relacionam com os problemas sociais. Para ela, os museus podem ser a solução dos problemas sociais e culturais em uma cultura de governo socialista. Em uma sociedade subjugada às políticas corruptas, os membros da classe baixa não apresentam condições de buscar soluções aos problemas sociais e culturais em um museu. Isso será possível quando "[...] as massas realizarem sua verdadeira função, e o povo [...] tiver o direito de falar com sua própria voz". É sob este conceito que as políticas patrimoniais vão sendo formadas em Cuba, fazendo-se valer dos museus como importante ferramenta de educação patrimonial e inclusão social e cultural. Mesmo que algumas contradições se façam visíveis nesse cenário patrimonial socialista, os museus cubanos, assim como a política e legislação patrimonial do país, desenrolam ações interessantes, que podem ser levadas em consideração pelos gestores patrimoniais e culturais brasileiros (será dissertado, nas próximas linhas, sobre essas contradições, juntamente com as ações de ambos os países).

²⁰ Marta Arjona Pérez, Diretora da Dirección Nacional de Patrimônio, do Ministério da Cultura, Cuba, de 1976 até sua morte em 23 de maio de 2006. Nos anos 80, foi Vice-presidente do Comitê Internacional do ICOM.

Na capital cubana, o órgão responsável pela gestão do patrimônio é a Oficina do Historiador da Cidade de Havana (OHCH) (<http://www.ohch.cu>). Em outros centros declarados Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, como Camagüey (2008), o escritório é também conhecido como Oficina do Historiador; em Trinidad (1988) e em Santiago de Cuba (1997), estes são denominados Oficina do Conservador da Cidade. Em Cienfuegos, também Patrimônio da Humanidade desde 2005, a Oficina do Conservador da Cidade foi fundada um mês antes da entrevista de campo, em janeiro de 2008, e ainda não estava em funcionamento (os trabalhos ainda estavam sendo realizados no Centro Provincial do Patrimônio Cultural). A diferença entre as responsabilidades está na denominação "historiador" e "conservador", pois todos os escritórios desenvolvem a mesma função de gestão, restauro, formação e capacitação da cidade e pessoas que se envolvem com as ações patrimoniais. O escritório pioneiro foi o da capital cubana, como visto acima. Nos outros centros urbanos declarados Patrimônio da Humanidade, as Oficinas foram criadas posteriormente, por meio de decretos presidenciais, a exemplo do Decreto nº 213 de janeiro de 1997, que criou a Oficina del Conservador de la Ciudad de Camagüey (OHCC).

Para David Soler²¹, Subdiretor do Centro Provincial do Patrimônio Cultural de Cienfuegos, o termo Oficina do Conservador expressa de maneira mais eficaz o trabalho desenvolvido nos escritórios e, por isso, ele tem preferência pelo uso do termo.

Nas cidades declaradas Patrimônio da Humanidade, os Centros de Patrimônio desenvolvem o trabalho delegado pela Oficina do Conservador/Historiador. Como disse Soler, as Oficinas do Conservador "não são uma indústria cubana, (mas escritórios que) fazem o trabalho de consulta, de pesquisa e de interpretação do patrimônio material". Somente depois de 2003, os trabalhos voltados para o patrimônio imaterial começaram a ser engendrados. Antes desta data, os escritórios trabalhavam em prol dos bens patrimoniais móveis e imóveis. O labor era e ainda é somente de pesquisa e não há criação de empresas patrimoniais para fomentar o turismo cultural, por exemplo. No caso de Cuba, "el turismo es la principal fuente de dinero fresco", como relatou José Vazquez

²¹ David Soler concedeu esta entrevista em fevereiro de 2008 e, por ter trabalhado e pesquisado em Portugal, preferiu conceder a entrevista em português.

Rodríguez²², Diretor da Cadeira de Relações Internacionais da Universidade de Havana.

O Ministério do Turismo, criado em 1994, e o Ministério da Cultura de Cuba (1976) trabalham juntos para traçar estratégias de desenvolvimento, utilização e emprego do patrimônio cultural (Capítulo 3).

Nos centros urbanos patrimônios da humanidade, os recursos para o desenvolvimento da cidade e centro patrimonial são provenientes da prefeitura. Em alguns casos, como em Santiago de Cuba, Trinidad, Camagüey e Cienfuegos, o Estado cubano disponibiliza um orçamento para o desenvolvimento dos trabalhos. A UNESCO passa orçamento para a restauração "pontual", de acordo com David Soler, ou seja, para o restauro local, mas não todo o recurso necessário, porque o requisito para receber o título de Patrimônio da Humanidade conta com a responsabilidade e a contrapartida estatais. O poder administrativo deve repassar o orçamento para o desenvolvimento do patrimônio. A prefeitura faz todo o trabalho de controle, segurança e fiscalização do orçamento e há estrutura para tal.

O orçamento é anual. Com o decorrer do ano, há uma reorganização da verba de acordo com as necessidades, as restaurações, os projetos e as prioridades, quando o trabalho de esquematização do patrimônio vai sendo traçado para que seja compatível com o orçamento. O orçamento responde ao Programa de Desenvolvimento Cultural, que é estruturado a cada cinco anos. Uma série de estratégias, corretivos e indicadores de valor é feita.

1.2. Cronologia dos Acontecimentos, Legislações e Políticas

Em 1961, a grande campanha de alfabetização realizada em Cuba alfabetizou quase um milhão de cubanos, iniciando uma fase importante para o futuro patrimonial da ilha. Neste mesmo ano, criou-se a Imprensa Nacional e se deu início à publicação de obras dos grandes mestres da literatura universal. A primeira tiragem foi da obra espanhola de Miguel de Cervantes, *Don Quixote*, com mais de cem mil exemplares publicados, podendo ser acessados por quase todos os membros da sociedade cubana. Como aludiu Pérez (1986, p.14), uma cultura em

²² Em entrevista concedida em fevereiro de 2008.

que a voz do povo fosse ouvida poderia ter força o suficiente para ganhar consciência de si, premissa para a formação da identidade cultural que deve ser "[...] expresada como una consecuencia y no como un objeto en sí". Para Pérez, a soma dos bens culturais acumulados de modo voluntário pela comunidade configura o patrimônio cultural, e a consciência social imediata deste é a identificação do conjunto heterogêneo com um grupo da sociedade. Os museus aparecem como instrumento ativo na conscientização patrimonial, cultural e social em Cuba e não devem, de modo algum, servir de "objeto de recreação visual e técnico", "desvirtuando (as imagens e/ou conteúdos) compromissos políticos" (PÉREZ, 1986, p.28).

Nesse mesmo ano, foi criada a UNEAC (Unión de Escritores y Artistas de Cuba), uma organização não governamental que agrupa escritores e artistas da ilha. Fundada em 1961 pelo poeta Nicolás Guillén, a UNEAC organiza festivais, colóquios, cursos e oficinas de literatura.

Por tudo isso, a campanha de alfabetização e a inauguração da Imprensa Nacional, lançando livros de fácil acesso, foi primordial no auxílio da formação da identidade cultural cubana:

[...] hacer de nuestro pueblo uno de los más cultos del mundo en los próximos años como alternativa revolucionaria, humanista y dialógica al empobrecimiento espiritual, al escepticismo globalizado y a una impuesta banalidad, sustentados y difundidos por la más potente tecnología, implica un esfuerzo colosal de todas las potencialidades del país, de nuestras instituciones, artistas, intelectuales, promotores, instructores, investigadores, académicos, especialistas (<http://www.min.cult.cu>).

Por afirmações como essa acima, Cuba firma sua identidade cultural: um povo com acesso à literatura não somente de seu país, mas de intelectuais de todo o mundo. Obviamente temos de questionar quais livros, qual literatura e quais intelectuais são escolhidos para fazer parte da leitura cubana. Porque, se o governo socialista abre os caminhos para os livros, ele certamente escolhe qual leitura será benéfica para que o povo continue aceitando a Revolução Socialista, que é mantida há mais de meio século, já que a população ainda passa por bloqueios de liberdade de expressão e livre escolha. O intelectual cubano José Martí²³ é estudado, lido e

²³ José Julián Martí y Pérez (1853 –1895), também conhecido pelos cubanos como El Apóstol, foi um político, pensador, jornalista, filósofo, poeta e maçom cubano, criador do Partido Revolucionário

tem sua memória mantida em todos os cantos do país. Museus, casas-museu, galerias, escolas, ruas e avenidas levam o nome do revolucionário e matrizes escolares incluem sua vida e obras no currículo dos alunos. Destarte, visualizamos um país que utiliza a cultura e, conseqüentemente, o patrimônio cultural como um pilar de sustentação da identidade sociocultural revolucionária²⁴.

Em 1962, com a criação da Escola Nacional de Arte, a expansão do ensino artístico se inicia. Até o "Triunfo da Revolução", as funções culturais eram executadas através do Ministério da Educação e a gestão cultural estava a cargo de instituições privadas e associações voluntárias.

A criação do Ministério da Cultura em Cuba foi precedida pela criação de instituições, como o Conselho Nacional de Cultura, que, em 1961, se estabeleceu como a primeira instituição governamental independente, encarregando-se da política de desenvolvimento cultural da ilha; e do Instituto do Livro e Literatura em 1967, responsável pela política de desenvolvimento e promoção do livro e da literatura.

Uma importante rede de bibliotecas públicas que abarcam todos os municípios do país está regida metodologicamente pela Biblioteca Nacional José Martí, de acordo com o Decreto nº 3.387, de março de 1964, que estabelece esta instituição como a responsável por levar à prática a tarefa de compilação e arquivo especializado da bibliografia nacional (<http://www.min.cult.cu>).

Em 1967, a Oficina del Historiador de Havana passa a ser dirigida por Eusébio Leal, quem adaptou o legado conservacionista de antes e, com o intuito de um resgate social de relevância cultural, ampliou e dinamizou uma estratégia de desenvolvimento integral e auto-financiado. Nesse mesmo ano, Eusébio Leal passou a dirigir também o Museu de La Ciudad de La Habana, juntamente com a OHCH, pela Resolução nº 450 de 11 de dezembro desse ano.

A partir disso, houve a declaração do Centro Histórico de Havana como Monumento Nacional em 1978; em 1982, Patrimônio Cultural da Humanidade; em

Cubano e organizador da Guerra de 95. Seu movimento literário foi o modernismo (Museu da Revolução, Havana, Cuba, Fevereiro de 2008).

²⁴ Veremos no decorrer do trabalho como a gestão do patrimônio cultural cubano contribui na manutenção da identidade sociocultural socialista. E como o patrimônio material se dirige às elites dominantes, o que o patrimônio imaterial contrabalança, ao abranger a cultura popular, refletindo as diferenças étnico-culturais.

1993, Zona Priorizada para a Conservação e, por último, em 1995, através do acordo do Conselho de Ministros, Zona de Alta Significação para o Turismo.

A proclamação da Constituição Cubana em 1976 deu força à legislação cultural e o Ministério da Cultura foi criado sob a disposição da Lei 1.323, de 30 de novembro, organizando as atividades culturais do país, juntamente com a criação do Conselho Nacional de Cultura. A Constituição da República de Cuba incluiu em seus postulados que: "el Estado vela por la conservación del patrimonio cultural y la riqueza artística e histórica de la nación, protege los monumentos nacionales y los lugares notables por su belleza natural o reconocido valor artístico o histórico" (<http://www.min.cult.cu>).

Com um ministério exclusivo para a pasta da cultura, as ações culturais do país são organizadas junto às instituições que se criam de forma a fomentar e desenvolver as atividades culturais. Como é presente na Constituição "[...] los postulados [...] que apuntan sobre la política educacional y cultural del Estado, el Ministerio de Cultura ha adecuado la existencia de importantes bases legales al estado jurídico del sistema de la cultura [...]" (Ibid.). A partir dessas bases legais são traçadas as políticas sobre a cultura no país, que abrangem o patrimônio cultural:

Perfeccionamiento de las principales normas jurídicas específicas de la cultura y en su caso, de su legislación complementaria. Perfeccionamiento y adecuación del sistema contractual tanto en la esfera laboral como en la artística haciendo énfasis particular en el desarrollo de las relaciones jurídico económicas. Fortalecimiento del sistema de instituciones, en lo relacionado con el alcance de la personalidad jurídica de cada uno de sus componentes. Perfeccionamiento del sistema jurídico en general, en lo que pueda vincularse a la actividad cultural (normas civiles, administrativas, penales, etc.) Estudio de las posibilidades de creación y aplicación de nuevas formas y métodos de organización jurídico – económicas que propicien la promoción de programas culturales de interés en le ámbito nacional e internacional (<http://www.min.cult.cu>)

O Ministério serve como órgão de relação entre seis Fundações²⁵ e catorze Associações²⁶. Surge através do processo de institucionalização dos órgãos de

²⁵ Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano; Fundación Antonio Nuñez Jiménez de la Naturaleza y el Hombre; Fundación Ludwig de Cuba; Fundación Alejo Carpentier; Fundación Fernando Ortiz; Fundación Caguayo para las Artes Monumentales y Aplicadas (<http://www.min.cult.cu>)

Administração Central do Estado, com as funções de dirigir, orientar, controlar e executar "[...] en el ámbito de su competencia la aplicación de la política cultural del Estado y del Gobierno cubano, así como garantizar la defensa, preservación y enriquecimiento del patrimonio cultural de la nación cubana"(Ibid.).

As Direções Provinciais e Municipais são constituídas da mesma maneira e o foram assim no mesmo período, responsáveis pelo bom emprego da cultura nos seus âmbitos. Com alguma experiência adquirida, surgem, após um período de reorganização, novas instituições, como: o Instituto Cubano da Música, o Conselho Nacional de Artes Cênicas, o Conselho Nacional de Artes Plásticas, o Conselho Nacional de Patrimônio Cultural (especificado adiante) que se unem a outras instituições, como o ICAIC (Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica) e o Instituto do Livro, instituições de docência e pesquisa, de preservação do patrimônio cultural, de trabalho social com as comunidades, todos agregados ao Ministério da Cultura.

Quase vinte anos depois do Triunfo da Revolução, são estipuladas legislações que, nas suas urdiduras, trazem, pela primeira vez ao âmbito da legalidade, as ações de proteção ao patrimônio cultural e natural. Em 1977, a Lei nº 1 de Proteção ao Patrimônio Cultural é sancionada com o propósito fundamental de empreender uma ação educativa de âmbito nacional para desenvolver em todo o povo um sentimento de respeito ao patrimônio cultural e estabelecer as medidas de controle indispensáveis para conservar os bens que integram o patrimônio cultural da nação ou devam integrá-lo. O Artigo 1º desta Lei determina:

[...] de los bienes que, por su especial relevancia en relación con la arqueología, la prehistoria, la historia, la literatura, la educación, el arte, la ciencia y la cultura en general, integran el Patrimonio Cultural de la Nación, y establecer medios idóneos de protección de los mismos (<http://www.min.cult.cu>).

A Lei também cita que é o Ministério da Cultura o organismo encarregado de declarar e precisar os bens que devem fazer parte do patrimônio. No 2º Capítulo da

²⁶ Asociación Cubana de Artesanos Artistas; Asociación Cubana de Compositores y Autores Musicales; Asociación Federación Nacional de Cine Clubes de Cuba; Asociación Cubana de Bibliotecarios; Asociación Cubana de Coros; Asociación Cubana de Esperanto; Asociación Promotora del Tango; Asociación Nacional de Orquestas de Charangas; Asociación Cultural Yorubá de Cuba; Asociación de Percusionistas de Cuba; Asociación Memorial "Dr. Martin Luther King"; Asociación Amigos del Libro; Asociación Vitolfílica de Cuba; Unión Nacional de Historiadores de Cuba (Ibid.).

Lei, Artigo 3º, é criado o Registro Nacional de Bens Culturais²⁷, de que constam os dados que permitem identificar os bens e/ou o(s) lugar(es) onde estão situados, a pessoa física ou jurídica que é sua obtentora, e a razão pelo interesse cultural destinado a este bem.

A Lei nº 2, da mesma data, define o que se entende por monumentos nacionais e locais e regula sua proteção.

De acordo com a disposição do Artigo 1º, entende-se por Monumento Nacional:

[...] todo centro histórico urbano y toda construcción, sitio u objeto que, por su carácter excepcional, merezca ser conservado por su significación cultural, histórica o social para el país y que, como tal, sea declarado por la Comisión Nacional de Monumentos (<http://www.min.cult.cu>).

Por Monumento Local, a Lei dispõe:

[...] toda construcción, sitio u objeto que, no reuniendo las condiciones necesarias para ser declarado Monumento Nacional, merezca ser conservado por su interés cultural, histórico o social para una localidad determinada y que, como tal, sea declarado por la Comisión Nacional de Monumentos (<http://www.min.cult.cu>).

E, por último, define o Centro Histórico Urbano:

[...] el conjunto formado por las construcciones, espacios públicos y privados, calles, plazas y las particularidades geográficas o topográficas que lo conforman y ambientan y que en determinado momento histórico tuvo una clara fisonomía unitaria, expresión de una comunidad social, individualizada y organizada (Ibid.).

O Artigo 3º da Lei cria a Comissão Nacional de Monumentos, que tem como função a preparação de estudos e planos para a localização, conservação e restauração de construções, sítios e objetos já declarados ou que serão declarados monumentos nacionais ou locais. Autoriza, inspeciona e supervisiona toda obra que deve ser realizada em um monumento nacional ou local, assim como declara a necessidade de realização de qualquer tipo de intervenção. Esta Comissão é um

²⁷ Para um melhor cumprimento de suas funções e para o estabelecimento das coordenações necessárias, este Registro conta com um corpo de assessores encarregados pelos seguintes organismos: Comité Estatal de Finanzas, Banco Nacional de Cuba, Ministerio de Comunicaciones, Ministerio de Educación e de Educación Superior, Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, Ministerio del Interior, de Justicia, de Relaciones Exteriores, Academia de Ciencias de Cuba, Instituto Cubano de Radio y Televisión, Instituto Nacional de Turismo, Dirección General de Aduanas del Comité Estatal de Finanzas y el Instituto de Historia del Movimiento Comunista y de la Revolución Socialista de Cuba (<http://www.min.cult.cu>).

órgão adscrito ao Conselho Nacional do Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, e é o único órgão capacitado a fazer esta declaração. Uma Delegação revisa as obras e, quando necessário, requer as modificações cabíveis para restaurar a sua mais rigorosa autenticidade e o seu verdadeiro sentido histórico em relação às origens e fatos da nacionalidade cubana. É também função da Comissão orientar e supervisionar o trabalho das Comissões Provinciais de Monumentos, que foram criadas pelo Artigo 7º desta Lei nº 2, e a que são atribuídas as seguintes funções:

[...] adoptar las más estrictas medidas para la conservación de los Monumentos Nacionales y Locales de su territorio; velar por la conservación de los Monumentos no que dice respecto a ellos; desarrollar trabajos de investigación y divulgación; controlar el mantenimiento de aquellas construcciones, sitios y objetos, de valor local, que no reúnan las condiciones para ser declarados Monumentos Locales; cumplir las orientaciones de la Comisión Nacional de Monumentos (Ibid.).

Com a implementação das Leis nº 1 e 2 ficou estabelecido que o Consejo Nacional del Patrimonio Cultural (instituído em 1995, relatado abaixo) é a máxima direção do patrimônio, sendo subordinado ao Ministério da Cultura, assim como todas as instituições que surgirem com essa finalidade "las cuales serán las encargadas de organizar todo el trabajo metodológico, organizativo y de dirección" (David Soler, abril de 2009, entrevista concedida por *email*). Porém, nenhuma das Oficinas do Historiador e do Conservador pertence a este órgão, pois possuem autonomia administrativa legal, financeira, metodológica e institucional, o que, na verdade, contradiz o que está determinado na Lei.

Em dezembro de 1977, a Lei nº 14 de Direito do Autor é sancionada. O Ministério da Cultura propõe a criação de um Centro Nacional de Direito de Autor, cujos fins e funções gerais se expressam, dentre outras, para:

[...] contribuir a que se creen las condiciones jurídicas y las premisas morales y materiales más propicias para el trabajo de escritores y artistas y para el fomento de la creación de sus obras, conforme a la política trazada por el Ministerio de Cultura (www.min.cult.cu)

A partir da sanção desta Lei, outras surgiram, vinculadas ao patrimônio imaterial: o Decreto-Lei nº 68, de 1983, de Invenções, descobrimentos científicos, modelos industriais e marcas e denominações de origem; a Resolução nº 98, de junho de 1989, que cria o Registro do Artista Plástico e de Artes Aplicadas e põe em

vigor seu regulamento; os Decretos-Lei nº 144 e 145, de 1993, que reconhecem, respectivamente, a condição laboral dos músicos e escritores literários e dão as vias para sua proteção e apoio com o objetivo de fortalecer seu papel "en la creación de los valores espirituales del pueblo cubano" (www.min.cult.cu); as Resoluções nº 23 e 24, de 1995, que criam os Registros Nacionales del Creador Musical y Literario e determinam as inscrições e certificações das obras; o Decreto-Lei nº 106, de 1998, que estabelece a condição laboral e a comercialização das obras do artista plástico e de artes aplicadas; o Decreto nº 259, de setembro de 1998, que estabelece um regime de previdência social obrigatório a favor dos artistas plásticos e de artes aplicadas que realizam seus trabalhos de forma independente, não amparados por outro regime de previdência; o Decreto-Lei nº 203, de dezembro de 1999, que institui sobre a propriedade intelectual de marcas e outros signos distintivos; e o Decreto-Lei nº 228, de 2002, relativo às Indicações Geográficas.

De acordo com artigo da *Revista del Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello*, pesquisado no sítio eletrônico www.perfiles.cult.cu, de maio/dezembro de 2002, o patrimônio cultural imaterial cubano não se encontrava devidamente protegido. Por isso se fez necessária a criação de um grupo transdisciplinar ou comissão de trabalho especializada para o estudo, avaliação e promoção permanente do patrimônio imaterial, para que a valorização fosse possível a nível local, regional, nacional e internacional.

As pesquisas foram desenvolvidas com a cooperação de diversas instituições e centros de pesquisa com redes de caráter nacional, como: o CENCREM, as Oficinas de Historiadores e Conservadores, o CNPC, os Centros Provinciais de Patrimônio, as Equipes Técnicas de Monumentos e outras instituições culturais. Especialistas se juntaram em grupos de trabalhos, orientaram e intervieram em diversas restaurações, não somente em Havana Velha, como também em todo o país: programas de resgate foram traçados para centros, conjuntos históricos, paisagens culturais e sítios naturais, restauraram importantes obras do patrimônio móvel e conduziram pesquisas de diversas vertentes.

O Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, juntamente com o Centro de Antropología do Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA), desenvolveu um Atlas Etnográfico de Cuba (editado no

ano 2000), resumindo mais de vinte anos de pesquisas que valorizam, avaliam e socializam as peculiaridades dos fenômenos estudados.

O Centro de Investigación y Desarrollo de la Música Cubana (CIDMUC) publicou, em 1997, um Atlas de três volumes sobre os instrumentos da música folclórica – popular do país, representando o patrimônio sonoro cubano: instrumentos, conjuntos instrumentais e repertório musical. Esses dois Atlas apresentam um acúmulo significativo de informação sobre as questões inerentes ao patrimônio material e imaterial e tem servido de base para a continuação das pesquisas.

Cuba, em relação ao Brasil²⁸, tomou iniciativas precoces na proteção ao patrimônio cultural imaterial. Não há um livro de registro, tampouco um livro do tomo (para os bens patrimoniais materiais). Todas as ações lançadas em proteção aos patrimônios materiais e/ou imateriais são executadas pelos órgãos de sua proteção (Ministério da Cultura, Direção do Patrimônio Cultural, Centro Nacional do Patrimônio Cultural e suas vertentes, como CENCREM, OHCH, OCC, assim como os Institutos, Casas de Cultura e Centros de Pesquisa). Os bens patrimoniais imateriais cubanos protegidos são os referentes às legislações acima: a música, a dança, as artes plásticas e aplicadas e a literatura.

Para a proteção e a promoção do patrimônio cultural imaterial, o Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello outorga o Prêmio Memória Viva, para que obras no âmbito cultural imaterial sejam reconhecidas e valorizadas socialmente. Os trabalhos premiados destacam a preservação, a revitalização, a projeção artística e as personalidades vinculadas às manifestações ou gêneros da cultura popular tradicional, "ya sean de carácter espiritual o material" (www.perfiles.cult.cu). As diversas expressões da cultura popular são premiadas nas seguintes categorias:

Preservación de tradiciones, por comunidades o grupos, de expresiones culturales tradicionales.

Rescate y revitalización cultural como resultado de un trabajo científico que por sus características devenga de importancia social, científica, artística, cultural o económica en la vida de la localidad donde se desarrolla y que por su proyección y trascendencia como hecho cultural, repercuta en el ámbito

²⁸ O Brasil, como será apresentado no próximo capítulo, somente criou uma legislação que favoreceu o patrimônio imaterial em agosto de 2000: o Decreto nº 3.551, que instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

nacional e internacional. La revitalización deberá quedar demostrada con la vigencia de la manifestación o género en cuestión.

Proyección artística, en todo o en parte, de una manifestación o género del quehacer cultural popular tradicional, que sea resultado de una indagación o del conocimiento de sus elementos formales y conceptuales sin desvirtuar su esencia.

Personalidades que cultivan diversas expresiones culturales tradicionales, que hayan mantenido una labor destacada y sistemática en su comunidad y que trasciendan al ámbito nacional e internacional. (Ibid.).

Paralelamente, há outra premiação, outorgada pelo Centro Nacional de Casas de Cultura, o Premio Nacional de Cultura Comunitaria, que almeja reconhecer a obra de vida de instituições e personalidades dedicadas ao trabalho sociocultural, que trafega desde o âmbito regional ao nacional²⁹.

A Oficina del Historiador de la Ciudad de la Habana tem também trabalhado, por quinze anos, no resgate e difusão do patrimônio musical cubano e latino-americano. Um exemplo dessa dedicação é a gravação de nove fonogramas cujo repertório inclui a música dos maestros das capelas das catedrais de Havana e Santiago de Cuba³⁰. "Cada uno de estos discos cuenta con el respaldo de una investigación musicológica" (<http://www.habananuestra.cu>).

No entanto, podemos indagar se o patrimônio cultural cubano, tanto o material quanto o imaterial, não abarca somente os ícones da elite colonizadora. Estes também fazem parte dos bens patrimonializados do país, mas é possível que, como as legislações patrimoniais nasceram juntamente com o governo socialista, tenha havido a prerrogativa do governo de "usar" a cultura e, conseqüentemente, o

²⁹ Em 14 de abril de 2009, a publicação de duas obras de alta valia para a cultura cubana, pela Ediciones Boloña, foram apresentadas no Museo de la Ciudad de la Habana: *A Biografía de un Cimarrón*, que conta a história "del negro cimarrón" e *Fátima o el Parque de la Fraternidad*, do escritor cubano Miguel Barnet. Ambas foram qualificadas pelo Historiador de la Ciudad, Eusebio Leal Spengler, como (uma) "exaltada labor del patrimonio intangible de Cuba" (<http://www.habananuestra.cu>).

³⁰ Essas gravações fizeram parte da Feira Internacional Cubadisco 2009. A Feira Internacional Cubadisco surgiu nos anos 90, quando as ações da indústria e música cubana cresceram muito e impuseram a necessidade de criar um intercâmbio entre os produtores e executivos da indústria musical e organizar uma maneira de estabelecer um equilíbrio entre todas as casas discográficas cubanas e estrangeiras, que, em 1997, já eram seis. Assim, surgiu, em 1997, a I Feira Internacional Cubadisco e o Prêmio que se entregou pela primeira vez às companhias participantes em diferentes categorias competitivas. Ficou instaurado o Fonógrafo de Ébano, como símbolo máximo do evento. A partir de 1998 até hoje, o prêmio se dividiu em mais de 25 categorias, nas quais se agrupam todos os gêneros musicais. O Comitê do prêmio é integrado por profissionais de alto nível, entre músicos, musicólogos, críticos, diretores de programas musicais de rádio e televisão, jornalistas e diretores de revistas especializadas. A cada ano, o evento se dedica a um país e a um gênero musical. Em 2001, se instaurou o Prêmio de Honra que se entrega a personalidades cubanas ou estrangeiras com trajetória excepcional de contribuição para a criação e a promoção musical de grande significado cultural e social (<http://www.opushabana.cu>).

patrimônio cultural na formação da identidade cultural do povo cubano. Buscar na historicidade cubana a formação da identidade implica encontrar o uso dos bens da elite colonizadora (como história) na apropriação do patrimônio cultural: parte-se de um passado colonizado, sem negar as origens "esmagadoras" da colonização, até se chegar ao presente socialista, "igualitário", que se apropria dos fatos históricos justamente para marcar a diferença entre o passado e o presente: neste, o povo pode se ver livre do passado de "dominados".

Em 1978, o Centro Histórico e o sistema de fortificações coloniais de seu entorno foram declarados Monumentos Nacionais da República de Cuba.

Em 1979, a Lei nº 23 permitiu criar:

En cada uno de los municipios de la República [...] un museo en el que se conserven y muestren, para su conocimiento y estudio, documentos, fotografías u otros objetos referentes a la historia nacional y local que reflejen las tradiciones del pueblo, los episodios sobresalientes de sus luchas, los hechos y la vida de sus personalidades destacadas en las diversas épocas y lo referente al desarrollo de su economía, su cultura y sus instituciones En las capitales de provincia el museo municipal que se cree tendrá, además, carácter provincial (<http://www.min.cult.cu>)

Estes museus passaram, então, a desempenhar o papel de gestores do patrimônio cultural municipal. Cada museu cubano é um centro de estudo, pesquisa, conservação e exposição de bens culturais e tem como função a difusão da cultura cubana. Segundo o texto exposto na Lei, deveriam contribuir como multiplicadores do "sentimento" de patriotismo do povo.

A história política cubana é repleta de episódios de lutas, de governos totalitários e de desagravos. Ao invés de o governo socialista tentar apagar esse passado, apagar a elite dominante, ele (o governo) faz uso deste através dos museus de história, para contar a trajetória da sociedade cubana, imprimindo no povo o orgulho de estar ocupando o lugar que ocupa agora: um lugar digno, ocupado por toda a população, que não lhe foi negado, ao contrário lhe é mostrado, compartilhado e apresentado. Esses "planos" de uso da cultura para sustentação da identidade são passíveis de reconhecimento e curiosidade. O uso e instrumentalização dos museus como ação de gestão patrimonial sustentável podem servir de exemplo para várias sociedades, desde que não se levem em conta as

contradições aparentes do sistema socialista, mas as funções e usos do patrimônio voltados para a inclusão social.

Em 1981, o Estado cubano aprovou o Plan Quinquenal de Restauración, assinando um orçamento exclusivo para a reabilitação e a restauração do Centro Histórico. A OHCH coordena o processo de restauro. Um ano depois, na Convenção de Patrimônio Mundial, em Paris, na sua sexta reunião intergovernamental, ficou decidido por unanimidade que Havana Velha e seu sistema de fortificações fossem declarados Patrimônios Culturais da Humanidade.

Pelo Decreto nº 129, de julho de 1985, o desenvolvimento da escultura monumental e ambiental foi regulado e estabelecidos os delineamentos a serem executados, as atribuições e funções para abranger a ampliação e a inclusão do entorno ambiental como parte subsistente da formação cultural do povo cubano. O olhar voltado ao entorno foi peremptório para o desenho dos projetos sociais de uso do espaço patrimonial, como poderá ser analisado nos capítulos três e quatro.

Através dessas Leis e Decretos, é possível avaliar a formação da identidade cultural cubana que, como acredita Marta Arjona Pérez (1986), é produzida através do patrimônio e é uma consequência dele. As legislações que lançam luz à proteção patrimonial e ambiental fazem uso dos monumentos e museus como instrumentos de educação patrimonial para uma melhor e mais eficaz apreensão e apropriação do patrimônio por parte da população. Para David Soler, o patrimônio é parte do presente. A sua capacidade patrimonial está em sua utilidade social, que está contida no momento presente, que é/ou deveria ser dinâmico e nunca fixo. Se este critério de valorização patrimonial no presente é revertida, muda-se toda a concepção patrimonial.

Em 1993, o Decreto-Lei nº 143 ampliou o marco de autoridade da OHCH e fortaleceu sua condição de instituição cultural com personalidade jurídica própria para obter recursos financeiros. Em seu Artigo 1º, trouxe o conceito de Centro Histórico; patrimônio mundial; área priorizada para conservação – que compreende o patrimônio mundial (Centro Histórico e fortificações da baía havaneira), o entorno, as áreas externas às muralhas até o Parque da Fraternidade; e o espaço urbano, que dá continuidade aos seus conceitos lançados.

O Artigo 4º define que a OHCH se subordina ao Museu da Cidade, assim como

[...] sus dependencias, los departamentos que determine el Historiador de la Ciudad de La Habana, la Empresa de Restauración de Monumentos y otras entidades que se consideren convenientes para el desarrollo social del centro histórico y la promoción de actividades turísticas y comerciales (<http://www.habananuestra.cu>).

O Conselho Nacional do Patrimônio Cultural (CNPC) foi criado em 1995 e é o órgão do Ministério da Cultura responsável por precisar e declarar que bens devem formar parte do patrimônio cultural da nação, estimular o aprofundamento do estudo e a revitalização das expressões da cultura popular tradicional de cada região cubana, com a finalidade de trazer o sentimento de pertença e identidade da população e fortalecer suas expressões autênticas, o que constitui o patrimônio intangível. Para que este objetivo se cumpra, foi traçado o Programa Nacional de Patrimônio especificado mais adiante.

Os bens patrimonializáveis e patrimonializados³¹ estão sujeitos aos preceitos da Lei nº 1. O CNPC conta com uma Presidência, três Vice-Presidências e quatro instituições a ele subordinadas: o Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia (CENCREM)³², Registro Nacional de Bens Culturais da República de Cuba, o Museu de Artes Decorativas e o Museu da Dança. Desde 1978, a Comissão Nacional de Monumentos tem protegido 468 sítios de valor patrimonial: 213 monumentos nacionais, 186 monumentos locais e 69 zonas de proteção.

O CNPC ainda conta com dois grupos de trabalho subordinados à presidência: o grupo de Informática, responsável pela introdução de novas tecnologias e automatização na esfera de trabalho do Conselho, e o grupo de Relações Públicas e Promoção, que mantém um intercâmbio com as instituições internacionais vinculadas ao trabalho do Conselho, como a UNESCO, ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), ICOM (Conselho Internacional de Museus) e ICCROM (Conselho do Centro Internacional de Estudos para a

³¹ São bens patrimonializados e patrimonializáveis os bens que, segundo o Artigo 1º da Lei nº 1, abarque não somente os bens materiais móveis e imóveis (pré-história, arqueologia, história) como também os de natureza imaterial (literatura, arte, ciência, e, educação). Não necessariamente essas categorias se limitam a um ou outro patrimônio exclusivamente.

³² O CENCREM foi criado a partir do Decreto nº 77, de 23 de outubro de 1980, pelo Comitê Executivo do Conselho de Ministros da República de Cuba (<http://www.cencrem.co.cu>).

Conservação e Restauração de Bens Culturais). A divulgação nos meios de comunicação de massa sobre a importância do patrimônio cultural cubano e os esforços na realização de sua preservação são também tarefa do grupo de Relações Públicas.

Ainda em 1995, o Acordo 2951, do Comitê Executivo do Conselho de Ministros da República de Cuba, declarou o Centro Histórico uma *Zona de Alta Significación para el Turismo*.

Em 1999, a Lei nº 87 modificou a Lei nº 62 do Código Penal, que protegia o patrimônio cultural da nação contra delitos de qualquer tipo, incidindo em prisão ou pagamento de multas.

Há também instituições que oferecem um suporte básico à gestão da cultura cubana e ao seu desenvolvimento e foram criadas para que a pesquisa e o constante trabalho de educação sejam dilatados, aperfeiçoados e estendidos a todas as camadas da população cubana. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura Cubana Juan Marinello se relaciona com as outras diversas instituições de produção e criação artística, com atividades educacionais de arte, buscando formar técnicos capacitados que abordem as diferentes esferas do trabalho cultural. As instituições docentes são: Instituto Superior de Arte, Centro Nacional de Escolas de Arte, Escola Nacional de Arte, Centro de Superação para Cultura.

O governo cubano desenvolve, sob a pasta do Ministério da Cultura, os Programas Nacionais, que são programas de desenvolvimento cultural que outorgam a constituição da expressão da política cultural cubana e os princípios que a sustentam. São instrumentos fundamentais de gestão, que definem estratégias a partir de estudos e diagnósticos de cada realidade na qual atuam. "En el modelo social cubano, la cultura es un insustituible instrumento de transmisión de valores éticos que actúan en el crecimiento humano" (<http://www.min.cult.cu>).

O desenvolvimento de Programas Nacionais com viés cultural tem como finalidade desvincular o povo cubano do "monopolio de la información y las comunicaciones como mensajes de una pretendida cultura 'única', consumista y llena de mediocridad" (<http://www.min.cult.cu>) e tentar, ao invés, fomentar o cultivo e o respeito pelos valores culturais nacionais e locais. As políticas de preservação do patrimônio cultural cubano ficam centradas nas estratégias e princípios do Programa Nacional. O Ministério da Cultura tem traçado o Programa de Desenvolvimento de

uma Cultura Geral e Integral que dá direção às políticas de preservação e de difusão do patrimônio cultural: o desenvolvimento e acesso às novas tecnologias, com a introdução da computação no sistema de ensino básico, assim como a abertura de "clubes" de computação para que toda a comunidade tenha acesso à tecnologia de computadores; introdução de televisores que auxiliam no programa audiovisual de todas as escolas cubanas, mesmo aquelas em regiões mais afastadas; introdução de um canal educativo na televisão de canal aberto para a promoção de temas culturais; criação de novas escolas de formação de instrutores de arte em todo o país e novas escolas de artes plásticas; nova sede para a Escola Nacional de Ballet; reabertura do teatro Amadeo Roldán e do Museu Nacional de Belas Artes; o desenvolvimento do vínculo entre instituições e criadores; a integração de estratégias comuns com diversos organismos e setores sociais, com interesse particular na relação do setor educacional com os meios de comunicação.

A partir dessas prioridades, estratégias são lançadas para que se cumpram os objetivos da política cultural cubana:

Los principios fundamentales de la política cultural cubana, refrendados en nuestro programa, han tenido una salida concreta en múltiples acciones culturales, tanto desde las instituciones culturales como desde las organizaciones que agrupan a los artistas y escritores cubanos [...] así como en la labor conjunta desarrollada con otros organismos y organizaciones (<http://www.min.cult.cu>).

Os Programas Nacionais de Cultura se subdividem em "Programas Ramales"³³, "Territoriales"³⁴, "Especiales"³⁵. Estes programas são aprovados pelo órgão máximo da Direção do Ministério da Cultura. Na pasta dos "Programas Ramales", está o Programa Nacional de Patrimônio, desenvolvido pelo Conselho Nacional do Patrimônio Cultural (CNPC), e é o instrumento para o cumprimento de sua missão e definição de políticas neste campo. O CNPC está diretamente envolvido na

³³"Desenvolvem-se e respondem a linhas específicas de desenvolvimento da criação artística (música, literatura, artes plásticas e artes cênicas), patrimônio, pesquisas, informática, cultura e outros" (<http://www.min.cult.cu>) – (Trad. Nossa).

³⁴"Expressam a política cultural levando em conta as particularidades de cada lugar. Elaboram-se a partir de um diagnóstico que traz os antecedentes histórico-culturais de cada lugar, suas tradições, as características específicas de ordem social, econômica e cultural em geral" (Ibid.).

³⁵"Respondem a interesses de ordem social e econômica: a educação, o turismo, as zonas montanhosas do país, que respondem a prioridades de políticas culturais. São: Programa Nacional de Cultura, Programa Martiano, Programa Nacional pela Leitura, Programa de Cultura e Turismo, Programa de Educação Estética na Escola Cubana, Programa de Extensão Universitária, Programa de Desenvolvimento Cultural em áreas de difícil acesso; Plano Turquino" (Ibid.).

execução dos trabalhos, juntamente com as instituições encarregadas e "possuidoras" do patrimônio em todo o país. O objetivo principal do Programa de Patrimônio é "[...] favorecer la protección y puesta en valor del patrimonio cultural y natural de la nación" (<http://www.min.cult.cu>).

Para este Programa, quinze objetivos foram traçados para que a preservação, a priorização do resgate à memória, à proteção, conservação e restauração dos bens móveis e imóveis da nação fossem executados da maneira mais eficaz possível.

Estes objetivos se resumem a: promover o conhecimento e proteção do patrimônio natural; promover o resgate do patrimônio intangível como parte da identidade nacional cubana; obter maior reconhecimento das leis de proteção ao patrimônio cultural e trabalhar para sua atualização e aperfeiçoamento; obter maior desenvolvimento nas atividades de pesquisa e no trabalho científico-técnico relacionado ao patrimônio cultural; aperfeiçoar a superação e a preparação do pessoal vinculado aos trabalhos voltados ao patrimônio; garantir a inscrição dos bens que tenham sido declarados patrimônio cultural da nação; aplicar a informática ao processo de controle e difusão do patrimônio cultural; aperfeiçoar o sistema de eventos de caráter investigativo, em busca da racionalidade e coerência requeridas, e a partir das necessidades da museologia, a conservação e restauração, assim como as iniciativas de personalidades e instituições vinculadas ao patrimônio cultural e natural; promover o conhecimento e difusão do patrimônio cultural conjuntamente à mobilização social; manter os vínculos com a UNESCO, em especial com o Comitê de Patrimônio Mundial, assim como com as organizações governamentais e não governamentais diretamente relacionadas ao patrimônio cultural; obter uma rede de lojas caracterizadas nos museus, que ofereçam artigos que reflitam o perfil de cada instituição (<http://www.min.cult.cu>).

O Programa Ramal de estudo e preservação do patrimônio material e imaterial (em Cuba os termos usados são: tangível e intangível) tem como característica a ajuda na formação das políticas de reafirmação da identidade cultural e nacional.

A distinção entre o patrimônio:

tangible e intangible es de carácter operativo pues los objetos creados por el ser humano han sido previamente pensados y concebidos en la mente o mediante reiterados experimentos. De modo inverso, los valores humanos más abstractos también se exteriorizan en símbolos, formas verbales y no verbales de comunicación, que también se plasman en objetos (www.perfiles.cult.cu)

Assim, é possível entender as leis criadas e voltadas para o patrimônio imaterial com um viés subjetivo, como as exemplificadas acima. Cuba, desde muito cedo (1977), em comparação ao Brasil, por exemplo, valida os trabalhos humanos, seus conhecimentos e valores apreendidos e transmitidos como parte integrante da cultura e, conseqüentemente do patrimônio nacional.

Desde 1959, as legislações culturais incorporaram a proteção do patrimônio histórico-cultural cubano. Os museus, tidos como instituições de gestão, interpretação, inventarização e pesquisa, ultrapassam o uso estético e recreativo, auxiliando na educação patrimonial e na conseqüente apreensão do patrimônio nacional pela comunidade cubana – o que tenta trazer à tona o pertencimento ao patrimônio, sentimento base dos motivos de preservação de bens culturais.

CAP.2. A POLÍTICA OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO



Fitas do Senhor do Bonfim
Salvador, Bahia.

Fotografia: Rodrigo Rueda.
<http://images.google.com.br/>.



<http://images.google.com.br/>.
www.uniblog.com.br/acaradobrasil/.

2. O Patrimônio Cultural Brasileiro: um campo específico no conjunto das políticas públicas brasileiras.

"Arte é uma palavra geral, que neste sentido significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos".

Mário de Andrade

"Considere que o que você toma como uma 'coisa' ou como um 'fato' pode muito bem ser percebido como um empreendimento lingüístico, como um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos".

José Reginaldo Santos Gonçalves

O histórico da constituição das políticas de patrimonialização de bens culturais como um campo especializado das políticas públicas brasileiras é parte de um movimento mais amplo de constituição da própria identidade cultural brasileira; da constituição de suas especificidades *vis-à-vis* à sua relação com os movimentos culturais “estrangeiros”; e da conquista do espaço institucional de gestão em meio às disputas políticas e o intrincado mundo da burocracia estatal. É também o histórico do esforço nacional para se contrapor à hegemonia das concepções elitistas do patrimônio cultural, centradas na “pedra” e no “cal”, com o desenvolvimento de políticas de patrimônio que “registrem” as várias expressões da cultura e do meio-ambiente brasileiros.

Ao estudar e analisar a constituição do SPHAN e as bases das políticas patrimoniais brasileiras neste século, é possível avaliar a formação da identidade cultural no país através de uma narrativa modernizadora que parte da elite intelectual modernista de 1922, fase em que ocorreria a transição do poder dos senhores de engenho e fazendeiros para a classe média e o fim da política café-com-leite, e a chegada do Estado Novo.

Nessa fase, depois da Revolução de 30, o que se buscava era a modernização não somente das estruturas físicas das cidades, mas também “[...] das estruturas econômicas político-administrativas culturais” (GONÇALVES, 2002).

A educação e a cultura estavam no bojo das questões político-administrativas da década de 30, período que fez parte da segunda fase do modernismo, pós-Semana de Arte Moderna em 1922.

As fases do modernismo presente nas artes, arquitetura, *design*, música, artes plásticas e na própria organização social influenciaram os intelectuais e artistas brasileiros, que, na sede pelo moderno, não necessariamente abandonaram o passado, mas, ao contrário, puderam usar a história como inspiração para incorporar o novo. O modernismo no Brasil começa com a redescoberta do país, e um sentimento nacionalista emerge em contextos sociais. A necessidade de incluir todos os “brasis” dentro da nova era da ‘modernização’ marca fortemente esse período que, incluindo as três fases do movimento modernista, dura de 1922 a 1978 (<http://pt.wikipedia.org>).

Importante para o contexto patrimonial brasileiro, a introdução do movimento modernista no país precedeu tomadas de decisões categóricas para o reconhecimento do que viria a ser patrimonializável. A década de 30 marcou um ponto na história do patrimônio cultural brasileiro, porque, nesse período, as ações modernistas de estabelecimento de uma identidade cultural nacional que abarcasse todos os 'brasis' contidos nas diversas representações culturais do país tomam forma e força. Foi também nesse tempo que o patrimônio cultural nacional foi pensado.

No cenário do Estado-Novo, com a política ditatorial e a censura, no fim da década de 30, o palco dos acontecimentos das novas políticas patrimoniais foi montado. Os modernistas verde-amarelos aparecem nesta fase, retomando o lema da 'originalidade ou morte' e apresentando em seus projetos culturais a necessidade de um governo autoritário para a independência cultural brasileira, em que o rompimento com “[...] toda a herança cultural européia” (<http://www.cpdoc.fgv.br>) se fazia urgente para as atividades modernizadoras no país.

A constituição do modernismo nacional passou, assim, por uma fase de ambigüidades. Mesmo que meio à industrialização e urbanização das cidades “[...] permanecessem a tradição colonialista, os latifúndios, o sistema oligárquico e o desenvolvimento desigual das regiões [...]” (Ibid.), houve uma ruptura dos valores culturais: as “[...] idéias de simultaneidade [...] velocidade e arrojo passaram a expressar os tempos modernos” (Ibid.). As artes conseguem, assim, capturar o

movimento da modernidade, expressando-o através das imagens que surgiam em diferentes mídias.

Mas o Brasil apresentava outro problema que inquietava os pensamentos intelectuais de então: "Nós não conhecemos uns aos outros dentro do nosso próprio país" (frase do escritor carioca Lima Barreto. In: <http://www.cpdoc.fgv.br>). Esta frase marca o espírito da década de 20. Lança-se, em tal ocasião, a tarefa de "construir a nação", "repensar a cultura", "resgatar as tradições, costumes e etnias que haviam permanecido praticamente ignorados pelas elites" (Ibid.).

Neste cenário de busca pela formação da identidade cultural e "étnica" nacional, o movimento modernista brasileiro buscou atualizar questões com base em discussões que viessem a responder perguntas, tais como: "como integrar a tradição e a modernidade? Regional e universal? Popular e erudito?" (Idem). Mário de Andrade, pioneiramente, refletiu sobre estes assuntos buscando estabelecer um elo entre a tradição e a modernidade e acreditava que, sem essa ligação, a "tradição em si não tinha valor". Contraditoriamente, os verde-amarelos convencionavam que não seria possível identificar a cultura nacional sem o "retorno ao passado", local onde estariam as verdadeiras tradições, idéias que seriam mais tarde introduzidas no regime do Estado-Novo (1937-1945).

Mário de Andrade, musicista e escritor, devotado intelectual folclorista, realizou diversas viagens ao interior do Brasil dedicando-se às pesquisas folclóricas, especialmente as relacionadas à música. Em 1935, "fundou, juntamente com Paulo Duarte, o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, órgão que exerceria larga influência na democratização da cultura e do qual foi o primeiro diretor" (Ibid.). Em 1936, os dois intelectuais compuseram um projeto de lei que dispunha sobre a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, presidido por Gustavo Capanema (1900-1985).

Em 1937, Mário de Andrade, continuando seus trabalhos de busca pela construção da identidade brasileira embasado pela miscigenação cultural presente no país e refletida em seus estudos folclóricos, cria a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo. Em seu Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), desenvolvido a pedido do Ministro da Educação e Saúde, ele apresenta determinações preliminares sobre o patrimônio artístico nacional, definições sobre patrimônio e obra de arte patrimonial, distinções acerca de obras

incluídas e não incluídas no patrimônio nacional, livros de tombamento e museus, e discussões com referência a objeções pertinentes a objetos que pertencessem a mais de uma categoria. Além disso, definia o papel da publicidade para o SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), relacionava o 'organismo SPAN' em sua diretoria, conselho consultivo, chefia de tombamento, conselho fiscal, seção dos museus, seção de publicidade e traçava o Plano Quinquenal de Montagem e Funcionamento do SPAN para os primeiros seis anos (ANDRADE, 1936).

Para oficializar a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAN), foi assinado o primeiro Decreto-Lei presidencial nº 25, em 30/11/1937, quando foi instituído o órgão “e um conjunto de leis organizando a defesa do patrimônio cultural brasileiro” (GONÇALVES, 2002, p.67). O Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional um conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional (sic) valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 2006 p. 99).

Sob a ótica dessa primeira definição do SPHAN sobre o patrimônio cultural no Brasil, portanto, já é possível observar que o olhar da instituição priorizou os monumentos arquitetônicos, religiosos e históricos, ícones da colonização européia, entrando em contraposição com as idéias “originais” constantes no Anteprojeto de Mário de Andrade, o qual valorizava a miscigenação cultural existente no país. O Anteprojeto tinha em sua essência um critério democrático ao abordar o patrimônio cultural da nação, levando menos em consideração os bens materiais de estética privilegiada do que as manifestações culturais de muitas culturas nacionais. O patrimônio cultural brasileiro, no entanto, baseia-se inicialmente nas concepções arquitetônicas de preservação cultural que estiveram presentes nas políticas patrimoniais por mais de meio século. Os intelectuais vinculados ao IPHAN (que naquele momento era SPAN e, logo depois, SPHAN – as mudanças serão especificadas adiante) se orientaram pelos critérios pautados na estética e na excepcionalidade, conforme FUNARI e PELEGRINI (2006).

Com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), primeiramente presidido pelo advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco

de Andrade, em 1937, o patrimônio cultural brasileiro ficou fadado a viver muitos anos dentro de um elitismo estético e arquitetônico que, iniciado por Franco de Andrade em sua gestão, favoreceu a conservação de prédios e conjuntos arquitetônicos de pedra e cal, recorrentes às culturas das classes média-alta da sociedade brasileira, como é possível analisar através dos primeiros tombamentos e bens patrimonializados no país³⁶, distanciando-se, é preciso reforçar, do Anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPAN. "As primeiras ações em defesa do patrimônio nacional incluíram a seleção de edifícios do período colonial" (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.46), o que identificaria o patrimônio nacional com a "história oficial da nação".

Mário de Andrade definia o patrimônio em seu Anteprojeto, usando de palavras como "arte popular" e "arte aplicada", e estabelecia categorias que abrangiam itens como "arte ameríndia", "arte arqueológica", "arte popular e histórica" (ANDRADE, 1936), termos que só seriam retomados nas políticas patrimoniais do IPHAN anos mais tarde.

Foi Gustavo Capanema, nomeado por Vargas, em 1934, para dirigir o Ministério da Educação e Saúde, órgão responsável por realizar mudanças propostas nas áreas de cultura, quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para presidir o SPHAN. Rodrigo Franco dirigiu a instituição responsável pelo patrimônio nacional desde a data de sua fundação, em 1937, até um ano antes de seu falecimento, em 1969.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, formado em Direito, parte da elite intelectual brasileira, coligado aos modernistas, crítico literário e de arte, dedicou algumas de suas pesquisas à arquitetura colonial brasileira e à arte, fatos esses determinantes para suas ações na direção do SPHAN (GONÇALVES, 2002). Segundo ele, que se sentia "[...] o responsável pela missão de dar continuidade à 'obra de civilização' que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos

³⁶De acordo com a socióloga Bárbara Freitag, as cidades históricas coloniais brasileiras, tais como: Parati, Ouro Preto, Olinda, Mariana, Diamantina e outras, passaram por um período de esvaziamento e esquecimento depois da decadência da mineração do ouro. Mais tarde, foram "redescobertas em sua bela arquitetura colonial, com suas maravilhosas igrejas barrocas, seus becos românticos e seus sobrados imponentes, como um verdadeiro tesouro histórico, uma espécie do "Brasil verdadeiro", do "Brasil profundo". Foram elas o objeto dos cuidados do Patrimônio Histórico Nacional, inaugurado no governo Vargas, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema e de seus assessores, como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Mello Franco" (FREITAG, 2003, p.120).

coloniais” (Ibid., p.43), a tradição é tida como motivo propulsor da preservação da memória e, conseqüentemente, do patrimônio cultural da nação. E, por tradição, dentro das concepções rodriguianas, entende-se o legado histórico traçado não unicamente desde o descobrimento do país, em 1500, mas todo o período anterior e “universalista” conectado à história da humanidade (Ibid., p.44). Assim, Rodrigo Franco paradoxaliza sua retórica: ao mesmo tempo que defende sua missão de dar continuidade a uma obra de civilização, e subentende por civilização ações “modernizadoras” iniciadas pelos colonizadores europeus fundamentadas na escala histórica, diz que a cultura brasileira embasada na tradição vai além da colonização portuguesa de 1500, introduzindo uma nota dissonante na sua narrativa sobre a preservação e ‘criação’ do patrimônio nacional. Ele estaria menos preocupado com as culturas antecedentes à descoberta do novo mundo, que considerava primitivas na escala evolutiva universal, do que com o conhecimento científico intelectual arquitetônico e a história da arte provenientes do velho mundo colonizador, que consideravam a tradição segundo a qual o patrimônio histórico e artístico nacional devia ser fundamentado.

Destarte, na perspectiva inicial do SPHAN, a concepção de patrimônio cultural nacional encontrava-se profundamente centrada no chamado patrimônio material. Esta concepção iria ditar a orientação das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil por várias décadas.

Os bens tombados inicialmente no país, patrimonializados e patrimonializáveis, eram os bens que traziam algo de excepcionalidade, em concordância com a definição de patrimônio cultural vigente na época. O Paço Imperial do Rio de Janeiro³⁷, tombado em 1938, pode ser usado aqui como exemplo das primeiras ações de valor excepcional de tombamento, ícone das classes altas e de poder da sociedade brasileira. Da mesma forma, as cidades de Ouro Preto e Salvador, com seus casarios coloniais que abrigavam os senhores de engenho. Ademais, o mesmo Decreto-Lei n° 25 que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional instituiu também o tombamento e os quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, das Belas Artes, e das

³⁷ Prédio construído no fim do século XVII, 1699, com o intuito de fundir o ouro trazido das Minas Gerais e se transformar em Casa da Moeda. Mais tarde, o prédio seria a sede do governo, o Paço Imperial, ocupado primeiramente pelo Governador Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, em 1743 (<http://www.pacoimperial.com.br>).

Artes Aplicadas. Após este Decreto, com a instituição do SPHAN e do Decreto-Lei de Tombamento, várias outras leis, decretos e portarias foram sancionados.

Assim, nos anos 30, nasceu a direção dada a uma futura moderação sobre a diversidade cultural brasileira, à proteção do patrimônio nacional e à formação de uma identidade cultural.

Na década seguinte, a proteção do patrimônio nacional ganhou reforço legal. Dando continuidade às prévias iniciativas da década de 30, os anos 40 trouxeram a preocupação com a seguridade dos bens históricos e artísticos do país. Foi uma época marcada pela segunda geração de modernistas (1930 – 1945) tanto nas artes como na arquitetura. Decretos–lei defenderam o patrimônio do vandalismo, passaram à população brasileira a responsabilidade dos bens patrimoniais, e buscaram empenho de regular a ação popular e tentar entregar ao povo brasileiro o patrimônio que a eles pertencia.

Primeiramente, no Código Penal, o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, intitula o seu Artigo 165 "Dos crimes contra o patrimônio", impondo penas de detenção e multas para vândalos que "destruíssem, inutilizassem ou deteriorassem coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico" (IPHAN, 2006, p. 95,96). Ainda no mesmo Decreto-Lei, foram estatuídos os crimes de perigo comum no Artigo 250, referindo-se principalmente a incêndios criminosos.

O Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que antecede a Lei nº 4.717/65, regula a ação popular e esta, por sua vez, de certa forma, reitera o mesmo Decreto-Lei. Neste, o Presidente da República poderia determinar o cancelamento do tombamento de bens pertencentes à União, atendendo aos pedidos e motivos de interesse público, sendo necessária a prova das razões para tal.

O peculiar desses Decretos-lei foi a precocidade da data de sua edição. Em 1940, três anos após a formação do SPHAN, havia uma acanhada preocupação com o patrimônio tombado nacional. Pelo seu teor, no entanto, é preciso perguntar: existia o vandalismo por quê? A sociedade não havia apreendido o patrimônio nacional como parte de seu próprio patrimônio? Ou tais decretos foram instituídos justamente para que o povo se sentisse pertencido ao patrimônio reconhecido? O fato é que, logo na primeira década após a criação do órgão responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional, a questão da seguridade se instalou. Talvez

a resposta às questões acima esteja no fato de o governo e o SPHAN estarem, desde o início, protegendo o patrimônio nacional de futuros atos de depredação e comoção.

Nos meandros dos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, houve urgência internacional em edificar direitos e deveres que devolvessem aos povos a dignidade inerente ao bem-estar humano. A ONU (Organização das Nações Unidas) foi fundada em 1945 e, um ano depois, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), instituída para fundar e interpor sua autoridade nas questões relativas à educação e à cultura no âmbito internacional. A UNESCO ganhou força maior com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pronunciada em dezembro de 1948. A partir de então, “se propôs a formular diretrizes, definir critérios e prioridades para a proteção do patrimônio cultural” (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006).

Em 1945, depois da queda do Estado-Novo, o prédio do Ministério da Educação e Saúde foi entregue ao Estado Nacional. Obra moderna e arrojada, teve o empenho de Gustavo Capanema, que ambicionava transformar o prédio na "catedral da moderna arquitetura mundial". Atualmente, o prédio leva o nome do intelectual, Edifício Gustavo Capanema, digna homenagem ao homem que pensou sobre projetos culturais como forma de desenvolvimento para o país (<http://pt.wikipedia.org>).

Em 1946, o SPHAN passou a ser Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) pelo Decreto-Lei nº 8.534, criando, neste mesmo ensejo, as primeiras sedes regionais: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo (QUINTAS, 2007, p. 43).

De acordo com pesquisas nos arquivos dos sítios eletrônicos da Presidência da República, Ministério da Cultura, Portal do Governo Brasileiro e na Coletânea de Leis do IPHAN, a década de 50 foi um momento em que leis e decretos patrimoniais atuaram ignotamente. Não há, nessa época, nenhuma lei ou decreto patrimonial sancionado.

No entanto, em todo esse período, no portal da Presidência da República, é notória a presença de leis maciças na Consolidação de Leis Trabalhistas, como a criação do Tribunal Regional do Trabalho e o repouso semanal remunerado (o que atuaria indiretamente na gestão do patrimônio: horas livres para o lazer

indiretamente interferem na apropriação do patrimônio cultural. Com mais horas livres os trabalhadores podem dedicar seus "espaços vazios" à cultura e, conseqüentemente, ao patrimônio cultural). Também de conseqüências indiretas relevantes nesse período foi a Lei ³⁸ que definiu a data da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Distrito Federal, Brasília, cidade que, anos mais tarde, em 1987, se tornaria Patrimônio Histórico e Cultural reconhecido pela UNESCO.

Se a edição de leis é um indicador do desenvolvimento de políticas, a década de 50 não deixou, portanto, um marco expressivo no plano. Contudo, na esfera internacional, uma importante convenção para preservação do patrimônio cultural foi firmada por dezenas de países.

Internacionalmente, foi assinada, na Conferência de Haia, ocorrida de 21 de abril a 12 de maio de 1954, a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, como cautela tomada com base nos temores provenientes dos resquícios da Segunda Guerra. Também nesta Convenção foi elaborada a definição de Bens Culturais: "os bens, móveis ou imóveis, que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos [...]" (IPHAN, 2006, p.217). Esse conceito foi apropriado por entidades internacionais relacionadas à cultura e ao patrimônio cultural que "[...] (através de) distintos documentos internacionais (que) passaram a adotar tal nomenclatura" (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006).

Ainda em 1956, a Conferência Geral da UNESCO, em Nova Déli, na Índia, também definiu os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas. Com a justificativa de que "[...] a contemplação e (o) conhecimento das obras do passado podem facilitar [...] a compreensão mútua entre os povos [...]" (IPHAN, 2006, p. 203), foram dadas definições para pesquisas arqueológicas, princípios gerais para a proteção do patrimônio arqueológico, diretrizes para a constituição de coleções centrais e regionais, assim como para a educação do público. Todos esses temas abordados na Convenção serviram de base para as leis pertinentes ao assunto sancionadas cinco anos mais tarde no Brasil.

Nos anos 60, em meio aos embates ditatoriais, revoluções e revoltas estudantis, o governo militar reforçou a retórica de proteção ao patrimônio cultural

³⁸ Lei nº 3.273, de 1º de Outubro de 1957, fixando a data da mudança para o dia 21 de abril de 1960.

nacional e produziu leis com essa finalidade. A característica marcante desse período foi trazer à proteção do Estado sítios arqueológicos e jazidas, elegendo como patrimônio o que antes era tido como local de valor histórico³⁹ e proibindo a exportação e a saída de obras de arte do país. Foi no governo Castelo Branco (1964 – 1967), o primeiro general militar do regime ditatorial brasileiro, que surgiu a questão da cultura nos discursos e nos pronunciamentos oficiais. Merecedora política de especial atenção, a cultura apareceu como um ícone de “desenvolvimento integral e harmonioso do país” (SILVA, 2002).

No ano de 1961, foi decretada a Lei nº3.924, de 26 de Julho. Esta Lei dispunha sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos “[...] documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza” (<http://www.planalto.gov.br>), sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o artigo 175 da Constituição Federal de 1946. A proteção de jazidas que remetem às culturas paleoameríndias brasileiras foram então protegidas pelo governo federal. Como fato de grande acuidade para a diversidade do patrimônio nacional, essas leis revelam o começo, ainda que lento, da proteção da diversidade. Mesmo em um governo centralizador e de pouca liberdade de expressão, principalmente artística, elas fortaleceram o patrimônio nacional, ainda que sem a especificação relativista do conceito estético de “particular beleza”.

Mais tarde, em 1988, a Portaria nº07, de 1º de dezembro, reiterou sobre os assuntos pertinentes às escavações arqueológicas e pesquisas pré-históricas, atentando para a necessidade premente de sua fiscalização como forma de dispor o patrimônio cultural nacional, bem público, nas mãos de quem ele pertencia. Veio para unir a sociedade brasileira ao seu patrimônio cultural, mesmo que parecesse conflitante em um momento de repressão política. A partir dela, bastaria que o pertencimento, apreensão e identificação por parte da sociedade civil viessem a *posteriori*.

Neste mesmo ano, em 19 de novembro, foi sancionada a Lei nº 4.845, que proibia "a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o

³⁹ FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.47.

fim do período monárquico” (IPHAN, 2006, p.43) ⁴⁰. Começaria aqui a preocupação com a exportação de bens culturais nacionais e a sua remetente proteção. Em 09 de Julho de 1968, a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros foram retratados na Lei n° 5.471, com a mesma preocupação da lei anterior. O governo federal sancionou a Lei “[...] (proibindo) a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX” (IPHAN, 2006, p. 45). Em 1969, o Decreto n° 65.347 regulamentou essa lei proibindo a exportação de livros antigos e também conjuntos bibliográficos. Mas tais leis não instituíram, tampouco proibiram, a saída de artes e ofícios produzidos por negros e ameríndios.

As manifestações culturais dos anos 70 levaram os militares a reestruturar o órgão gestor nacional da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A década de 70 trouxe movimentos de defesa ao meio ambiente, movimentos musicais, *rock and roll*, movimento *hippie*, e a ruptura do regime político em vigor desde o golpe militar de 1964. Nessa década, a pasta para assuntos culturais ainda era a do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1970, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), pertencente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com autonomia administrativa e financeira cedida pelo Decreto n° 66.967. Já em 1979, o Decreto n° 84.198 traria de volta a denominação SPHAN. O IPHAN fica dividido e sua autonomia retirada. A partir de então, o órgão passa a ser SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo (BIESEK, 2004). O SPHAN passa a ser SPHAN/Pró-Memória, com novo diretor, Aloísio Magalhães, e mudanças significativas nos campos de ação do patrimônio cultural.

Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN provocando uma fusão deste órgão com o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) ⁴¹ e

⁴⁰ A Portaria n° 262, de 24 de agosto de 1992, foi ratificada para novas atribuições, como a inclusão de obras de arte como bens materiais no inventário nacional de bens culturais, entre outras disposições, para que a proteção desse patrimônio fosse mais efetivo, evitando o desaparecimento de obras de arte brasileiras.

⁴¹ O turismo, na década de 1970, começa a se inserir nas políticas voltadas ao patrimônio cultural. Sob este viés, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) é criado no

o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), criado como Secretaria do Ministério da Educação e Cultura em 1975 e, mais tarde, absorvido pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) (GANDELMAN, 2006), criada a partir da Lei nº 6.757 de dezembro de 1979. A fusão coincidiu com um período de crise econômica e escassez de recursos (REIS da SILVA, 2006). Como coordenador do CNRC, Aloísio Magalhães foi o inspirador e principal responsável pela criação da Fundação Pró-Memória, "[...] comandando o reordenamento das instituições federais de cultura, sob uma visão da integração dos saberes populares no conceito geral da nacionalidade [...]" (GANDELMAN, 2006, p.28).

Nesse período, entra no âmbito do patrimônio nacional a noção de bens culturais, "(que) existe no contexto da vida cotidiana da população", prevendo a urgência de uma ligação mais estreita entre os "profissionais do patrimônio cultural e as populações locais" (GONÇALVES, 2002, p.51). De acordo com Magalhães: "os bens culturais desempenham o papel de preservar a identidade cultural ou caráter autêntico da nação no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico" (Ibid.). Destarte, a mudança para SPHAN/Pró-Memória produziu inovações de ações que agora tentaram centrar-se nas definições de bens culturais e memória, cambiando o foco proveniente da tradição e da estética.

A "renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural" (GONÇALVES, 2002, p.38) empreendida por Aloísio Magalhães retomou o trabalho iniciado por Mário de Andrade. Magalhães chegou com inovações no campo do patrimônio cultural brasileiro, iniciando a sua mudança com um novo conceito de cultura. O que antes era, na narrativa de Rodrigo Franco, uma apropriação do patrimônio histórico e artístico nacional amarrado ao passado, valorizado pelo seu papel exemplar no processo de civilização (Idem, p.64) – criando, através da memória nacional, "tradições inventadas" que remetem(tiam) "[...] automaticamente (para) uma continuidade em relação ao passado" (HOBBSAWN, 2006, p.9) – mudou seu foco. A nova narrativa conceituava a cultura de acordo com as teorias antropológicas, mais democráticas para o cenário diversificado da cultura brasileira. Houve a substituição dos termos "patrimônio histórico e artístico" por

âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) com a participação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Inicialmente voltado às cidades do Nordeste, o turismo incorpora mais tarde todas as cidades brasileiras com patrimônio tombado (RIBEIRO, 2005, p.60).

"bens culturais" e os antropólogos, juntamente com sociólogos e outros profissionais ligados à área do patrimônio, entraram nos espaços do SPHAN/Pró-Memória, ocupando o espaço que antes era restrito aos arquitetos. Para o *designer* pernambucano Aloísio Magalhães, diferentemente do que pensava o evolucionista Rodrigo Franco, as culturas ameríndias e africanas presentes na cultura brasileira não eram primitivas e em estágio de desenvolvimento, e por isso mereciam uma política de patrimônio cultural (GONÇALVES, 2002, p.53).

No âmbito legislativo nacional, a década ficou marcada pela introdução de conceitos definindo o patrimônio natural e pela apresentação e reconhecimento dos símbolos nacionais, assim como por uma Convenção Internacional presidida pela UNESCO, relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural. Em 1970, o DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo Decreto-Lei nº 66.967 (QUINTAS, 2007, p. 43).

No primeiro ano da nova década, ocorre a Convenção Internacional de Paris sobre as medidas a serem adotadas para impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais. A Convenção realizada conceituou como "bem cultural" não somente as categorias patrimoniais culturais históricas e artísticas, mas incluiu o patrimônio natural, como "as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico" (IPHAN, 2006, p.256). Dois anos depois, em 1972, outra Convenção Internacional, também em Paris, tratou do patrimônio mundial natural e da sua proteção, assim como da proteção do patrimônio mundial cultural. Esta Convenção foi categórica na proteção dos bens naturais e culturais, considerando "[...] que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo" (Ibid., p.269).

No Brasil, em 1971, foi sancionada a Lei nº 5.700, que dispôs sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais instituídos no Artigo 1º: a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional.

Em 15 de dezembro de 1975, a Lei nº 6.292 dispôs sobre o tombamento de bens do IPHAN. O tombamento de bens, como previsto no Decreto – Lei nº 25,

passaria a depender da sanção do Ministro de Estado da Educação e Cultura, após a opinião fundamentada de seu Conselho Consultivo.

Em 1977, com a Lei nº 6.513, foram criadas áreas e locais de interesse turístico, considerados de valor cultural e natural, e definidos como: reservas e estações ecológicas, bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem, entre outras (www.planalto.gov.br).

De forma que é preciso concordar com Gonçalves (2002) quando diz que os debates calorosos acontecidos nas décadas de 70 e 80, em busca de uma autoridade cultural que levasse o governo a criar uma identidade e memória nacionais, formaram a base da legitimação das políticas oficiais do patrimônio cultural no Brasil. De acordo com ele, a identidade brasileira seria "o efeito [...] das narrativas por meio das quais os intelectuais nacionalistas e outras categorias sociais concebem(ram) a cultura brasileira como um objeto permanente de desejo e de busca" (p.39). Do que se pode inferir que a identidade brasileira criada assim teve propósitos, funções e objetivos estritamente políticos, partidários e individualistas. De início, o campo do patrimônio cultural brasileiro foi formado no âmbito de uma política reproduzida do velho mundo ocidental. No entanto, mesmo com um começo baseado em narrativas "ancoradas nos discursos europeus de civilização" (GONÇALVES, 2002, p.46) (presente na retórica de Rodrigo Melo Franco), favorecendo o escol da sociedade, o campo do patrimônio deu alguns passos em direção a uma forma mais 'miscigenada' e diversificada de gerir os bens culturais. Mas ainda hoje não alcançou a total democratização cultural. O fato de leis, decretos, portarias e resoluções serem sancionados não indica que toda a população esteja inculcada das ações concretas decorrentes das legislações governamentais. Tratar do patrimônio cultural é sempre esbarrar em questões permeadas pelo poder. Um bem é tido como patrimônio cultural porque alguém lhe concedeu tal título e, mesmo que inocuamente, dirimiu vários outros:

O que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.44).

O uso social do patrimônio cultural deveria ser o motivo precípua dos registros e tombamentos, para que a apreensão e o pertencimento dos patrimônios por parte da sociedade brasileira elevassem seus valores.

Com a década de 80, o SPHAN, o patrimônio cultural brasileiro e todo o cenário político, econômico e social do país passaram por transformações consistentes. Os anos 80 presenciaram o fim do governo autoritário, as Diretas-Já, uma nova Constituição Federal, e, no órgão do patrimônio cultural, a chegada de um novo diretor, Aloísio Magalhães, com políticas que iriam marcar uma época com diferenciações acentuadas do "período heróico" de Rodrigo de Melo Franco.

Os anos 80 trouxeram ainda políticas patrimoniais, legislações, resoluções e portarias que iriam marcar a época por conceituações e definições de impacto ambiental⁴², e determinações sobre a necessidade de autorização do SPHAN para concessões de intervenções em bens de pedra e cal e seus entornos tombados pelo órgão. A proteção dada aos monumentos de forma avulsa diminuiu e surgiram proteções dadas às áreas coletivas, como o restauro de espaços públicos e mercados. Data deste período o registro de patrimônio nacional, concedido pelo órgão responsável do patrimônio cultural brasileiro ao Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho⁴³. O registro do Terreiro aponta uma mudança de paradigma, uma ruptura da antiga tradição de culto fiel aos templos católicos. Aparecem também as mudanças de conceitos, de pontos de vista e ações relativas à divergência de opiniões entre Rodrigo Franco e Aloísio Magalhães.

Nesse cenário de mudanças e novas necessidades, é criado o Ministério da Cultura em 1985, pelo Decreto 91.144, de 15 de março deste ano. A criação de um Ministério exclusivo para tratar de assuntos culturais vem mostrar a importância e a relevância do tema, antes acertado em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde. A partir desta data, "as competências do SPHAN passam a integrar as

⁴² No Brasil, foi instituído dentro da política nacional do meio ambiente - PNMA, através da resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA N.º 001/86, de 23 de Janeiro de 1986 (IPHAN, 2006).

⁴³ Ilê Axé Iya Nassô Oká – antigo templo de culto religioso negro no Brasil. Remete ao candomblé e foi inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em agosto de 1986 (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.49,50). O antropólogo Gilberto Velho, professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ, foi o relator, em 1984, do tombamento do terreiro. Segundo Velho, foi um desafio e um privilégio participar desse tombamento, uma vez que era um período em que os registros e tombamentos de bens culturais no país eram voltados para "(as) edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira" (VELHO, 2006).

finalidades intrínsecas do Ministério da Cultura, criado por este [pelo] Decreto" (www.cultura.gov.br). Hoje, são várias as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura: IPHAN, ANCINE (Agência Nacional do Cinema), FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa)⁴⁴, FCP (Fundação Cultural Palmares)⁴⁵, FUNARTE (Fundação Nacional de Arte)⁴⁶, FBN (Fundação Biblioteca Nacional)⁴⁷.

A Lei n° 7.347, de 24 de Julho de 1985, responsabiliza a ação civil pública por danos morais e patrimoniais causados a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dentre outras disposições. Nela, já é possível observar as alterações na conceituação e atitudes: valores turísticos e paisagísticos aparecem pela primeira vez, substituindo o 'artístico e histórico' de outrora.

No ano seguinte, em 26 de Setembro de 1986, "os bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno da marinha [...]" (IPHAN, 2006, p.55) ficam a desígnio dessa Lei⁴⁸. E, em 23 de janeiro de 1989, a Portaria Interministerial n° 69 aprova as normas de pesquisa, exploração, remoção e outros, de acordo com a Lei n°7.542.

⁴⁴ "A Fundação Casa de Rui Barbosa tem sua origem no museu-biblioteca instituído em 1928 pelo presidente Washington Luís, a Casa de Rui Barbosa. Em 1966, a instituição teve sua personalidade jurídica alterada pela Lei n.º 4.943, para melhor cumprir suas finalidades de desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, como também a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa" (<http://www.casaruibarbosa.gov.br>).

⁴⁵ "A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal n° 7.668, de 22.08.88, tendo o seu Estatuto aprovado pelo Decreto n° 418, de 10.01.92, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras" (<http://www.palmares.gov.br>).

⁴⁶ "Em 1975, com a finalidade de promover, estimular, desenvolver atividades culturais em todo o Brasil, criou-se a Fundação Nacional de Arte - Funarte. Nesta época, suas atividades englobavam música (popular e erudita) e artes plásticas e visuais. Convivia com o Instituto Nacional de Folclore - INF, Fundação Nacional de Artes Cênicas - Fundacen e a Fundação do Cinema Brasileiro - FCB, todas ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, posteriormente transformado em Ministério da Cultura" (<http://www.funarte.gov.br/>).

⁴⁷ "A 29 de outubro de 1810, decreto do Príncipe Regente determina que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Fazenda Real toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. A data de 29 de outubro de 1810 é considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814" (<http://www.bn.br/>).

⁴⁸ Em 27 de dezembro de 2000, a Lei n° 10.166 altera esta lei anterior, mudando a sua redação, sem alterar sua essência (Ibid., p.87).

Ano após ano, o governo federal tenta trazer ao país o direito sobre seu patrimônio artístico e histórico, que agora tem seus termos substituídos por 'cultural', fomentando a pesquisa e a proteção. Vem se esquecendo, porém, da inclusão social, que se deve ter *a priori*, e não *a posteriori*, como acontece. O conhecimento e pertencimento da sociedade de e aos seus patrimônios culturais e culturas propriamente ditas são motivos que deveriam guiar os inventários e pesquisas para um eventual registro e tombamento, evitando que o patrimônio se torne um mero bem de consumo.

O FDD (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos), criado em 1985 pela Lei nº 7.347, “tem por finalidade a reparação de danos causados [...] a bens de direito de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico [...]” (IPHAN, 2006, p. 119), e o Decreto nº 1.306, de 1994, determina a regulamentação do FDD. Os recursos do FDD são provenientes das arrecadações de condenações judiciais, multas e indenizações.

A nossa última Constituição Federal, escrita em 1988, institui, no seu Artigo 215, sobre a cultura brasileira, garantindo “o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional (apoiando e incentivando) a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No artigo 216, a Constituição define o patrimônio cultural brasileiro, caracterizando-o como material e imaterial (www.planalto.gov.br): uma forma mais democrática e social de relacionar, avaliar e instituir o patrimônio cultural do país, tentando uma retomada do início da história patrimonial brasileira fomentada por Mário de Andrade.

Os anos 90 conheceram o primeiro Presidente da República eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Fernando Collor de Melo, que também adquiriu o título de primeiro presidente a receber um *impeachment* na história política do Brasil (<http://www.presidencia.gov.br>), começa uma era de democracia expansiva: fim do comunismo em alguns países do Leste Europeu, queda do muro de Berlim e união da Alemanha, ratificação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), economia globalizada e maiores impactos do homem sobre a natureza.

Assinalam essa década as ações voltadas para o meio ambiente e algumas ações socioculturais regionais isoladas, como é o caso do pioneiro Projeto Axé ⁴⁹ de Arte-Educação, de Juca Ferreira, Ministro da Cultura, realizado na Bahia, no início dos anos 90. No âmbito das legislações governamentais, são as leis que dispõem sobre o Patrimônio Natural as que chamam mais atenção, devido à novidade do tema. Preocupações com o meio ambiente se tornam comuns dentro de uma globalização que aumentará o consumo e diminuirá as distâncias.

A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, dispõe sobre a extinção e a dissolução de entidades da administração Pública Federal. No seu Artigo 1º, "o Poder Executivo é autorizado a extinguir ou a transformar as Autarquias e Fundações" (entre outras) (<http://www.cultura.gov.br>). Enquadram-se no caso a FUNARTE e a Fundação Nacional Pró-Memória. No Artigo 2º, fica "o Poder Executivo autorizado a constituir: o Instituto Brasileiro da Arte e Cultura - IBAC, sob regime jurídico de Fundação, ao qual serão transferidos o acervo, as receitas e dotações orçamentárias" e o "Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, ao qual serão transferidos as competências, o acervo e as receitas e dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN" (Idem). No parágrafo 1º do Artigo 2º, instituiu-se o Instituto no lugar da Secretaria - SPHAN:

§ 1º O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural sucede a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, nas competências previstas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (<http://www.cultura.gov.br>).

Em 1991, a Lei n 8.159, sancionada em 08 de Janeiro, dispõe sobre os arquivos públicos e privados. É instituído o dever do poder público de gerir os documentos de arquivos “[...] produzidos e recebidos por órgãos públicos [...], pessoas físicas, [...] qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (IPHAN, 2006, p.69). Essa Lei determina ao poder público uma

⁴⁹Projeto voltado para crianças e adolescentes em situação de risco social. Foi incluída a dimensão cultural nas ações socioeducativas do Axé, hoje considerada uma das mais importantes características do projeto (<http://www.cultura.gov.br>).

obrigação que favorece a sociedade brasileira, uma vez que qualquer cidadão pode obter informações de interesse particular ou coletivo.

No final de 1991, ainda no governo Fernando Collor de Melo, a Lei nº 8.313, conhecida como Lei Rouanet, instituiu o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura), com a finalidade de captar recursos para o setor. O PRONAC é implementado pelo FNC (Fundo Nacional de Cultura), FICART (Fundo de Investimento Cultural e Artístico) e Incentivo a Projetos Culturais. Essa lei inovadora retoma a retórica de Mário de Andrade pensada há mais de meio século, dispondo sobre questões que variam desde a diversidade cultural até o acesso às fontes de cultura. Mais tarde, no início do novo centenário, ela iria mudar as ações culturais no país, trazendo a dualidade maniqueísta do bom e do ruim nas questões relativas aos projetos culturais. Lembrando Nietzsche (1844-1900) em *Além do Bem e do Mal* (2005, p.9): “Como algo poderia nascer de seu oposto?”. Seres humanos em busca de uma verdade absoluta para reger e justificar suas ações acabam sempre guiados pela cobiça e pelo egoísmo e, assim, inicialmente com excelentes propósitos, a Lei iria, anos depois, trair a si mesma, levando o empresariado e, conseqüentemente, os produtores e gestores culturais, à dependência da isenção fiscal para a execução de projetos com a única finalidade de angariar reconhecimento através do balanço social de empresas. De qualquer maneira, mesmo atuando dentro de uma lógica dual, a Lei Rouanet conseguiu chegar mais perto de uma democratização cultural e fruição não somente da cultura, mas também do patrimônio cultural brasileiro.

A lei dispõe:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País.

São visíveis as boas intenções apresentadas no Artigo 1º do Capítulo 1 da Lei Rouanet. A partir da sanção dessa Lei, muitos projetos patrimoniais e culturais foram desenvolvidos no Brasil, buscando atingir as metas estabelecidas nos itens do artigo acima. Mesmo com atributos e conseqüências desfavoráveis, como as relacionadas anteriormente, a realidade da cultura e, conseqüentemente, do patrimônio cultural brasileiro seria, ainda hoje, um amálgama de valores arquitetônicos relativos à coroa portuguesa e à cultura européia, se não tivessem instituído o PRONAC.

Em 1994, a Medida Provisória nº 752, de 06 de dezembro de 1994, transforma o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC, respectivamente, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, mantidas as suas competências e naturezas jurídicas, voltando o que havia sido desfeito em 1990.

Em 1995, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Ministério da Cultura tece iniciativas voltadas para o lançamento de um Programa de Proteção ao Patrimônio Cultural Nacional. Logo em seguida, o IPHAN "[...] elabora a Carta-Consulta ao BID, que é aprovada em agosto" (<http://www.monumenta.gov.br>). Em 1999, o contrato de empréstimo é assinado e são consolidadas as normas de atuação do Programa. O Grupo de Trabalho, parte atuante do Programa, é criado pelo IPHAN "[...], GT/IPHAN, para coordenar as ações do órgão no âmbito do Programa" (Ibid.).

O novo século chega com decretos que, definitivamente, mudam o cenário do patrimônio cultural nacional e legitimam o patrimônio diversificado da sociedade brasileira.

Contraopondo-se às concepções de patrimônio estabelecidas pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Decreto nº 3.551 de 2000 vem legitimar e instituir o registro de bens de natureza imaterial, trazendo o Anteprojeto de Mário de Andrade à luz da questão mais uma vez, depois das tentativas de Aloísio Magalhães. Tal decreto é de suma importância para o patrimônio cultural brasileiro e sua diversidade, mas, infelizmente, ainda que pouco perceptível, o uso do critério da “excepcionalidade” ainda se faz presente para registros de bens como patrimônio

imaterial. Analisando a lista de bens imateriais patrimonializados é possível inferir que a excepcionalidade está presente desde os primeiros bens registrados⁵⁰.

O trabalho do IPHAN, depois de 2001, tem buscado se descentralizar aos poucos, e a conduta de um trabalho aliado às comunidades vem sendo desenvolvida com parceiros, à medida que suas ações valorizam e reconhecem como patrimônio práticas sociais e expressões da vida cotidiana. O que significa que, para que esse objetivo seja realmente alcançado, deve haver um trabalho de educação patrimonial em todo o Brasil: uma introdução de assuntos culturais e patrimoniais nas matrizes escolares, tanto nas escolas particulares quanto nas públicas, deve ser imediata. Ações isoladas somente reforçam o uso da excepcionalidade, que acaba sendo confundido com representatividade. O que é representativo para alguns pode não o ser para outros, até mesmo para o próprio grupo cultural.

Em 2002, em continuidade à proposta de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, é criado o Decreto nº 3.912 que, na tentativa de retomar as questões da diversidade da cultura brasileira, aponta para os remanescentes dos quilombos, por muito tempo excluídos dos valores morais e materiais brasileiros. O Decreto busca a identificação das terras quilombolas e dá outras providências pertinentes ao assunto. Fatos como esse servem de exemplo para o que foi discorrido acima: muitos brasileiros não se dão conta de quem foram os quilombolas e muitos desconhecedores da cultura quilombola estão geograficamente próximos de Cavalcante, região que abriga as terras desses remanescentes escravos. Patrimonializar a cultura quilombola, assim como as terras indígenas, suas comunidades e organizações é não somente relevante para a diversidade brasileira, como fundamental para garantir "a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional"

⁵⁰ Um dos primeiros bens imateriais registrados com base legal no Decreto 3.551 foi a Arte Kusiwa e a Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 20/12/2002. A pesquisadora e antropóloga Dominique Gallois, que desenvolveu extensa e densa pesquisa com os índios do Amapá, tinha todo o dossiê pronto quando o Decreto entrou em vigor, motivo que pode ter levado o bem a ser registrado como patrimônio imaterial brasileiro. Não desmerecendo o grandioso trabalho da pesquisadora, tampouco o registro desse bem, que inclui parte da diversidade brasileira, é preciso refletir sobre esse motivo que levou ao registro. É necessário entender que o critério da sua representatividade fica pouco claro. Afinal, a pintura talvez seja somente representativa para as 670 pessoas distribuídas nas 48 aldeias parte da etnia Wajãpi. A etnia possui um grupo muito maior do que o abrangido por Gallois. Mesmo que os diferentes grupos não tenham dividido a mesma história e, conseqüentemente, tenham diferentes culturas, outras aldeias e grupos da mesma etnia podem também ter desenvolvido técnicas de pintura corporal tão ricas quanto a que foi registrada.

(Constituição Federal de 1988, www.presidencia.gov.br). Além de constituir fator introduzido no texto da Carta Magna de 1988, que atribui a formação da cultura brasileira como formada por várias etnias. Contudo, mais proeminente é mostrar para todo o Brasil o que foram essas culturas que hoje fazem parte do patrimônio nacional e a educação patrimonial pode dispor esse conhecimento à sociedade brasileira.

Por outro lado, percebe-se que, de 1937 até 2001, os valores patrimoniais brasileiros expandiram-se. O que antes era exclusivamente uma prioridade arquitetônica de pedra e cal foi aos poucos se distendendo e abraçando a cultura brasileira verdadeira. Ainda hoje, no fim da primeira década do século XXI, há muito que ser feito para que o patrimônio nacional seja, de fato, um patrimônio reconhecido e apreendido por grande parte da população brasileira. Mas não há dúvidas quanto ao caminho percorrido até aqui. As leis e decretos foram gradativamente abarcando as várias culturas formadoras da sociedade brasileira, buscando chegar à democratização cultural de fato.

Discurso conhecido e praticado por grande parte dos manifestantes da política brasileira, a precária educação no país é tida como fator de prioridade nas políticas dos candidatos aos governos das três esferas do âmbito governamental. A Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, instituiu a Política Nacional do Livro, que traz no seu Artigo 1º as diretrizes para que aos cidadãos sejam assegurados o direito e o livre acesso aos livros. A literatura nacional, assim como os autores e os próprios livros, é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Seria digno para a sociedade brasileira se essa lei, *sine qua non*, fosse seguida imperiosamente. O acesso aos livros e à leitura é não só uma forma de diminuir o cânon social, como também de ajudar na apreensão do patrimônio cultural brasileiro.

O campo histórico patrimonial do país também tem promovido reflexões profundas entre os intelectuais, especialmente os da área das ciências sociais. Refletir sobre a imposição do poder de polícia de órgãos públicos, no caso o IPHAN, em épocas não muito distantes é pertinente quando trazemos à discussão assuntos como diversidade cultural e democratização cultural e social: como são escolhidos nossos bens patrimoniais? Quais são os critérios de patrimonialização usados no Brasil? Como são definidos os patrimônios mundiais por parte da UNESCO, seus critérios de avaliação e escolha? E, mais relevantemente, como são dadas as

continuidades necessárias para a fluidez das manifestações culturais imateriais? A autenticidade e a excepcionalidade, antes critérios adotados pelo IPHAN como relevantes para o tombamento de bens materiais, hoje foram transferidos para as noções de referência. O que é preciso ser pensado é a importância do deslocamento desses conceitos para questionar a “autenticidade” da noção de referência cultural atualmente incorporada por nossa instituição patrimonial. Como refletido por muitos pensadores, dentre eles Mariza Veloso (*Fetichismo do Patrimônio*, 2007), quando falamos em referências culturais tem-se como pressuposta uma referência que seja apropriada por algum grupo/sociedade/comunidade, ou seja, para quem são essas referências? Os bens culturais e patrimoniais possuem valores exógenos e não intrínsecos. Sendo assim, esse valor é proveniente da sociedade que lhe garante o “título” de patrimônio, que lhe concede o valor necessário para ser apropriado como bem cultural. Principalmente quanto o patrimônio imaterial que, assim como o material, é um “fato social total” (definido por Mauss, 1984. In: Veloso, 2007, p.238), “uma arena onde se descortinam diversas dimensões, como a simbólica, política e a econômica”, a noção de referência deve ser cautelosa para não banalizar as manifestações artísticas dos grupos/comunidades em mero bem de consumo. O que queremos dizer é que, ao “escolher”, ou melhor, “definir” tal bem patrimonial como referência cultural de certo local ou grupo, essa noção de referência seja vendida como ‘souvenir patrimonial’, banalizando manifestações artísticas.

O antropólogo Manuel Lima Filho (2008) traz uma discussão bastante atual e condizente com o tema aqui abordado. Para além dos conceitos de autenticidade e referência, é importante debater sobre o equacionamento que as políticas patrimoniais tentam sustentar, porque sempre voltam ao projeto de Mário de Andrade. Como diz Lima Filho: “é como se, sem Mário, não existissem políticas patrimoniais brasileiras” (LIMA FILHO, no prelo, 2008).

A constante necessidade de voltar ao Anteprojeto de Mário de Andrade confirma o argumento de Lima Filho, uma vez que é difícil pensar na democratização cultural brasileira sem citarmos Andrade e seu Anteprojeto. É como se a realidade patrimonial brasileira ficasse estagnada na monumentalização patrimonial de “pedra e cal” e a diversidade cultural brasileira não pudesse se incorporar na identidade cultural da nação, mesmo após a criação do Decreto nº 3.551/2000. Essa monumentalização algumas vezes pode estar presente não somente nos bens

patrimoniais materiais, mas também nos imateriais, trazendo à tona a constante necessidade de cautela ao referenciar um bem cultural imaterial de certo grupo.

CAP.3. GESTÃO PATRIMONIAL SUSTENTÁVEL OU TURISMO?



La Habana Vieja, la Habana, Cuba, 2008.
Fotografia: Daniela Prudente.

3.1. 'La Habana Vieja'.

A colonização cubana se inicia em 1511, com o antecipado Diego Velázquez, que chega à ilha com um grupo de homens trazidos de Santo Domingo, República Dominicana. A entrada dos espanhóis na ilha caribenha começa pelo lado oriental. A conquista da cidade Nuestra Señora de la Assunción de Baracoa dá início ao primeiro povoado espanhol no ano de 1512. Posteriormente, cidades como Bayamo e Santiago de Cuba serão integradas ao domínio espanhol, que, com facilidade, conseguiu derrotar a resistência indígena cubana (CAPABLANCA, 1998, p.8).

A região ocidental era tida como de menor interesse econômico e estratégico e somente um assentamento de vila fora expandido até o Ocidente, "San Cristóbal de La Habana". Estima-se que Havana foi fundada em 1514, na data de 24 de julho. O povoado encetado por Velázquez tinha como principal função o controle do território ocidental da ilha. Com localização privilegiada, que se expandia do norte ao sul do Caribe, até onde o interesse espanhol alcançava, o posicionamento de um povoado nos limites territoriais de Havana era certamente uma intenção futura de relacionamento com terras centro-americanas vizinhas. Porém, apesar da instalação de povoados no Ocidente, foi o sul da ilha ocidental que recebeu as primeiras vilas, Batabanó e a praia do Rosário, situadas ao sul da cidade de Havana. Esses sítios foram abandonados e os motivos para tal são frutos de especulações que variam desde ao solo lamacento até as costas infectadas por mosquitos. Enquanto as praias do sul perdiam seu interesse, o contrário acontecia com o norte ocidental. As correntes marítimas que conduziam à Europa tornavam a costa norte ocidental mais interessante do que nunca. Primeiramente, o povoado dessa região se desenvolveu às margens do rio Almedares e, aos poucos, foi se transferindo e ganhando mais espaço na região que hoje é conhecida como "La Habana". Contudo, durante muito tempo, a população se dirigia à cidade como Pueblo Viejo, para designar aquela primeira vila fundada às margens do rio (Ibid., p. 8,9).

O que se denomina Havana Velha é a área que, desde meados do século XVII até fins do século XIX, ficou compreendida dentro das muralhas antigas da cidade. Apesar da magnificência das mudanças ocorridas no lado de fora neste período, esta parte contida na cidade de 'La Habana' continuou a mesma do lado de dentro, tornando-se a Havana Velha. As transformações ocorridas na área, com o passar dos séculos, foram quase nulas e, quando aconteceram, se apresentaram de

forma vagarosa. Algumas pequenas restaurações são dignas de menção, como a igreja neo-gótica Santo Ángel Custódio.

A regulamentação da criação da vila de Havana foi marcada por rituais que, atualmente, poderiam ser objeto de estudos patrimoniais. Complexas cerimônias fizeram parte da celebração da fundação da nova vila. Foi embaixo de uma ceiba⁵¹, próxima do litoral, que alguns homens se reuniram para celebrar o primeiro cabildo⁵² que deu origem à formação do governo local. Foi à sombra da grande árvore que a primeira missa foi celebrada para que a união dos homens fosse abençoada pela união com Deus. Rapidamente, as tradições católicas espanholas se espalharam pela ilha cubana, assim como em toda a história das colonizações americanas (CAPABLANCA, 1998).

A religiosidade implantada logo na fundação da cidade era uma estratégia dos colonos para que a nova e escassa população fosse se apropriando da cultura imposta. Indelévelmente, trazer a cultura européia para o novo mundo era essencial para que a colonização fosse bem sucedida. E a introdução do catolicismo era de caráter primordial, o que tornaria aquele povo digno de habitar aquelas novas terras, porque se estariam abrindo as portas para que Deus também as habitasse. O local da celebração, debaixo da árvore de copa robusta, foi marcado no século XVIII:

[...] cuando una columna conmemorativa fue levantada en el lugar que ocupó el frondoso árbol de la fundación. Una ceiba joven fue plantada a su lado, la cual ha sido renovada sucesivamente por generaciones de habaneros que mantienen viva la tradición de reunirse allí, una vez al año, para conmemorar la fundación de la ciudad y al dar tres vueltas silenciosas al árbol, pedir nuevas venturas para el año venidero (CAPABLANCA, 1998, p.9,10).

Dando início, mesmo que despretensiosamente, às tradições inventadas e ao patrimônio imaterial, a cerimônia da ceiba pode ser um ato relevante que irá explicar, mais adiante, o fato de um país autodenominando socialista guardar e identificar patrimônios da época colonial.

⁵¹ “Ceiba é um gênero de plantas pertencente à família Malvaceae [...] O gênero inclui muitas espécies de árvores grandes encontradas em áreas neotropicais [...] Algumas espécies podem crescer até 70 metros de altura ou mais” (<http://pt.wikipedia.org>).

⁵² Cabildo colonial era o nome dado às corporações instituídas na América pelos conquistadores espanhóis. Tinham por finalidade a administração das cidades recém-fundadas pelos colonos (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabildo>).

A cidade de Havana cresceu e se expandiu a partir da árvore fundacional. Próxima ao mar e de frente à árvore, foi criada a primeira praça da vila e, daí para o sul até o litoral portuário, foram se alinhando as primeiras casas dos estreates moradores da nova província.

Nessa época de formação da identidade cultural e social nas terras recém-batizadas, não havia distinção social de moradores por bairros. Os habitantes de origem espanhola, porém, ocupavam o centro populacional da cidade, enquanto os índios e negros libertos situavam-se nas periferias em casinhas e “bohíos”⁵³. “La Habana de los primeros años era básicamente una población de bohíos” (CAPABLANCA, 1998, p.10). Até mesmo a igreja tinha o teto feito com “guano”⁵⁴. Neste período, houve o surgimento de um *ethos* (povo) cubano “[...] y de una cultura nacional, [...] resultado de sucesivos mestizajes e intrincadas transculturaciones”, de acordo com Fernando Ortiz (Apud UNESCO, 2006, p.2). Contudo, a formação de uma identidade cultural está menos baseada na mestiçagem do que no futuro sistema socialista discutido no capítulo 5.

Cuba se preocupava com a segurança das terras recém-conquistadas, e as obras arquitetônicas de maior destaque, complexidade e importância nessa época eram as obras dedicadas à defesa do porto, ou obras de caráter defensivo, devido a “razones de orden histórico prevalecientes durante la época de las guerras coloniales entre imperios” (UNESCO, 2006, p.4). O porto Havaneiro era a escala principal das Índias⁵⁵ e devia ser bem guardado dos ataques e pilhagens. Os sistemas de defesa da ilha foram divididos em quatro: Primeiro Sistema Defensivo – século XVI; Segundo Sistema Defensivo – século XVII; Terceiro Sistema Defensivo – século XVIII; Quarto Sistema Defensivo – século XIX. A principal atividade arquitetônico-constructiva de Cuba foram os fortes e as muralhas. Grandes obras cubanas do século XVII, as muralhas de terra que estabeleciam o limite físico da

⁵³ Tipo de cabana feita de madeira, palha, barro, carente de janelas (www.wikipedia.org).

⁵⁴ “Acumulação de excrementos de aves marinhas [...] próprio para adubação das terras; adubo para as terras, preparado artificialmente com substâncias orgânicas” (<http://www.priberam.pt>)

⁵⁵ “O Real e Supremo Conselho das Índias (em espanhol *Real y Supremo Consejo de Indias*) foi o órgão mais importante da administração colonial espanhola (para a América e para as Filipinas), já que assessorava o Rei na função executiva, legislativa e judiciária. Não tinha uma sede física fixa, mas se trasladava de um lugar a outro com o Rei e sua corte. Este conselho atuou com o monarca” (<http://pt.wikipedia.org>).

cidade mais tarde seriam derrubadas, abrindo espaço para que ela pudesse crescer e, conseqüentemente, trazer um desenvolvimento cultural para a área.

O primeiro monumento na América com conceitos renascentistas de edificações militares foi construído em 1558, em Havana, o "Castillo de La Real Fuerza"⁵⁶. Uma estátua de bronze colocada na torre de vigília no baluarte nordeste tornou-se o símbolo da cidade. La Giraldilla foi esculpida por um fundidor havaneiro e leva na sua mão esquerda o símbolo da cruz de Calatrava que, presumidamente, representa a vitória.

Santiago de Cuba ou Havana? Houve um momento de cotejo político entre o conquistador espanhol Diego Velázquez, o bispo de Cuba e as mais altas autoridades, incluindo o governador. Este último se instalou em Havana, enquanto os outros dois quiseram estabelecer a capital e a diocese no oriente, em Santiago de Cuba. Apesar das divergências políticas, Havana estava ganhando superioridade comercial e militar e, em 1553, foi autorizada, por audiência do cabildo de Santo Domingo, a transferência dos governadores a Havana.

A população indígena diminuía principalmente em Havana, que teve uma forte aceleração no crescimento populacional nos fins do século XVI. A população havaneira, nesta data, já somava o mesmo número populacional de todo o restante da ilha caribenha. Este fato se deve ao aumento da importação de escravos africanos e à imigração ibérica. Junto com o aumento da imigração espanhola, também surgiram, a partir da união da Espanha com Portugal, em 1580, portugueses na ilha, até o ponto de, nas primeiras décadas do século XVII, os portugueses chegarem a constituir um terço da população cubana. A vila, aos poucos, se transformou em cidade. A construção dos fortes e navios "[...] generaba nuevas fuentes de ingresos y el crecimiento del comercio en la ciudad" (CAPABLANCA, 1998, p.15). Assim, não somente o cabildo teve de aceitar a mudança do governador para o lado ocidente da ilha como também pensar que a cidade poderia se transformar na capital, o que não ocorreu tão rapidamente.

⁵⁶ Como Havana seguia crescendo, não somente a segurança da cidade era primordial como também o abastecimento de água. Outra grande obra de esforços construtivos e arquitetônicos foi o aqueduto La Zanja Real. Obra iniciada em 1566, durou duas décadas e meia para ser concluída. Em 1592, data do término da obra, uma placa comemorativa foi fixada no ponto onde a água era recolhida pelas frotas do porto. Hoje, esta mesma placa está no muro do chamado Callejón Del Chorro, na entrada da Plaza de La Catedral. Este aqueduto foi o único a abastecer Havana até 1835 (CAPABLANCA, 1998).

Santiago de Cuba manteve-se forte na sua hierarquia perante Havana e, ambigualmente, as duas cidades se mantinham com o poder oficial. Havana recebe o título de cidade em 1592, quando o rei da Espanha expressa o desejo de que a cidade se "ennoblezca y aumente" (Ibid., p.16).

Havana era soberana do ponto de vista militar e Santiago de Cuba se subordinava ao governo da cidade ocidental no que diz respeito às guerras e ao que se relacionava a determinados processos judiciais. Com o começo das explorações das minas de cobre em Santiago, o interesse pelo oriente da ilha retornou, mesmo que de índole distinta do interesse por Havana. Então, falou-se em criar dois governos independentes, um em Santiago, outro em Havana. Muitos se manifestaram contra a separação do território insular. Em 1607, o Conselho das Índias toma uma solução intermediária. Criam-se dois governos: um com sede em Havana, com 50 léguas de jurisdição até o leste, e outro em Santiago, ao qual respondem Baracoa, Bayamo e Porto Príncipe (CAPABLANCA). Ainda hoje a separação é mantida, sendo Santiago de Cuba tida, informalmente, como a capital do oriente. Oficialmente, La Habana se mantém como a capital da ilha.

O império colonizado pela coroa espanhola viu, nos últimos anos do século XVII, a paulatina ocupação inimiga de mares que antes eram seus. A entrada de franceses, holandeses e ingleses deixa os redutos espanhóis, e Cuba fica inclusa, juntamente com Santo Domingo e Porto Rico, cada vez mais suscetíveis aos ataques de corsários e piratas. Dessa maneira, a coroa espanhola prestou menos atenção às atividades de desenvolvimento econômico e cultural e pôs à frente questões pertinentes aos valores estratégicos e militares. Desamparadas, Cuba e a cidade de Havana passaram a depender de atividades ilícitas, como o contrabando. Apesar da ordem de somente intercambiar mercadorias com os portos espanhóis, o contrabando com ingleses, holandeses e franceses acontecia, às vezes com a cumplicidade do governo (próprias autoridades espanholas). "La ganaderia, los incipientes trapiches azucareros y el contrabando crearon las bases de la prosperidad creciente de este grupo económico" (CAPABLANCA, 1998, p.17). Quase abandonada à própria sorte, a ilha caribenha foi criando autonomia econômica proveniente dos intercâmbios ilícitos que era capaz de manter a população vinculada ao resto do mundo (Ibid.).

Peculiaridade própria das cidades colonizadas, a organização das cidades contava com uma diferente concepção, e o espaço, tendo outras funções sociais, apresentava-se com uma pré-racionalidade moderna, fazendo com que a cidade de Havana fosse sendo 'elaborada' de forma espontânea. Os traçados das ruas foram surgindo de maneira aleatória e à medida que a necessidade pedia. Apesar de tudo, existiam as Leis das Índias, que indicavam que as ruas deveriam ser estreitas para que houvesse mais sombra em cidades de sol, como é o caso na maioria das ilhas e países da América Central. "En La Habana, como en otras ciudades hispánicas, se desarrolló la costumbre de colgar toldos de lona de una fachada a la de enfrente, la que perduró durante siglos pues lograba pasajes cubiertos, sobre todos en zonas comerciales, que mitigaban la sofocación de los caminantes" (Ibid., p.18).

As casas havaneiras tradicionais encontraram suas estruturas idealizadas desde o começo do século XVII. Desconsiderando algumas pequenas mudanças, constituem o padrão das casas coloniais. O pátio era o centro das atividades domésticas, da vida social e do trânsito de mercadorias e animais domésticos. Ali também as famílias se reuniam em dias de festa e para receber os amigos. Os pátios traziam luz e ventilação para os aposentos. Eram inúmeras as construções com muros de taipa, cobertas com telhas e algumas com tetos planos ou terraços. De todo modo, as casas com tetos de 'guano' existiram nas áreas centrais da cidade durante quase todo o século XVIII. Com o enriquecimento de fazendeiros e comerciantes, houve um gradual deslocamento de comportamento, o que trouxe conseqüentes alterações nas habitações senhoriais. Os artesãos e membros menos abastados da sociedade continuaram suas moradias baseadas nas construções dos séculos anteriores. Mas os mais endinheirados construíram casarios que marcariam as diferenças sociais. A diferença consistia não em estrutura e posição geográfica interna dos ambientes, mas no acabamento. O primeiro andar, dedicado aos armazéns, possuía pátios traseiros que eram dedicados à estrebaria e às oficinas. Se houvesse o caso de um lote extra, este seria ofertado ao aluguel ou comércio. As portas e os portais eram os elementos estéticos mais bem trabalhados e talhados na época. Grandiosos e bem acabados, serviam como decoração e seguiam o estilo barroco. Os tetos mudéjares adquiriam maior refinamento e riqueza decorativa e conviviam em absoluta harmonia com os elementos de origem barroca, que foram incorporados pela casa tradicional (CAPABLANCA, 1998).

Devido à abundância de boa madeira, o trabalho de carpintaria em Cuba ficou marcado na arquitetura por mais de dois séculos. Bons e habilidosos carpinteiros foram aperfeiçoando seus trabalhos e os tetos trabalhados e talhados na madeira tornaram-se uma característica da arquitetura cubana. A arte "mudéjar" ⁵⁷ expressa sua forte presença na tradição arquitetônica. Em Cuba, a presença do 'mudejarismo' é a expressão de uma forte tradição trazida pelos imigrantes andaluzes e canários, ao mesmo tempo em que a riqueza madeireira e a presença de artesãos qualificados disponibilizaram o seu desenvolvimento.

Durante o século XVII, houve determinação da igreja em levantar uma diocese à altura dos novos acontecimentos econômicos e sociais. Apesar de o bispo residir em Havana, era em Santiago de Cuba que estava a sede episcopal, e esta realidade deveria ser alterada. Arquitetos e engenheiros apresentaram vários projetos no início do século XVII. Entretanto, encontraram nos altos custos o obstáculo que os impediu de dar continuidade aos seus projetos. E os havaneiros se contentaram com as várias reformas e melhorias que foram surgindo na antiga paróquia por volta do ano 1614. Logo após esta data, muitas construções religiosas apareceram em Havana (CAPABLANCA, 1998). No fim do século XVII, o barroco apenas se esboçava na arquitetura da ilha caribenha. Com a chegada da nova centúria, o barroco se mostraria mais abertamente. Em Cuba, porém, não é visível aquele barroco com as características acentuadamente européias. O que se vê é um estilo mais severo e simples, com miscelânea de estilos provenientes de muitas regiões hispânicas e "reinterpretados com caráter mais elemental" (Ibid. p.26,27), para que houvesse a adaptação da nova cultura. É também esta a época para os grandes conventos havaneiros. Conventos, templos e igrejas surgem neste século como trabalhos distintos de arquitetura. A Igreja de San Francisco, construída em 1740 para substituir o antigo templo da Ordem dos Franciscanos, era considerada a estrutura mais alta de Cuba neste tempo. A Catedral de Havana ocupou o espaço que um dia fora destinado à Ordem dos Jesuítas, que começaram a construir um colégio e igreja em meados do século XVIII. Como a obra não foi concluída neste período, a reconstrução foi retomada depois da expulsão da Ordem, transformando o templo em Catedral de Havana.

⁵⁷ "Estilo artístico e arquitetônico para os cristãos, que incorpora influências, elementos ou materiais de estilo hispânico-muçulmano. Trata-se de um fenômeno autóctone e exclusivamente hispânico" (<http://pt.wikipedia.org>).

Entre os anos 1703 e 1714, o trono espanhol foi disputado⁵⁸. A Guerra da Sucessão Espanhola teve conseqüências cubanas de forma direta: o empobrecimento e o isolamento presentes na ilha com o início dos conflitos diminuíram após a Espanha ter de se subordinar à França. O feito abriu, então, os portos cubanos para o intercâmbio com a França, que também acelerava no tráfico de escravos que vinham para a nova colônia francesa na América, a Guiné. Percebe-se que os líderes de Habsburgo atalharam o progresso de Cuba. Logo após o afastamento dessa dinastia, os avanços se acercaram da ilha lentamente. Previa-se a reabertura do estaleiro, mas a cidade necessitava aumentar sua autonomia na nova urbe, e impostos e limitações foram lançados contra os agricultores de tabaco e vegetais.

A Primeira Reurbanização

Cuba se abriu para o comércio no século XVIII, com a tomada da ilha, e principalmente da capital, pelos ingleses. O avanço comercial e militar foi visível neste período, portanto. Mas o mesmo não foi viável na agricultura, que os pequenos produtores não tinham a capacidade de competir com os grandes fazendeiros. Após a ocupação, e quando Cuba se viu recuperada, os interesses espanhóis se voltaram para ilha, agora não somente por causa de sua localização estratégica, como no começo das ocupações, mas devido ao seu crescente desenvolvimento comercial e agrícola. Esse interesse trouxe o empenho de permear pela urbe caribenha o aspecto imperioso da coroa do outro lado do Atlântico. Teatros, praças, calçadas, centros de educação e edifícios públicos foram construídos com o intuito de transformar a face da cidade e a representação do seu governo colonial. A importância militar continuou crescendo e dos portos havaneiros zarparam muitos navios para atacar outras colônias hispânicas.

A população crescia e, no fim do século XVIII, já passava dos 90 mil habitantes. A área murada estava completamente ocupada. Os edifícios e casas

⁵⁸ O rei Carlos II não deixou nenhum herdeiro e, depois de sua morte, houve grave conflito para a nova ocupação do trono. José Fernando da Baviera, príncipe escolhido para ocupar o trono no lugar de seu tio-avô, não viveu tempo suficiente para chegar a fazê-lo. Morreu precocemente, provavelmente devido a contínuos casamentos consangüíneos na família dos Habsburgo (http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Sucessão_Espanhola).

cresciam verticalmente, aumentando o número de andares e a densidade populacional. O problema social era o amálgama de pessoas vivendo dentro do recinto murado. É deste período o auge construtivo. Muitas casas e prédios antigos e baixos foram demolidos para dar lugar a novas construções. O que era outorgado não eram somente os prédios em construção para a classe mais abastada, mas também os edifícios públicos para a ocupação de órgãos do governo, visando certa dignidade para a capital da coroa.

Com o aumento populacional, o número de habitantes da área extramuros cresceu consideravelmente, embora tenha sido barrado e se apresentasse menor do que poderia ter de fato acontecido, devido às proibições de construções nas fronteiras com os muros da cidade. Isso levou à expansão da cidade para áreas mais distantes do centro murado. Novas áreas, como o Vedado, que séculos mais tarde se tornaria bairro nobre, foram surgindo. Este bairro, especificamente, foi construído em área de floresta arborizada, e era espaço destinado à poda, pois o bosque fechado era considerado obstáculo para as tropas de artilharia (CAPABLANCA, 1998, p.33).

Com a reurbanização da cidade, novas estruturas foram se desenvolvendo, não somente na área intramural e de cunho militar. Praças, como a Alameda de Paula, que foi a primeira praça extramuros, ergueram-se, assim como o Novo Quartel de Milícias e o Teatro Principal ou Coliseu. A Praça de Armas ganhou este nome porque, em 1577, possuía os vizinhos mais importantes e a maior igreja paroquial, localizada junto à ceiba fundacional. Foi o primeiro espaço aberto da cidade que teve seu uso como espaço público cambiado para os exercícios de militares, por isso designado Praça de Armas. Este espaço seria mais tarde laureado com a ocupação de prédios, como a Casa dos Correios e o Palácio do Governo, que incluía o cabildo e a prisão, prédio magnificente e elegante (Ibid., p.36).

A Segunda Reurbanização

No século XIX, com as invasões napoleônicas na Europa ⁵⁹, o rei da Espanha foi destronado e sucedido pelo irmão de Napoleão Bonaparte, José Bonaparte,

⁵⁹ Era napoleônica (Império – 1804 – 1815) (http://pt.wikipedia.org/wiki/Napoleão_Bonaparte).

trazendo conseqüências que fizeram a colônia insular na América sentir rapidamente. A Espanha dominada pelas tropas napoleônicas estava enfraquecida e muitas de suas colônias já não estavam mais sob seu poder. Os *criollos*⁶⁰ cubanos (descendentes de espanhóis e mestiços) mais abastados se articulavam em busca da independência, que, neste período, já havia sido alcançada pela então ex-colônia inglesa na América do Norte. Ao mesmo tempo, havia o temor de uma revolta escrava, o que traria sérias conseqüências à indústria açucareira extremamente lucrativa nesta época. A economia cubana avança devido ao açúcar e "[...] surge un grupo de patricios empeñados en hacer de la Isla un terreno de gran actividad económica, científica y cultural" (CAPABLANCA, 1998, p.41).

A cidade se expande. Bairros vão surgindo ao sul, ao centro e ao noroeste. Até a terceira década do século XIX, as classes mais altas da sociedade se mudam para bairros de áreas privilegiadas pelo fator climático, bairros altos construídos a sudoeste da urbe. O anseio por modernização e mudança aumenta e a necessidade por pavimentação, igualmente. Assim, é introduzido o sistema de pavimentação Macadam⁶¹. Em 1837, é inaugurada a primeira linha de estrada-de-ferro entre Havana e Bejucal, fazendo de Cuba um dos primeiros países do mundo a implantar esse sistema de transporte. As estradas de ferro seguiram crescendo em distintas direções até criar, em poucos anos, uma densa rede que interconectava todo o ocidente cubano (CAPABLANCA, 1998, p.42). A cidade extramuros avançava em crescimento considerável. Não obstante, a área intramural sofria poucas alterações e sua estrutura viária permanecia a mesma do século anterior.

Remodelações, formações de eixos urbanos, revitalização de prédios antigos, substituição de mercados tradicionais por edifícios amplos e ventilados destinados a esse fim, colocação de fontes, esculturas e obeliscos, assim como a substituição do antigo teatro construído no século XVIII por um novo, e, ainda, continuação da pavimentação e construção de estradas de ferro marcam as ações modernizadoras deste século (Ibid., p.44). Elegância e monumentalidade das edificações refletem uma maior riqueza econômica e cultural dos habitantes do território. Os palácios

⁶⁰ Nascidos na América, descendentes de Espanhóis. No século XVIII, possuíam um forte poder econômico e consideração social, controlavam o comércio e as propriedades agrárias, mas estavam afastados dos cargos políticos em detrimento dos nascidos no continente europeu (<http://es.wikipedia.org/wiki/Criollo>).

⁶¹ É um tipo de pavimento para as pistas de rodagem, desenvolvido pelo engenheiro John Loudon McAdam por volta de 1820 (<http://en.wikipedia.org/wiki/Macadam>).

monumentais vão ultrapassar o âmbito do "velho casco", parte antiga da cidade, para se estender até outras áreas que, hoje em dia, são parte importante do patrimônio havaneiro (UNESCO, 2006).

Cuba se tornou independente da coroa espanhola em 1898, quando este país entrou em guerra contra os Estados Unidos da América. Até 1902, o país de maior importância do Caribe estava sob o comando norte-americano e, após este período, ficou até 1932 sob o protetorado deste (CAPABLANCA, 1998 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cuba>, http://pt.wikipedia.org/wiki/História_de_Cuba), período em que houve grande entrada de capital norte-americano. O solo cubano presenciou um longo período de conflitos que atrapalhou a sua produção agrícola e as suas relações comerciais, o que terminou por afetar as camadas estudantis e *criollas* que logo se juntaram em grupos de manifestações e ações.

A importância econômica de Havana, juntamente com todo o arsenal militar construído e mantido ao longo dos tempos, fez nascer nessa parte ocidental do país a maior concentração de tropas militares das colônias espanholas. Apesar das mazelas da guerra, a cidade era vista com suntuosidade, e suas largas avenidas eram palco de desfiles de numerosas tropas militares. Se a contradição social e política era insofismável, os líderes governamentais trabalhavam arduamente para que todas essas contradições passassem despercebidas. Havana se tornara rica, porém contraditória em um país atemorizado e empobrecido pela guerra. O último intento pela independência, em 1895, se estendeu por todos os lugares da ilha, apoiado desta vez por todas as camadas sociais, de intelectuais a comerciantes nacionais, e a crescente camada de operários, os exilados da Flórida e Nova Iorque, assim como os escravos libertos com a abolição de 1886 (Ibid., p.53).

Com a derrubada das muralhas de terra e mar, que aconteceu no fim do século XIX e início do século XX, "a cidade se livrou de um cinturão molestandor do desenvolvimento e funcionamento e um espaço se abria para marcar a cidade até nossos dias com seu desenvolvimento urbano de escala monumental" (<http://www.provincia.fc.it/cultura/antonelli/>).

Com os muros abaixo, a modernização da cidade antes barrada do crescimento pelas muralhas floresce. O maior centro recreativo da cidade é concebido com fartura de teatros, cinemas, cafés e hotéis, tornando-se área exclusiva e desejada pela alta sociedade cubana, que se transfere para o novo

bairro, enchendo-o de esplêndidas moradias e ares de palacetes. Os grupos mais ricos mudaram para as áreas modernas da cidade, esvaziando o 'centro histórico' de classes sociais com mais recursos para a manutenção dos prédios. Quase não é possível falar sobre as casas senhoriais intramuros nestes últimos decênios do século XX. Em Havana Velha, as atividades comerciais, as funções administrativas e de governo e as mais representativas atividades religiosas foram se contendo intramuros. Não era desejável que o prestígio, os modos e costumes acumulados ao longo dos anos derrocassem e, para que a área fosse "perfeitamente identificável", essas atividades eram mantidas ali dentro (CAPABLANCA, 1998, p.51).

Com o fim da guerra, os investimentos estrangeiros começaram a entrar fortemente na ilha, motivo de atração de imigrantes, o que fez com que a população cubana duplicasse em menos de vinte e cinco anos. A maior parte dos imigrantes é espanhola e, junto com eles, aportam na cidade as tradições trazidas do além-mar que vão dar significado às novas tradições culturais implantadas na região insular. Os povos espanhóis que adotaram a ilha como sua nova pátria foram também contribuintes para o desenvolvimento econômico no pós-guerra: "[...] quienes tendrán un considerable peso no sólo en el desarrollo económico de la ciudad, sino también en la revitalización, conformación e implantación de tradiciones y expresiones culturales" (CAPABLANCA, 1998, p.54).

A recuperação da economia que, durante os prévios anos, havia sido quase contingente, começa a dar sinais de evolução. Para buscar uma nova expressão para a cidade, nos primeiros trinta anos do século XX, rechaça-se a paisagem urbana que remetia ao passado colonial. Apesar de a Espanha continuar servindo de paradigma para as mudanças que ocorrem, são as culturas 'internacionais', como a norte-americana e a européia, que começam a entrar em vigor. A cultura *criolla* que, com o passar dos anos, assimilou o conhecimento espanhol e o transmitiu à realidade caribenha, cunhando as tradições cubanas, continuaria ditando as normas e as regras do paradigma cultural. Mas, apesar das intenções de transformação, os velhos costumes ainda não desapareceriam.

3.2. Atual Gestão e a OHCH



Grade da entrada do Palacio Lombillo, sede da Oficina del Historiador de la Ciudad, do Plan Maestro e da *Revista OPUS Habana*.

Fotógrafo:
© Carlos García Pleyán (<http://www.flickr.com/photos/ovpm>) – Organisation des villes du patrimoine mondial (Organização das cidades patrimônio mundial).

O Centro Histórico de Havana Velha tem uma área total de 2.14 km² e uma população de 66.752 habitantes (dados de 2001) (CRUZ, 2002, p.14).

Nas primeiras décadas do século XX, os prédios da área do Centro Histórico de Havana foram construídos e reconstruídos inúmeras vezes. Prédios altos de seis a oito andares, para escritórios, foram erguidos com uma linguagem arquitetônica mais acadêmica. Edifícios habitacionais de dois a três andares substituíram as casas antigas. Havana Velha adquiriu, assim, a tendência a funcionar como centro administrativo e comercial, perdendo o uso de alguns importantes centros religiosos. No aspecto habitacional, a área perdeu o caráter aristocrático e se converteu em um assentamento de profissionais de classe média, pequenos comerciantes e determinadas camadas de trabalhadores assalariados.

Com o declínio da economia açucareira, o êxodo rural foi inevitável. As cidades aumentaram o número de habitantes enquanto os campos foram se esvaziando gradativamente. Com a modernização e a criação de novos bairros fora do centro e da área murada, principalmente nos anos das décadas de 40 e 50, a população das classes média e alta partiu para as novas áreas mais modernas e Havana Velha perdeu a população com mais recursos e ganhou uma população

mais carente. A chegada dessa vasta camada da população cubana à capital criou um sub-proletariado que não somente a preencheu com bairros marginais, como também a lotou com prédios que começaram a ter de se subdividir para receber os novos inquilinos (CAPABLANCA, 1998).

O que antes compreendia toda a Havana agora é unicamente o centro tradicional de uma capital que não pára de crescer. Havana Velha divide com o resto da cidade os aspectos populacionais e comerciais.

Com o seu rápido crescimento, foram outras as áreas que receberam atenção. É visível o deterioro da região. Os prédios recebem cada vez menos manutenção e mais moradores subdividem os antigos casarões e prédios para que haja espaço suficiente para tantos moradores. As condições de insalubridade começam a se mostrar.

Depois do 'Triunfo da Revolução', em 1959, foi elaborado um Plano Diretor de *La Habana*, estabelecendo o desenvolvimento separado por áreas: moradia, produção, transporte, redes viárias e áreas verdes. Estudos demográficos e sociais, de redes técnicas e sobre a proteção do meio foram também desenvolvidos (UNESCO, 2006). A partir de então, houve uma reversão ao êxodo rural. Com a implantação de programas de desenvolvimento no interior do país, a capital começou a reduzir seu crescimento material, intensificando o deterioro físico dos prédios, principalmente em Havana Velha.

Há, desde 1976, uma tentativa de resgate da memória: "Sectores de intelectuales, básicamente artistas, historiadores y arquitectos, actúan a favor del rescate y permanencia de los valores del pasado" (Ibid., p.61). Houve a elaboração de um anteprojeto de restauração e revitalização de Havana Velha, realizado pelo Departamento de Monumentos da Direção⁶² do Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura que, atualizado em forma sucessiva nos anos seguintes, tentou sistematizar os estudos prévios sobre a região e servir de base para a estratégia global de recuperação do Centro Histórico urbano mais importante do país (PÉREZ, 1986, p.100).

⁶² A equipe que realizou o desenvolvimento do Anteprojeto, sob a direção de Marta Arjona, esteve integrada pelos arquitetos Enrique Capablanca, Carlos Dunn e Nelson Melero, com assessoria geral do arquiteto Daniel Taboada e com a colaboração, no que diz respeito às pesquisas e documentação, do Departamento de Monumentos da Direção do Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura, e assessoria da Direção e Planificação Física da Cidade de Havana (PÉREZ, 1986, p.100).

O anteprojeto se aprofunda tanto nos aspectos arquitetônicos e culturais – motivos básicos na avaliação do centro – como em outros elementos aparentemente desvinculados da problemática monumental – como são o transporte, os postos de trabalho, a educação e serviços em geral – necessários em um trabalho deste tipo:

[...] dado que partimos del criterio de que, a diferencia de la conservación de un monumento aislado, en cuyo caso los elementos prioritarios obligan a una restauración técnico-constructiva, no caso de un centro histórico urbano a problemática trasciende con amplitud o campo puramente arquitectónico para convertirla en una restauración socioeconómica (Ibid.).

Vários museus e centros culturais foram então inaugurados como meio de recuperar o prestígio perdido da área e começar a gestão utilizando os museus como centros integrados à comunidade, que consegue se apropriar destes como parte integrante de sua formação identitária. De todo modo, a envergadura dos problemas do Centro Histórico era tal que se fazia evidente a necessidade de um plano perspectivo que permitisse, em etapas sucessivas, ir à revitalização do conjunto como um todo único dentro do contexto geral da cidade (PÉREZ, 1986, p.101).

Já o Programa de Recuperação Física do Centro Histórico, com dimensão urbana, teve início em 1981. No começo dos anos 80, respondendo a uma solicitação do governo cubano, a UNESCO decidiu autorizar que o diretor geral da instituição tomasse as medidas necessárias para o lançamento internacional da campanha de salvaguarda da 'Plaza Vieja'. Missões financiadas pela UNESCO elaboraram com especialistas cubanos um anteprojeto de ações a empreender (UNESCO, 2006). Em 1982, Havana Velha e seu sistema de fortificações integraram a lista de Patrimônios da Humanidade.

Os anos 90 foram de profunda crise para o país. Muitos trabalhos construtivos foram deprimidos, embora, paradoxalmente, muitas oportunidades de projetos sustentáveis tenham aparecido. Em 1993, a Oficina del Historiador recebe máxima autoridade para desempenhar funções de conservação e restauração do patrimônio monumental da cidade. Um ano depois, em 1994, começa o Plan Maestro de Revitalización Integral de La Habana Vieja, com uma equipe interdisciplinar de alto nível científico e técnico traçando articulações entre os organismos e instituições

municipais, estaduais e federais. São criados também centros superiores de pesquisa nas áreas de interesse.

Neste mesmo período, em meio à crise cubana com o fim do socialismo no Leste Europeu, o Estado adota uma decisão fundamental para a continuidade dos trabalhos de reabilitação: "[...] o transpasse de instrumentos jurídicos e financeiros à Oficina del Historiador de forma a garantir o desenvolvimento social e economicamente sustentável" (UNESCO, 2006, p.46).

Durante toda a década de noventa, a UNESCO acompanha a manutenção dos trabalhos de resgate e salvaguarda desenvolvidos no centro histórico. Começa um trabalho de inclusão social nas ações de restauração e conservação do patrimônio cultural de Havana Velha.

A OHCH se propôs a envolver a comunidade do Centro Histórico como participante ativa e protagonista de um Projeto Sociocultural que já possui profundas raízes. Este projeto se materializou diante do exercício de três grandes gestões: A) gestão social dirigida às crianças, com as aulas-museu para 400 a 500 crianças de até 15 anos do ensino fundamental, em que há um currículo compartilhado: pela manhã as crianças vão à escola e, à tarde, assistem às aulas dentro dos museus. Muitas crianças acabam se tornando guias dos museus⁶³. Para Rodríguez, este projeto traz à tona um sentimento de pertença que é fundamental para a apropriação e apreensão do patrimônio cultural da nação por parte das crianças e adolescentes, que, após a introdução do projeto, se afastaram das ruas. Atualmente, é muito difícil presenciar uma criança pedindo esmolas no Centro Histórico. Para Rodríguez, este fato se dá devido ao forte sentimento de pertença em relação ao patrimônio cultural; B) gestão social dirigida à Terceira Idade, que promove mudanças nos estilos de vida deste segmento a partir de ações educativas e culturais. É parte do Programa de Atenção à Terceira Idade, empreendido desde 1994 pela OHCH; C) gestão comunicativa dirigida aos principais meios de comunicação, com ênfase nas rádios e televisão, incluindo a mídia impressa e escrita, cujo expoente máximo é a redação do tablóide *Programa Cultural*, com distribuição mensal e com versão digital.

⁶³ Informações obtidas através de entrevista concedida pelo Dr. José Vazquez Rodríguez, Diretor de Relações Internacionais da "Universidad de La Habana", em fevereiro de 2008.



© Fondos fotográficos del Plan Maestro. -
(<http://www.flickr.com/photos/ovpm>)

"17 % da população total de Havana Velha tem mais de 60 anos". Essas casas contam com atenção médica básica, salões para atividades culturais e um amplo e variado programa projetado especialmente para seus ocupantes (UNESCO, 2006, p.111).

Antes e Depois da restauração de uma Residência para adultos da Terceira Idade – Parte do Programa de Recuperação socioeconômica e sociocultural da Oficina del Historiador de la ciudad.

Para que todas estas ambiciosas ações sejam levadas adiante, foi criada a Vice-Direção de Programas Culturais, Divulgações e Edições, subordinada à OHCH. Esta coordena e desenha, junto aos diretores e especialistas dos museus, casas e centros culturais, as exposições de artes plásticas, concertos, conferências, cursos e eventos nacionais e internacionais, assegurando suas necessidades materiais.

Iniciativa relevante teve a criação do projeto "Rutas y Andares", projeto de 2001, concebido como uma ligação da família cubana às coleções e acervos museológicos. Este projeto trata do traçado de rotas temáticas no Centro Histórico de Havana Velha, passando pelos monumentos e museus, com preços que atendem a todos.

A Direção do Patrimônio Cultural, através de sua Vice-Direção de Conservação e Restauração, é encarregada de avaliar e opinar sobre os tratamentos de intervenção de forma direta na conservação ou restauro dos bens patrimoniais móveis. Para a conservação e restauro dos bens imóveis, a

especialidade de jovens alunos é trazida. Jovens matriculados na Escola Oficina Gaspar Melchor de Jovens oferecem oficinas nas seguintes áreas: restauro de madeira e carpintaria; ourivesaria; papel; encadernação; têxteis; metais; cerâmica; pintura; gesso; lâmpadas; relojoaria. Além de laboratórios de biologia, química e arquiometria.

Dentre as tarefas da OHCH, que se define como a entidade que dita as políticas e estratégias para a planificação integral do processo de desenvolvimento do Centro Histórico, estão as pesquisas históricas, museológicas e arqueológicas que a orientam a avaliar a restauração do patrimônio edificado e a resgatar a memória cultural. As ocupações do Gabinete de Arqueologia aparecem como antecessores obrigatórios a qualquer intervenção arquitetônica em todo imóvel que se pretenda restaurar. O Laboratório de Arquiometria é responsável pela contribuição ao conhecimento e datação dos bens patrimoniais. A OHCH criou uma biblioteca com mais de setenta mil exemplares de livros e mais de oitenta e cinco mil usuários, incluindo deficientes visuais: “En ella se desarrolla un amplio programa cultural comunitario dirigido especialmente a la población infantil y a los adolescentes” (UNESCO, 2006, p.62). Centros estudantis para crianças e adolescentes oferecem, nas horas vagas, aulas de artes plásticas e aplicadas, alcançando quase cem mil alunos, dentre estes alunos com síndrome de down. Quase quinhentos jovens se graduaram em escola especializada em restauro, o que lhes possibilita uma oportunidade de emprego na OHCH. Onze mil empregos foram gerados com o processo de reabilitação do Centro Histórico, principalmente os associados à construção e ao turismo. Também, pela perspectiva social, várias pesquisas são orientadas a:

Conocer la percepción de la población sobre el proceso de revitalización que se desarrolla en el centro histórico; obtener criterios del funcionamiento del proyecto "aulas-museos"; el estudio del funcionamiento de la Clínica de Rehabilitación para la edad pediátrica Senén Casas Regueiro; la evaluación de la satisfacción con las viviendas entregadas en la localidad de Alamar; y obtener criterios sobre la actividad turística que se desarrolla en el territorio, entre otras (CRUZ, 2002, p.15).

A metodologia para a gestão de cooperação internacional conta com quatro etapas fundamentais: programação; definição e gestão; execução e avaliação. O "Plan Maestro" para a revitalização integral de Havana Velha esquematiza as pautas

de restauração, garante a continuidade e a operatividade do investimento e, ao mesmo tempo, gera instrumentos de direção eficientes que recorrem ao "Plan Especial de Desarrollo Integral"⁶⁴:

Conceptualmente, el modelo de gestión aplicado a partir de 1993, considera a la cultura como eje principal del desarrollo, y al ser humano, creador, portador y transmisor de patrones culturales, protagonista del proceso. A la visión sociocultural de la recuperación, se le sumó un enfoque de rentabilidad económica. En materia de desarrollo humano, se reconoce una importancia estratégica a la rehabilitación económica y social, estrechamente vinculada al rescate patrimonial (<http://www.habananuestra.cu>).

O Historiador da Cidade, Dr. Eusébio Leal, por meio da OHCH, possui recursos humanos especializados e criou uma estrutura organizativa consolidada em direções especializadas, departamentos e um sistema empresarial.

A gestão tem a capacidade de conduzir o processo desde a planificação integral estratégica, em seu sentido ambientalista mais amplo:

(economía-sociedad-territorio-hábitat), hasta la recuperación física de inmuebles y espacios urbanos, comprendida la organización y conducción del proceso inversionista que lo garantiza y la posibilidad de gestionar la cooperación internacional (UNESCO, 2006, p. 80).



© Fondos fotográficos del Plan Maestro.
(<http://www.flickr.com/photos/ovpm>)

Fotografia que abarca três dos quinze municípios da cidade de Havana, Cuba.

⁶⁴ Parte de uma das estratégias do Programa Nacional para implementar políticas patrimoniais e culturais em todo o território nacional. "Desarrollo territoriales y ramales" (<http://www.min.cult.cu>)



© Fondos fotográficos del Plan Maestro - (<http://www.flickr.com/photos/ovpm>) – Rua Amargura, Havana Velha, antes do início do Plan Maestro e depois das restaurações.

A gestão da restauração do Centro Histórico da capital cubana é desenvolvida através de um processo auto-financiado com programas socioculturais e econômicos, tendo no turismo um instrumento eficaz para a entrada de receitas.

A Companhia Turística Habaguanex S.A. foi fundada em 1994 e tem a OHCH como sua principal acionista. Esta Companhia tem como pressuposto tornar compatíveis "[...] fines culturales con intereses económicos, mediante la explotación de una recuperada infraestructura gastronómica, comercial y hotelera" (Ibid., p.97). Atualmente, Havana Velha recebe 60% dos turistas que visitam Cuba. Este número indica uma quantia razoável de entrada de recursos para o Centro Histórico, vez que a OHCH tem o uso desses recursos como estratégia voltada à gestão de "Habana Vieja". Não podemos excluir, porém, o fato de que o uso indiscriminado da atividade turística pode trazer à área patrimonial em questão um congelamento⁶⁵, o mesmo que acontece em algumas áreas brasileiras, não diferenciando, assim, um país

⁶⁵ Congelamento de áreas turísticas tem no uso da atividade turística a 'elitização', afastando a atividade da sustentabilidade. Termo associado à idéia de *gentrification*, onde áreas urbanas degradadas, especialmente os centros históricos, são renovadas e enobrecidas, geralmente em favor do turismo. Acontece em locais, como: Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, Williamsburg, Virginia, Estados Unidos e Barcelona, Espanha.

socialista, que tem em sua retórica a função social das atividades turísticas e patrimoniais, de um país democrático, que pode fazer uso comercial do turismo e do patrimônio.

David Soler, de Cienfuegos, e José Vazqu ez, de Havana, discordam sobre qual é a maior fonte de receitas no país. Para Vazqu ez, "la fuente principal de recaudación es precisamente la promoción del turismo", enquanto Soler acredita que é o "conhecimento cubano" aplicado às pesquisas em biotecnologia. De qualquer modo, mesmo em meio às divergências de opinião, uma questão deve ser pensada: o turismo é "usado" por Leal como fonte de receita para a gestão social do patrimônio cultural no Centro Histórico de Havana. Não obstante, os moradores do Centro Histórico, como quase todos os da cidade de Havana, não possuem recursos financeiros para usufruir dos equipamentos turísticos. Enquanto estive na ilha, entrevistei não somente intelectuais mas também pessoas simples, como Victor Manuel, motorista de um 'bicitaxi', que, ao contrário de seu colega Omar, não gosta de viver no país. Para Victor deve haver uma mudança, "hubiera un poco m s de cambio y libertad de expresión porque todo ser humano tiene derecho de libertad de expresión y decir lo que uno siente". Pelas entrevistas, ficou claro que os cubanos não podem freqüentar os hotéis da cidade. Mesmo que, porventura, disponham do dinheiro, os hotéis são proibidos para os cubanos, assim como algumas praias exclusivas para turistas. Outra dificuldade é a moeda. Em Cuba, há duas moedas: uma equivalente ao valor do dólar americano – CUC⁶⁶ e outra, muito desvalorizada: a "*moneda nacional*" ou "*el peso cubano*". Todos os equipamentos turísticos são transacionados em CUC, o que dificulta ainda mais o acesso aos cubanos que recebem seus s rios em *moneda nacional* (a não ser aqueles que trabalham com o turismo, o que gera outro problema: uma sutil divisão de classe na ilha – os que têm acesso ao CUC, moeda forte, e os que não têm). Segundo Omar, no entanto, "aquí (em Cuba) no existe la violencia" e, para ele, o sistema político vigente   justo "porque es un sistema en el que todo el mundo tiene un poquito de lo que hay". Diferentemente de Victor Manuel, Omar defende o sistema socialista cubano, basicamente pelo fato da disponibilidade de boa educa o para todos, "lo que uno aprende es la cultura que uno sigue". Omar se apropria de sua cultura socialista ao

⁶⁶ *Peso Convertible Cubano*. 1 US\$ (dólar americano) = 0,93 CUC (*pesos convertibles*). 1 CUC = 24 *pesos cubanos*.

dizer que, "em qualquer país capitalista ou socialista o ser humano está adaptado a uma costumbre".

No entanto, mesmo com essas disparidades entre turismo e fruição por parte da comunidade havaneira, a gestão de Eusébio Leal consegue alcançar fatores sociais, fomentando os museus como instrumento de inclusão e conhecimento cultural, causando um impacto social de apropriação do patrimônio e sua identificação.



Grupo de Teatro e animação
Tropizancos –
La Habana Vieja, Cuba, 2008.
Fotógrafa: © Isabel León
Candelario.
(<http://www.flickr.com/photos/ovpm>) –

Organisation des villes du
patrimoine mondial
(Organização das
ciudades patrimônio mundial).



Atividade com crianças
na rua Obispo,
la Habana Vieja, Cuba, 2008.

Fotógrafa: © Isabel León
Candelario.
(<http://www.flickr.com/photos/ovpm>).

CAP. 4. PELOURINHO PARA OS BAIANOS



Largo do Pelourinho, Salvador, Bahia, 2009.
Foto: Claudia Melissa.

4.1. O Centro Histórico de Salvador – O Pelourinho

A primeira capital brasileira se solidificou como importante no século XVI devido à sua posição estratégica. Os colonizadores lusitanos, quando primeiramente avistaram a costa baiana, não tiveram dúvidas de que aquela região que o mar cercava e adentrava o continente seria uma localização perfeita para fixar as sedes políticas e econômicas da nova colônia. Como era de praxe nas recém-formadas colônias na época de descobrimentos, a segurança era um dos fatores primordiais, e ali logo foram levantadas as muralhas de proteção da nova cidade. Tomé de Souza, o primeiro governador geral da Colônia, escolheu a área da Baía de Todos os Santos:

[...] onde a existência de um amplo platô, a mais ou menos 65 m acima do nível do mar, facilitaria [...] essa empreitada, possibilitando a construção da cidade em dois níveis – uma 'cidade alta', destinada às zonas residenciais e administrativas, e a 'cidade baixa', voltada basicamente para as atividades portuárias -, reproduzindo um modelo comum à tradição urbanística portuguesa (COUTO, 2000, p.16,17).

A facilidade com que o porto funcionava foi econômica e politicamente relevante para que Salvador se fixasse como a mais importante colônia e a mais expressiva cidade da coroa portuguesa, ficando atrás somente de Lisboa. Mesmo no século XVIII, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, a projeção do porto de Salvador continuou economicamente acentuada para o comércio de produtos que agora já não era somente o monopólio da cana-de-açúcar. Os produtos variavam entre tabaco, minérios descobertos na região da Chapada Diamantina, no interior do estado baiano, e a mão de obra escrava que realizava todos esses feitos.

No fim do século XVII e durante todo o século XVIII, os católicos que já viviam na nova capital se acumulavam em números expressivos, o que, conseqüentemente, trouxe a construção de centenas de igrejas e catedrais católicas. Os casarões e moradias solarengas também marcaram forte presença, aumentando consideravelmente o número de construções monumentais na cidade. Datam desse período os principais monumentos arquitetônicos do Centro Histórico de Salvador.

Apesar da mistura social presente no Centro Histórico da cidade, a segregação física de pessoas por classe social ainda não acontecia. A cidade, no

que concerne à sua estrutura físico-espacial, era semelhante às cidades medievais, onde a mistura de senhores e escravos acontecia no mesmo bairro. A divisão, porém, ocorreu verticalmente. Nos prédios e sobrados, os andares foram divididos para uma ocupação diferenciada: os andares térreos destinados às lojas, depósitos, moradia de escravos e estrebarias, e os andares superiores destinados às famílias ricas e comerciantes, com seus empregados domésticos (Ibid., p.26).

No ano de 1785, contudo, a cidade⁶⁷ de certa forma foi “dividida”. Seguindo orientações da Câmara, com o intuito de regularizar as diversas profissões encontradas entre a população, criam-se as “arruações”, áreas pré-determinadas para ofícios estabelecidos. Ferreiros, caldeiros, latoeiros, tanoeiros, alfaiates e muitos outros são divididos por regiões e ruas do Centro Histórico.

No século XIX, a cidade passa por mudanças consideráveis. Em 1800, a população de cerca de 50 mil habitantes consegue se quadruplicar até 1900. Esse crescimento não se explica somente em termos de crescimento vegetativo. A cidade começou a se expandir para fora do Centro Histórico e das áreas ‘muradas’ da cidade. Grandes obras construídas nos arredores do porto deram origem ao Bairro do Comércio e a cidade seguiu esse fluxo indo em direção ao mar e às falésias. A partir daí, as autoridades públicas iniciaram o trabalho de controle do desenvolvimento público, trabalhando e unindo seus esforços para seguir o exemplo das cidades ‘modernas’ e desenvolvidas’, como Paris, Londres, e o trabalho de higienização, que também estava sendo iniciado no Rio de Janeiro.

Várias atividades consideráveis influenciaram para o que viria a acontecer na cidade quanto ao esvaziamento do Centro Histórico. O crescimento de Salvador para outras áreas, devido à importância econômica do porto, e, conseqüentemente, o crescimento da indústria para outras regiões de Salvador, a ‘higienização’ da cidade, que transferiu os mais abastados para zonas com melhor salubridade e higiene, foram fatores contribuintes para que o Centro Histórico ficasse mais vazio, mais barato, gerando a ocupação de pessoas de classe econômica mais baixa. Viriam a seguir no CHS (Centro Histórico de Salvador) os cortiços, que transformaram os grandes casarões em apartamentos divididos e apertados, para facilitar a ocupação de famílias numerosas com baixo orçamento.

⁶⁷ Nesse capítulo, quando uso o termo “cidade”, me refiro ao Centro Histórico de Salvador, área hoje denominada e reconhecida como Pelourinho. Nessa época, todo o centro urbano de Salvador era restrito ao Centro Histórico.

A partir de então, o CHS começou a se desvalorizar. Os centros políticos migraram para o novo e moderno centro da cidade e a 'democrática' ocupação de antes, em que havia somente a divisão vertical nos sobrados, passa a ser uma divisão de bairros. Os modernos bairros, com largas e arborizadas avenidas, começaram a pertencer às classes mais opulentas financeiramente, enquanto que as áreas com saneamento precário, ruelas espremidas e cortiços amontoados passaram a ser ocupadas pelos menos ricos.

O que se seguiu foi a marginalização da área hoje caracterizada pelo 'Pelourinho', que, na verdade, é somente um largo dentro do CHS: começa a ser centro de prostituição, drogas e serviços ilegais, atividades que se alastraram por todo o local⁶⁸. Aliás, essas atividades ilícitas surgiram, primeiramente, na Cidade Baixa, nos cais do porto e, somente depois da desocupação da Cidade Alta, subiram a ladeira.

Com o passar dos anos e o crescimento da cidade de Salvador para áreas mais afastadas do CHS, a área começou a se deteriorar. Prédios antigos, solarengos, casas monumentais, catedrais e igrejas sofreram a ação das intempéries, do abandono e da falta de gestão política e econômica, que deveria ter visado o antigo centro da cidade e o incluído nas ações de gestão pública com políticas públicas que favorecessem os moradores da área. Ações que não visassem somente a restauração física dos prédios, o que de fato foi o acontecido, mas que tendessem à inclusão social dos moradores em atividades que os tirassem das atividades ilegais, trazendo aos moradores do CHS orgulho de estarem habitando uma área importante não somente historicamente, mas também socialmente inclusiva.

Assim, de fato não demorou para que as autoridades percebessem a importância daqueles monumentos que estavam se esvaindo com o passar dos anos. Durante os quase cinco séculos de ocupação do CHS, vários modelos arquitetônicos ornaram as ruas e avenidas da região. Diferentemente de outras cidades históricas do Brasil, como Ouro Preto, por exemplo, a arquitetura do Centro Histórico de Salvador compreende vários aspectos técnico-construtivos, funcionais e estilísticos. Foi somente na segunda metade do século XVII que a cidade foi

⁶⁸ A área denominada Pelourinho na verdade é somente um largo dentro do CHS. Esse largo está no centro das ruas Gregório de Matos, Alfredo de Brito, Tabuão, Ladeira do Carmo, Passo, Rua das Flores e Pe. A. Gomes.

construída com técnicas e materiais mais resistentes⁶⁹. As edificações da cidade se dividem em três categorias: arquitetura oficial, residencial e religiosa.

Durante todos esses séculos, várias intervenções urbanísticas tomaram conta da cidade. Substituições da arquitetura mais simples e precária, como as casas de taipa que existiram até o fim do século XVII, para casas monumentais foram alterações que caracterizaram um período de transformações econômicas e políticas. Foram várias as ordens da Câmara de Salvador concernentes à arquitetura e ao urbanismo, ordens e padrões estabelecidos pela Câmara que mexeram com as edificações urbanas da cidade, modificando e alterando para sempre o CHS. As resoluções variaram desde o impedimento da colocação de vasos de plantas nas fachadas até a proibição das águas de telhados de irem em direção às ruas.

“Durante o século XIX, as Posturas Municipais ou decretos que buscavam melhorar o padrão das edificações, passaram a ser mais freqüentes” (Ibid., p.49). Visando melhorias não somente de cunho arquitetônico e urbanístico, a Câmara se preocupou também com as questões de salubridade e higiene, pois a sociedade soteropolitana vinha de um surto epidêmico que afligiu a cidade em meados do século XIX.

As preocupações com a região como patrimônio cultural e artístico vieram mais tarde. Depois do ‘esvaziamento’, a ocupação feita por pessoas de baixa renda, o ‘esquecimento’ por parte das autoridades e órgãos competentes e a conseqüente marginalização foram os fatores que levaram à criação de políticas de salvaguarda do CHS.

Houve, porém, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o encaminhamento de um Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho à OEA (Organização dos Estados Americanos)⁷⁰ na Reunião de Governadores em Brasília, do qual resultou a montagem do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1973 e incorporado ao IPHAN em 08 de novembro de 1979. Projetos como esse surgiram na conjuntura de criação da identidade brasileira e o

⁶⁹ É nesse período que os portugueses se livram das invasões estrangeiras e restauram a Coroa Portuguesa (COUTO, 2000, p.48).

⁷⁰ Instituição criada em 1948, ano em que o Brasil se tornou membro, com o objetivo de comprometimento por parte dos países-membros em defender o continente americano, buscando soluções pacíficas para o desenvolvimento econômico, social e cultural (www.oas.org).

nascimento de instituições como o SPHAN, momento histórico nacional relevante para futuras ações de tentativa de proteção à diversidade cultural nacional.

Desde então, o CHS é alvo de projetos de revitalização e preservação (SANT'ANNA, 2003). Porém, apesar de tentativas de acerto, muitos dos projetos não têm ainda em vista as questões sociais que incluem relações dinâmicas da sociedade com a paisagem urbana. O reconhecido tombamento do patrimônio de pedra e cal, instituído em novembro de 1937 pelo Decreto-Lei nº25, não conseguiu abarcar todas as carências físico-sociais provenientes do acúmulo de pessoas que passaram a ocupar os pomposos prédios históricos da cidade, transformando-os em cortiços. Os projetos deveriam abraçar os motes sociais, usufruindo do patrimônio cultural como ferramenta de inclusão social e fortalecimento da identidade cultural.

Em 1984, o IPHAN insere o Centro Histórico de Salvador no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, amparado legalmente pelo Decreto-Lei nº 25. Existe um recorte feito na região e que caracteriza o centro antigo de Salvador em duas áreas: o CAS (Centro Antigo de Salvador) e o CHS (Centro Histórico de Salvador), esse último o tombado pelo IPHAN. O CAS engloba o entorno do CHS⁷¹ e, desde o tombamento, todas as atenções de projetos e financiamentos estão somente voltadas para a área registrada, o popularmente conhecido Pelourinho.

O entorno do CHS aqui englobando as áreas delimitadas pela Lei Municipal nº 3.289/83⁷² como sendo de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador. Esses dois territórios correspondem a 88 setores censitários definidos pelo IBGE, 21 dos quais localizados no Centro Histórico e 67 no seu entorno (GOTTSCHELL, et.al, 2008, p.6).

A inclusão do CAS na área de proteção patrimonial foi de importância crucial para o melhoramento das questões sociais e econômicas. Na verdade, não somente a inclusão como área patrimonial, para trazer à área a importância da obtenção de um título, mas para que questões sociais, financeiras e econômicas fossem

⁷¹ Um mapa do CHS e do seu entorno CAS encontra-se em anexo.

⁷² Lei que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.403 de 1972. A nova Lei vigora com redação alterada no que diz respeito ao: Artigo 1º, capítulo 3, do acervo arquitetônico tombado pelo SPHAN e de áreas de proteção cultural e paisagística, artigo 107: "são consideradas as vinculadas à identidade da cidade, tanto por constituírem ou abrigarem monumentos históricos, quanto por referenciar simbolicamente lugares importantes no âmbito da cidade [...]"; artigo 108: as áreas de proteção cultural e paisagística subdividem-se em áreas de proteção rigorosa e a área de proteção contígua às de proteção rigorosa" (<http://www.cms.ba.gov.br>).

resolvidas como reflexo do poder despendido proveniente das áreas tidas como patrimônio.

Em 1985, um ano após o reconhecimento dado pelo IPHAN, chega a vez de o CHS ser reconhecido internacionalmente pela UNESCO. O Centro Histórico da cidade de Salvador é inscrito pela UNESCO na Lista de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 02/12/1985 (www.iphan.gov.br).

Entretanto, esse importante título recebido pelo CHS não veio concomitantemente aos cuidados necessários. Pelo menos não nesse período. A região conhecida como Pelourinho ainda viveu muitos anos na marginalidade dos serviços ilegais prestados por aqueles que ali precisavam viver.

Nos anos 90, políticos, como Antônio Carlos Magalhães, tentaram reavivar programas de salvaguarda para o CHS. Não se pode dizer se os motivos que levaram tais políticos e seus partidos a tentar trazer à 'luz' o Pelourinho são motivos que deveriam impulsionar a máquina política do país, tais como igualdade social, democratização cultural, educação e saúde para todos os cidadãos. Talvez o Pelourinho fosse, na época, o filão de uma possível reeleição ou tentativa de força política e visibilidade de poder. Sem pretender entrar nessas questões, por mais que despertem o interesse, já que a patrimonialização de cidades e bens históricos e artísticos remete também a questões relativas a poder, e sem preferência por partidos políticos, ou pela eficiência de tais partidos, é fato que:

A intervenção realizada pelo governo do estado da Bahia no centro histórico de Salvador é a maior e a que mais envolveu recursos públicos em toda a história das intervenções em áreas preservadas no Brasil, assim como a que inaugura, nos anos 90, uma espécie de redescoberta do patrimônio urbano como tema de valorização, requalificação, renovação e reestruturação de áreas centrais em várias cidades do país (SANT'ANNA, 2003, p.45)

A área conhecida como Pelourinho, o Centro Histórico de Salvador, designadamente situada entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho⁷³, era suposta a transformar-se em um *shopping* a céu aberto. O projeto, porém, teve um cunho especificamente político. As taxas de impostos, coleta de lixo, manutenção de

⁷³ Terreiro de Jesus, praça que abriga a catedral Basílica e o antigo prédio da Faculdade de Medicina. Largo do Pelourinho, oficialmente Praça José de Alencar, é assim chamado “[...] em razão de ter sido, durante muitos anos, um local de suplício, onde os condenados eram expostos, amarrados ao pelourinho” (www.pt.wikipedia.org/wiki/Largo_do_Pelourinho).

vias públicas, segurança e iluminação, assim como manutenção do exterior dos imóveis foram todos de responsabilidade do governo. Tais fatos marcaram o início da Primeira Fase do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, acontecido de 1992 a 1995, período que foi o ponto de partida para a execução de quatro etapas de quarteirões dentro do CHS.

De acordo com a arquiteta e Diretora do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Márcia Sant'Anna, em seu artigo de maio de 2003 anteriormente citado, as atitudes paternalistas que ainda hoje acompanham as ações políticas no país e, principalmente o Nordeste do país, foram atitudes que travaram o desenvolvimento de projetos que apresentassem uma dinâmica que favorecesse a inclusão social, o pertencimento do patrimônio por parte dos moradores da área, a sustentabilidade e ações que trouxessem “[...] retorno econômico, de significação social e de perspectivas de continuidade” (SANT'ANNA, 2003, p.44).

Durante os anos em que a Primeira Fase do projeto foi desenvolvida, vários problemas foram sendo percebidos. Primeiramente, a população foi expulsa, intensificando a gentrificação. Com o intuito de enobrecer a área e fazer dela um *shopping* a céu aberto, a sustentabilidade estava longe da gestão patrimonial nesse primeiro momento. As lojas abertas com o objetivo de alcançar um público de poder aquisitivo mais elevado e abordar turistas não tiveram bastante êxito. As vendas eram baixas, o turismo não estava obtendo o sucesso desejado e o público mais abastado não estava indo até ao *shopping* a céu aberto para fazer suas compras. O problema, contudo, não foi profundamente identificado. A solução do problema social e do confronto cultural como percebidos nas questões patrimoniais, e de que não se isenta o CHS, devem ser solucionadas com pesquisas densamente desenvolvidas, sendo relevante a participação de antropólogos e sociólogos.

A falta de capacitação dos empresários era perceptível, pois, em um governo que exerce suas funções com excesso de autoridade como forma de proteção, licitações não foram feitas e os governantes tiveram de ir buscar empresários para se fixar na área, vez que o receio de invasão pelos ‘vizinhos’ aos prédios recém-reformados era grande. Todas essas atitudes alteradas foram afastando, pelo menos naquele período, o CHS de receber as interferências necessárias para uma revitalização de sucesso, o que deveria incluir a total participação e inclusão dos moradores, não somente da área em si, mas também a do entorno, assim como o

uso dos prédios (e do solo) restaurados para atividades sociais, culturais, esportivas e educativas. A revitalização não deveria focar unicamente o patrimônio material, uma vez que esse é parte integrante do patrimônio imaterial e vice-versa. Há uma relação dialética *a priori*, que estabelece uma interdependência entre esses dois tipos de patrimônio e que não depende de qualquer registro e tombamento.

A Segunda Fase do projeto, de 1996 a 1999, foi marcada pela tentativa de solucionar os problemas percebidos na Primeira Fase. Estudos e avaliações sobre gestão e funcionamentos foram desenvolvidos. E devido à veleidade do governo, a tentativa de manter o Pelourinho foi levada adiante por um caminho que se tornaria, mais tarde, uma máquina turística excludente. Essa fase ficou mais lenta, tendo somente as suas quinta e sexta etapas desenvolvidas. Essa última ficou conhecida como Quarteirão Cultural e contou com recursos do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), um programa de crédito destinado ao setor público, financiado com recursos do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento).

O partido político que ganhou as eleições municipais de 1996 foi o mesmo que se mantinha no governo do Estado desde 1991. A partir desse fato, a prefeitura começou a participar como parceira do programa. No início, com participação mínima, foi ganhando espaço e, hoje, desenvolve projetos em espaços públicos, como a Praça da Sé (Idem, p.49). Projetos em espaços públicos são muito proeminentes para a projeção do patrimônio cultural, mas deveriam ter como prioridade a identificação da população com o patrimônio, o pertencimento, a intimidade e a sociabilização.

A constatação de que o programa, ao contrário do que pensavam os ideólogos do shopping a céu aberto, não havia sido capaz de deflagrar um processo de reabilitação nas áreas adjacentes, abriu espaço para investimento, ainda que cauteloso e discreto, em outra linha de ação (SANT'ANNA, 2003, p.49).

Essa linha de ação não admite a participação dos moradores desprovidos de recursos, vez que são os comerciantes/empresários visando o turismo que se estabelecem nos quarteirões restaurados, o que não desenvolve a sustentabilidade.

Ditosamente, durante os dois primeiros anos da Segunda Fase, timidamente, ações sustentáveis dentro do mercado imobiliário começaram a engatinhar. Iniciativas privadas começaram a interferir no processo deixando um pouco a mão

paterna do governo de lado. A participação privada se deu através de um convênio⁷⁴ assinado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal. Esse convênio, no entanto, ainda visou somente a proteção do patrimônio de "pedra e cal", promovendo mais ainda as intenções turísticas, que podem ser benéficas se calçadas no turismo sustentável.

O início da sétima etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico foi marcado por diferenças em relação às etapas anteriores. Os financiadores do programa, no caso o BID, por meio do Programa Monumenta, que estabelece um Regulamento Operativo para o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano, na versão de agosto de 2001, “[...] obriga(m) a realização de muitos estudos técnicos com vistas à elaboração de um perfil detalhado do projeto e à demonstração de sua capacidade de auto-sustentação” (SANT’ANNA, 2003, p.50). Essa exigência vem favorecendo a execução dos trabalhos nessa etapa. Aqui, a mão paterna do Estado vai aos poucos perdendo sua força e autonomia. A administração e a manutenção dos imóveis agora estão a cargo dos moradores e do FUNDOCENTRO (Fundo de Preservação Patrimonial da Cidade de Salvador)⁷⁵, questões imperativas do Projeto Monumenta. As ações do Programa Monumenta para a sétima etapa do Programa de Recuperação do Pelourinho buscam a abrangência do uso da museologia, o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e o restauro de edifícios.

A 7ª Etapa do Pelourinho representa uma mudança de paradigma na história de recuperação dos centros históricos brasileiros. A permanência dos moradores na área e a diversidade de usos com foco nas habitações com certeza aumentará a dinâmica e a sustentabilidade da intervenção (www.monumenta.gov.br).

⁷⁴ “Convênio nº 017.99, de 25 de maio de 1999. Embora participando da equipe de implantação do projeto desde 2000, o IPHAN e a Prefeitura só foram incluídos oficialmente na renovação do convênio feita agora em 2002” (SANT’ANNA, 2003, p. 58, Nota nº22). Com o convênio, “Foram selecionados somente imóveis arruinados, que possuem de pé apenas fachada principal e paredes externas. Esses foram desapropriados e, em seguida, através da lei especialmente aprovada para esse fim [...]” (Ibid., p.49).

⁷⁵ “Criado pela Lei Municipal nº5. 853/2000, devendo seus recursos ser (sic) aplicados na conservação dos imóveis existentes na área da 7ª etapa. Esses são provenientes de receitas geradas por imóveis recuperados com recursos do Programa Monumenta, dotações orçamentárias específicas, retorno de recursos do programa aplicados na recuperação de imóveis privados, doações, entre outras” (Ibid., p.58).

Um resumo das restaurações por etapas seria: a primeira etapa foi inaugurada em 1993; a terceira e quarta, em 1994; a "quinta foi concluída, a sexta foi paralisada – embora tenha realizado parte de seu programa de trabalho –" (FERNANDES, s/d), e a sétima foi iniciada em 2006. Todas essas inaugurações aconteceram no aniversário da cidade, com um público de milhares de pessoas e com ilustres presenças de políticos e artistas, como Jorge Amado e Zélia Gattai (Ibid.).

Com as mudanças de paradigma de estratégias na sétima etapa, os problemas habitacionais começaram a buscar uma ainda longínqua solução. Com a retirada da população dos prédios a serem restaurados, a opção mais aceitável para a maioria das famílias muitas vezes foi a indenização. Como relativizou Fernandes (s/d), famílias carentes preferiram receber algum dinheiro e ir morar em outro lugar. Muitas vezes "[...] foram relocados em quartos insalubres por três meses. Depois 'cada um cuida(va) de si' (FERNANDES, p.7,s/d). Felizmente, esta realidade pendeu para mudanças com o começo dos trabalhos da sétima etapa, e com a criação do ER/CAS.



Vista aérea do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho.

Fotografia:
Programa Monumenta.
(<http://www.monumenta.gov.br>)

4.2. O ER/CAS.



Fachada do Escritório de Referência do Centro Antigo, Salvador, Bahia.

Fotografia: Auana Rúbio, 2009.

O Escritório de Referências Culturais do Centro Antigo de Salvador – ER/CAS – foi fundado em outubro de 2007 por um decreto do governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Apresenta-se como uma unidade da Secretaria de Cultura, vinculada diretamente ao secretário de cultura, Márcio Meirelles, que preside o Conselho Gestor. Esse Conselho delibera sobre as ações, aprovando-as em conjunto às atividades do Plano. Todas as ações e atividades do ER/CAS são submetidas ao Conselho Gestor. Inicialmente, foi também criado o ACT – Acordo de Cooperação Técnica, nomeando um grupo de executivos com 18 representantes dos três entes federativos: 6 da União, 6 do Estado e 6 do município. Atualmente, esse número cresceu para 24 representantes. A criação do escritório foi precedida por um seminário em que moradores do CHS apresentaram propostas de projetos para a região. O seminário aconteceu em 2007: “Viver e Morar no Centro Histórico”.

O vantajoso diferencial do ER/CAS e suas ações e projetos é a urgente expansão das atividades até o Centro Antigo, não se restringindo ao Centro Histórico, o que, segundo Auana Rúbio, assessora de comunicação do ER/CAS, não acontecia em governos passados.

O escritório tem como atribuição elaborar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo e articular as secretarias dos três entes federativos, para implantar, em dois anos, uma estrutura de governança para o CAS. O Plano de Reabilitação funda-se em três etapas, que variam em ações de curto, médio e longo prazo. Investimentos em demandas básicas, como iluminação, limpeza e segurança são abrangidas nas ações de curto prazo. Já a elaboração tem como base levantamentos de dados socioeconômicos e proposições. Na terceira fase, quando as ações a longo prazo serão executadas, o foco estará na implantação de uma estrutura de governança, um plano operacional e um fundo de investimentos. Todas essas ações incluem a participação das três esferas governamentais, universidades e sociedade civil, e são discutidas em encontros marcados pelas Câmaras Temáticas, divididas em quatro eixos temáticos: cultura (educação, cultura, turismo e lazer), economia (planejamento, comércio, serviços, emprego e renda), sociedade (direitos humanos, segurança, cidadania e justiça) e infra-estrutura (habitação, infra-estrutura, mobilidade e meio ambiente) ⁷⁶. Cada Câmara Temática é composta de 25 participantes. Tais grupos são formados por representantes dos governos federal, estadual, municipal, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e das instituições de ensino, com o objetivo de avaliar os produtos do Plano de Reabilitação do Centro Antigo e tornar sua construção a mais participativa possível. O mote do Plano para o CAS é: “Bom pra morar, trabalhar, freqüentar e visitar”.

Após os diversos debates da primeira Câmara Temática, muitas demandas surgiram e, dentro das medidas possíveis e cabíveis de urgência, estão sendo atendidas. A transferência da Secretaria de Cultura para o CHS foi uma dessas demandas atendidas, assim como a inserção e inclusão da sociedade civil no grupo executivo.

⁷⁶ Todas essas informações foram obtidas em entrevista concedida pela Diretora do ER/CAS – Beatriz Lima e pela Assessora de Comunicação – Auana Rúbio, em visita ao CHS em janeiro de 2009.



Ambulantes do Centro Histórico recebem coletes de identificação.

Fotografia:
(<http://centroantigo.blogspot.com>).

Na entrevista concedida pela Diretora do ER/CAS, Beatriz Lima, várias questões sobre a preservação do CHS foram abordadas e a importância da criação do escritório foi percebida como um fator crucial para a gestão, não somente do Centro Histórico como também do Centro Antigo. É perceptível a necessidade da inclusão do ‘entorno’ nas políticas públicas de preservação de áreas patrimoniais, que não é caso exclusivo do famoso ‘Pelourinho’. Com o esvaziamento de áreas patrimoniais, os moradores migram para áreas marginais, tornando essas carentes de políticas públicas e gestão.

Beatriz Lima afirma que não há gestão específica para o CHS. “Cada um tem o seu papel” e, assim, percebemos que, mesmo sem a asseveração de sua diretora, o ER/CAS entra como o principal órgão gestor e é um articulador para viabilizar projetos na região. Os recursos para todas as ações de manutenção, preservação, restauração e outros são provenientes do orçamento do Estado para o Plano de Reabilitação. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano assinou um convênio com o Ministério das Cidades para que os recursos fossem repassados. Lima concorda que, no início, os trabalhos de restauro no CHS tinham como foco o turismo. Hoje, entretanto, estão também buscando os moradores e é por esse mister que se faz a inclusão do CAS. O objetivo final do Plano de Reabilitação é dar espaço para todos, desfazendo o caminho da *gentrification*.

É notável a eficácia do projeto ER/CAS. O fato de ter como um dos seus objetivos prioritários a inversão da gentrificação caracteriza a sustentabilidade das ações nas áreas patrimonializadas. A sustentabilidade como preeminência em áreas patrimonializadas deve anteceder qualquer intenção de priorizar atividades culturais como meio de consumo. Os patrimônios materiais e imateriais não podem se sujeitar

a serem produto de consumo e atividades turísticas, vez que estariam fadados ao desaparecimento, à inversão de valores e identidade e ao empobrecimento cultural. Durante vários anos, e em diversos Centros Históricos no Brasil e no mundo, os patrimônios materiais e imateriais foram: “[...] maqui(ados), ou pelo menos simplific(ados) ou banali(zados), (pelas) manifestações culturais com o verniz do consumo” (VELOSO, 2007, p.236). Esse método de preservação já foi visto e tido como ineficaz. Daí o desafio de novas gestões calcadas na sustentabilidade e ações voltadas para a vida social e cotidiana dos grupos sociais.



Largo do Cruzeiro de São Francisco – Pelourinho.

Fotografia:
Ivan Erick/Agecom
(<http://centroantigo.blogspot.com>).



Nova Iluminação do Centro Histórico – Pelourinho.

Rua Gregório de Mattos / Rua João de Deus.

Fotografia:
Ivan Erick/Agecom
(<http://centroantigo.blogspot.com>).

**CAP. 5. CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO
DOS BENS CULTURAIS EM CUBA E BRASIL**



Largo do Pelourinho, 2006,
Salvador, Bahia, Brasil.

Fotografia: Kalle Anka
(<http://www.flickr.com>).

Havana Velha,
Capit6lio ao fundo.
Havana, Cuba.

Fotografia: © Juan
Manuel Martinez,
2005.



5. Cuba, Brasil e o Patrimônio Cultural.

“Desejaria contemplar um mundo no qual a educação visasse libertar o espírito da juventude e não aprisioná-lo numa armadura de dogmas destinada a protegê-lo, ao longo da sua existência, das flechas das provas objectivas. O mundo tem necessidade de corações abertos, de espíritos francos, e não é por intermédio de sistemas rígidos, antigos ou novos, que se poderão obter.”

Bertrand Russell

Ao fazer uso do método comparativo para duas realidades culturais dentro de contextos patrimoniais distintos, busco uma gestão patrimonial que possa servir como modelo de gestão sustentável, com "actuaciones programadas con el objetivo de conseguir una óptima conservación de los bienes culturales" (BALLART y TRESSERRAS, 2001. In: VALECILLO, 2009, p.273). Um dos paradigmas dessas atuações, segundo García Canclini (1987. In: Op. Cit.), é uma gestão participativa que "concibe el patrimonio y su percepción en relación con las necesidades globales de la sociedad, a las demandas previstas de los usuarios". Para que a sustentabilidade se faça presente como estratégia da gestão patrimonial, o paradigma 'participacionista' deve ter um enfoque integral, no qual a sociedade seja um dos mecanismos da gestão. Por acreditar na sustentabilidade como premissa da gestão patrimonial, vejo que o patrimônio cultural de uma sociedade/grupo/comunidade deveria ser, *a priori*, uma representação literal desta. A construção dos patrimônios com base no "poder" e na "excepcionalidade" ainda encontra resquícios nas duas sociedades pesquisadas. Com base nessas afirmações, as comparações a seguir buscam um denominador comum de modelo sustentável de gestão patrimonial.

Em relação à formação do campo patrimonial em Cuba e no Brasil, as diferenças e semelhanças andam lado a lado. São percebidas coincidências entre as trajetórias históricas de ambos os países, na inferência dos acontecimentos, seus motivos e conseqüências.

Os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural dos dois países são autarquias federais, vinculadas aos seus respectivos Ministérios da Cultura. A data de criação desses órgãos também está relacionada: no Brasil, o IPHAN foi

criado, inicialmente com outra denominação, em 1937; em Cuba, a Oficina del Historiador, na cidade de Havana, foi criada em 1938; os dois órgãos foram pensados por intelectuais em governos autoritários (Brasil – governo de Getúlio Vargas (1937 – 1945), Cuba – governo de Fulgêncio Batista (1933 – 1959).

Podemos apenas deduzir o motivo da criação desses órgãos para a proteção patrimonial em governos de poder centralizado. Em Cuba, assim como no Brasil, foi necessário proteger os bens patrimoniais, sair das garras do governo e abraçar os que faziam parte da sociedade, como uma ação de garantia de liberdade de expressão através da arte, mesmo que, paradoxalmente, a proteção fosse direcionada aos bens de uma elite dominante. Por quê? Os primeiros pensadores que racionalizaram sobre os patrimônios culturais em ambos os países voltaram suas pesquisas ao patrimônio arquitetônico e, num primeiro momento, como um ato de rebeldia às imposições dos governos autoritários, buscaram defender as belezas de sociedades que estavam sendo esmagadas por um poder político reacionário. Estética e arte sempre andaram lado a lado, motivo que levou os arquitetos a chamar a atenção de todos para os prédios e monumentos arquitetônicos dotados de beleza (que, obviamente, eram os monumentos e prédios da elite dominante) e tentar fazer a apropriação destes como patrimônio nacional.

Outra coincidência na trajetória histórica dos dois países é a presença dos intelectuais modernistas no cenário patrimonial. No Brasil, o modernista Mário de Andrade lançou o projeto pioneiro de criação de um órgão federal de preservação patrimonial. Em Cuba, antes de Mário de Andrade, José Martí (1853 – 1895), modernista revolucionário, marcou presença histórica como criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e viria a se tornar um ícone da Revolução Cubana.

Em Cuba e no Brasil, o critério da excepcionalidade também se fez presente na patrimonialização dos bens culturais, o que pode ter acontecido devido a um movimento de 'libertação política', de proteção à estética, apropriação e salvaguarda do belo como patrimônio nacional. No entanto, enquanto o Brasil tem caminhado para se livrar do conceito da 'excepcionalidade', transferindo-o para os conceitos de referências culturais, tentando de maneira mais democrática incluir a 'miscigenação' brasileira (formadora da identidade nacional) nas políticas patrimoniais, Cuba ainda se baseia nas políticas das legislações de 1977 (Leis nº 1, nº2 e nº 23). Também, essas leis patrimoniais cubanas já eram ambiciosas para a época, abarcavam em

uma só lei o conceito de patrimônio cultural da nação, os bens arqueológicos da pré-história, da história, literatura, educação, arte e ciência. Diferentemente do Brasil, que conceituou o patrimônio primeiramente como o conjunto de bens móveis e imóveis, de valor excepcional para a arqueologia, etnografia e bibliografia, mas tem sido mais flexível que Cuba na mudança de conceitos e paradigmas.

Cuba foi pioneira na criação de um ministério exclusivo para tratar da pasta da cultura, criado em 1976. O Brasil demorou quase uma década para fazer isso, com o Ministério da Cultura criado em 1985. A legislação patrimonial brasileira é, porém, mais complexa em relação ao país caribenho. Muitas leis compõem o cenário legislativo patrimonial. As leis de proteção ao patrimônio cultural abarcam diversas esferas, desde a sanção de decretos-lei que favorecem a defesa do patrimônio contra o vandalismo, até a proteção de bens patrimoniais submersos; são várias leis, decretos e portarias instituídos ano após ano, dotados de valor legislativo. Já em Cuba, as legislações são mais simples no que concerne à quantidade de leis e decretos. Enquanto o Brasil apresenta um vasto número de leis, decretos, portarias e resoluções em defesa do patrimônio cultural, Cuba possui apenas três leis de relevância, que são as mais importantes no cenário legislativo patrimonial: as Leis nº 1, nº 2 e nº 23.

Mesmo sem um vasto leque legislativo, Cuba inova ao legislar o patrimônio imaterial desde 1977. Com leis que vigoram desde então, em favor dos direitos de autor, previdência social para os artistas, entre outras, o patrimônio imaterial consegue ser protegido sem ser "congelado". Há um critério importante levado em consideração nas legislações cubanas: a "manutenção" dos artistas, que podem continuar produzindo amparados, o que ocasiona o não congelamento de produções artístico-culturais, a dinamização constante da cultura, que segue no movimento de uma geração de artistas para a próxima.

Ambos os países, contudo, usam o termo "excepcional" para conceituar os patrimônios, fazendo da excepcionalidade⁷⁷ um critério da patrimonialização, algo curioso para um país socialista como Cuba. Patrimonializar os bens "excepcionais" da elite dominante em um país de regime igualitário faz com que reflitamos sobre o regime vigente na ilha, assim como sobre a sua função patrimonial. Estamos diante

⁷⁷ Mesmo estando presente o uso da excepcionalidade no patrimônio cultural cubano, não são somente as obras de elite que fazem parte desse patrimônio cultural, como foi visto acima. Bens patrimoniais de cunho popular também pertencem ao patrimônio cultural, principalmente o imaterial.

de um país sinceramente socialista? Deparamo-nos com um patrimônio cultural que abarca a(s) cultura(s) cubana(s) em seu todo complexo? E os critérios de patrimonialização cubanos, como são relacionados e abrangidos? A UNESCO tem mais poder/apropriação sobre o patrimônio cubano do que os próprios membros dessa sociedade? Em Cuba, que "ressonâncias" patrimoniais estão presentes, se de fato existe uma ressonância patrimonial no país? O fato de um país socialista não ter conseguido reverter os paradoxos da patrimonialização de bens culturais e manter como um de seus critérios a "excepcionalidade" das obras da elite dominante e a utilização desse mesmo patrimônio, contraditoriamente, como o pilar de sustentação da identidade sociocultural socialista, trazem à tona questionamentos ainda sem respostas.

Entretanto, o uso do patrimônio imaterial (a cultura popular, a música, a dança, a *santería*⁷⁸, entre outros) tenta contrabalançar o peso da cultura histórica da elite cubana, avançando na busca da igualdade identitária sociocultural. Não obstante, podemos entender que o discurso socialista da Revolução breca na esteira da patrimonialização, mesmo com tantas ações e funções sociais advindas do patrimônio cultural.

Embora um país socialista, Cuba ainda não conseguiu evitar a gentrificação das políticas de patrimonialização. O que o país tem feito, mais especificamente a capital Havana e seu Centro Histórico, Havana Velha, é tentar diminuir esse processo de gentrificação, permitindo somente que os moradores dessa área façam uso das ações sociais desenvolvidas. Os prédios restaurados estão voltados para funções sociais, permitidos aos moradores: residência de idosos, grávidas, crianças carentes, centros escolares e de reabilitação. Paradoxalmente, todos os recursos para tais atividades são provenientes do turismo, atividade muito pouco usufruída pelos próprios cubanos, como já foi dito, devido à falta de acesso ao CUC – moeda forte usada pelos turistas e/ou pessoas que trabalham com os equipamentos turísticos.

O Brasil, de seu lado, inovou na criação do Decreto nº 3.551, criando registros para o patrimônio imaterial brasileiro, mas deveria observar cuidadosamente o não

⁷⁸ *Santería* é uma religião sincretizada do *Yorubá* (religião de algumas partes da África) e Catolicismo; "*Santería* was born of a logical, natural syncretization of *Yoruba* and Spanish Catholic faiths" (*Santería* nasceu de uma sincretização lógica e natural do *Yorubá* e da fé católica espanhola) (BOLÍVAR, Natalia. In: SARDUY; STUBBS, 2005, p.132), (Trad. Nossa).

congelamento das manifestações e produções artísticas, um cuidado para que não faça do patrimônio imaterial uma estática reprodução de bens de consumo. O registro deveria estar acompanhado de uma legislação que ofereça ao produtor do patrimônio imaterial meios para continuar sua produção. Amparados pelas legislações, as gerações vindouras talvez se apropriem mais fortemente das manifestações artísticas de seus antecessores, unindo as ações da contemporaneidade às tradições.

A retórica patrimonial presente em Cuba choca, inevitavelmente, com a função social da gestão patrimonial e turística. Contraditoriamente a essa retórica, as ações estão, de fato, voltadas ao social. Portanto, é discrepante o fato de que os cubanos não possuem recursos para fazer uso dos equipamentos turísticos, que são a fonte de "dinheiro fresco"⁷⁹ na ilha. As duas moedas em Cuba⁸⁰ trazem uma divisão de classes ambígua ao sistema socialista.

Paradoxalmente, o turismo, principal fonte de entrada de recursos na ilha, acaba por gerar um confronto de classes dentro de um país que se tem sacrificado para manter o sistema socialista. A contradição é curiosa: o turismo e sua divisão de classes, mesmo que sutil em um país socialista (os que têm acesso ao CUC e, os que não têm), choca com a legislação e a gestão patrimonial, que protegem os produtores culturais, o patrimônio imaterial não congelado, as aulas-museu, a função social do patrimônio dentro do Centro Histórico, todos benefícios que conflitam com o fato de ele não abraçar o cubano.

Como é possível explicar que países tão diferentes possam adotar políticas similares? Há, nesse caso, a ingerência da UNESCO no cenário legislativo e político nos dois países? As ações e funções patrimoniais, criadas em ambos os países, se criam para que se cumpra uma necessidade internacional de patrimonialização? Esses questionamentos são necessários para que possamos entender os motivos das semelhanças no cenário patrimonial de Cuba e do Brasil. Também para perceber que talvez possa ser um problema das políticas das Nações Unidas (UNESCO), que se junta à dificuldade dos contextos locais de reverter esse modelo.

⁷⁹ Frase de José Vasquéz Rodriguez, entrevistado em Havana Velha, fevereiro de 2008.

⁸⁰ *Moneda nacional*, desvalorizada, é a moeda da grande maioria da população e o CUC, moeda forte e equivalente ao dólar, disponível às pessoas que trabalham com o turismo; os turistas não fazem câmbio de dinheiro por *moneda nacional*, pois esta não é aceita nos lugares turísticos.

O modelo museológico de gestão patrimonial cubano é interessante e talvez possa valer no Brasil. Os museus, usados menos para apreciação estética e mais como um instrumento pedagógico, podem se aliar à preservação patrimonial de uma nação. A partir do momento em que os bens escolhidos como patrimônio cultural abarquem os grupos/etnias culturais de uma região e tenham museus de história, de arte e de várias outras categorias sociológicas, antropológica e ambientais de uma sociedade/grupo/comunidade, eles (em todas as suas categorias) podem ter seus espaços usados para formas de ensino (e, conseqüentemente, haverá apreciação estética), democratizando as diversas formas de expressão do(s) patrimônio(s) cultural(is) da nação. São as coleções museológicas e o público que fazem o museu. Assim, o público deveria estar representado nas coleções e nelas poderia (deveria) se ver refletido. Para tanto, é necessário que haja apropriação/entendimento/respeito da parte de ambos: público e museus. Aulas de história, geografia, arte, música, desenho, pintura, arquitetura, teatro, dança, gastronomia, entre outras atividades, poderiam se desenvolver nesses espaços, não somente na forma de passeio de campo esporádico, em que não há compromisso bilateral (educador/aluno) ⁸¹, mas na forma de aulas que façam parte da matriz escolar das escolas públicas ou particulares.

Ao traçar a comparação de realidades tão distintas, busquei entender o sentido do termo "Ressonância"⁸² conceituado por Gonçalves (2005) e perceber a sua aplicabilidade na gestão dos centros históricos em questão, uma vez que, ao comparar as duas gestões, tentei discutir as vantagens e as desvantagens apreendidas nos dois lugares. O turismo, como foi percebido no decorrer da pesquisa, é um instrumento utilizado nos dois centros históricos, variando entre o turismo benéfico (sustentável e de atração de recursos) e maléfico (comercializando o patrimônio e afastando os moradores do(s) centro(s)). Pelo uso do turismo nas

⁸¹ Em pesquisa realizada como trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação em Turismo Cultural, na Faculdade Araguaia/Instituto Solus, "Cultura Museológica Juvenil em Goiânia" (PRUDENTE, Daniela do Valle de Carvalho, 2007), mais de cem jovens foram pesquisados: cinco escolas de ensino médio e quatro museus. Percebeu-se que os professores possuem pouca ou nenhuma capacitação para as visitas escolares aos museus da cidade. Uma reclamação unânime dos responsáveis dos museus foi a falta de compromisso antes e depois das visitas, da parte dos professores, como dos alunos.

⁸² "[...] (é) o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante" (GREENBLATT, 1991, p.42-56 IN:GONÇALVES, p.19, 2005)

gestões no Brasil e em Cuba, é importante recorrer ao termo "ressonância" e inquirir se há ou não apreensão do patrimônio por parte dos espectadores/moradores, fazendo valer, dessa maneira, o patrimônio como fator de "criação" de uma identidade cultural.

Ao acompanhar a trajetória da atuação dos Estados brasileiro e cubano na esfera do patrimônio cultural, procurei apreender o conceito de patrimônio abordado nos dois países, identificando-o com o conceito de cultura fornecido pelos teóricos da Antropologia, como Roque de Barros Laraia (2006) e Luiz Gonzaga de Mello (2007), que concordam que estudar a cultura é estudar um apanhado de símbolos compartilhados pelos membros de certa comunidade. Os conceitos antropológicos de cultura e de relativismo (DAMATTA, 1987) auxiliaram o entendimento de ações havaneiras e baianas voltadas ao patrimônio cultural, pois foram-me necessários a relativização e o distanciamento durante o trabalho de campo.

No caminho da pesquisa, pude perceber a ênfase dada ao patrimônio de pedra e cal. Apesar de as legislações abrangerem também o patrimônio natural e o imaterial, estes ainda carecem de ações realmente efetivas. O patrimônio imaterial é, de fato, complexo no que concerne às políticas de preservação. Não sendo palpável, as ações a ele voltadas correm o risco de buscar o contraditório, como relatou Cecília Londres:

Qual o objetivo de se criar um instrumento específico para preservar manifestações que não podem e não devem ser congeladas, sob o risco de assim se interferir em seu processo espontâneo? E como evitar que o Registro venha a constituir um instrumento de 'segunda classe' destinado às culturas materialmente 'pobres', porque a seus testemunhos não se reconhece o estatuto de monumento? (LONDRES, 2001, p.189).

Por tudo isso, creio na educação patrimonial como fonte primária de preservação e apreensão do patrimônio cultural de uma nação por parte da comunidade. Através da educação patrimonial, não somente o patrimônio de pedra e cal é entendido como pertencente à nação, mas também as noções imateriais que a compõem. Como apontou Lima Filho (2007, p.21), "a antropologia nasceu nos museus e é marcada pela idéia de preservação desde o início". Destarte, é coerente que, juntamente com a entrada dos antropólogos no campo das idéias sobre o patrimônio cultural no Brasil, sejam, também, dados os passos que incorporem os museus como instrumento de sua gestão, não se fazendo valer meramente de seu uso estético, mas com a complexidade que pensou Pérez: para que os museus

possam "servir de vehiculo para el análisis y esclarecimiento de las contradicciones antagónicas desarrollo de la sociedad, y arribar a conclusiones que contribuyan a la formación ideológica del pueblo" (PÉREZ, 1986, p .27).

Do outro lado, não somente em Cuba é possível presenciar trabalhos merecedores de atenção e destaque dentro dos museus. No Brasil, existem trabalhos e pesquisas museológicas grandiosas, como os trabalhos desenvolvidos pelos: Museu da Maré, no Rio de Janeiro, primeiro museu em uma favela brasileira; Museu Afro-Brasileiro em São Paulo; e Museu Indígena no Alto Rio Negro. O potencial brasileiro de transmitir ondas que repercutam para todas as comunidades da sociedade brasileira e a apreensão e apropriação dos patrimônios culturais próprios de cada comunidade é grande e a educação patrimonial, com o apoio dos museus como instrumentos de gestão, é eficaz para alcançar o sucesso e a ressonância desejada.

Concluindo, a qualidade do patrimônio cultural deve ser a idéia de consolidar a identidade social e cultural de uma comunidade e de diferentes grupos. O patrimônio cultural deve apresentar-se como representação não somente de um grupo elitizado de uma determinada comunidade, mas dos vários grupos/etnias formadores das sociedades: não como um bem de consumo, mas um bem cultural, com apropriação e ressonância dentro das comunidades que o produzem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. **Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, FGV, CPDOC, 1936; arq. GCc 36.03.24/2.

BIESEK, Ana Solange. **Turismo e Interpretação do Patrimônio Cultural**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul – UCS, 2004.

CAPABLANCA, Enrique. **Patrimonio Cultural De La Humanidad; La Habana Vieja y Trinidad**. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas, 1998.

Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COUTO, Adriana Almeida... [et al]. **Centro Histórico de Salvador, Bahia: Patrimônio Mundial** - São Paulo: Horizonte Geográfico, 2000.

CRUZ, Niurka. "Patrimônio Cultural y Turismo. ¿Binomio Sostenible?" Perfiles de La Cultura Cubana. **Revista del Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello**. Maio – Dezembro de 2002.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERNANDES, Ana. **Projeto Pelourinho: Operação Deportação X Ampliação do Direito**. Lincoln Institute of Land Policy. (PPG-AU/FAUFBA) Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. FAUUSP, Sem Data.

FONSECA, Cecília Londres. "Para Além da "Pedra e Cal": Por uma Concepção Ampla de Patrimônio". **Revista TB**, Rio de Janeiro, out/dez, 2001.

FREITAG, Bárbara. "A Revitalização dos Centros Históricos das Cidades Brasileiras". **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006

GANDELMAN, Sílvia Regina Dain. **Acervos Culturais e Acesso ao Público**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica Da Perda**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Ministério da Cultura, IPHAN, 2002.

_____. "Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios". **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, jan/jun 2005.

GOTTSCHELL, Carlota de Sousa (Coord.) et al. **INFOCULTURA – Centro Antigo de Salvador: uma região em debate**. V.1, n.2 (out.2008) – Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2008.

HOBBSAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

<http://www.brasil.gov.br/> Acesso dia 15/10/2008

<http://www.casaruibarbosa.gov.br> Acesso dia 28/02/2009

<http://www.cencrem.co.cu> Acesso dia 15/04/2009

<http://centroantigo.blogspot.com> Acesso dia 01/07/2009

<http://www.cms.ba.gov.br> Acesso dia 25/04/2009

<http://www.cpdoc.fgv.br/> Acesso dia 15/10/2008

<http://www.cubarte.cult.cu/>

<http://www.cultura.gov.br/> Acesso dia 22/10/2008

<http://www.flickr.com/photos/ovpm> Acesso dia 21/06/2009

<http://www.funarte.gov.br/> Acesso dia 28/02/2009

<http://www.habananuestra.com/>

http://www.icomos.org/unesco/unesco_constitution.html Acesso dia 21/08/2008

<http://images.google.com.br/> Acesso dia 02/07/2009

<http://www.ipac.ba.gov.br> Acesso dia 04/05/2009

<http://portal.iphan.gov.br/> Acesso dia 09/02/2009.

<http://www.lei.adv.br> Acesso dia 12/04/2009

<http://www.min.cult.cu/> Acesso dia 20/03/2008

<http://www.monumenta.gov.br> Acesso dia 09/03/2009

<http://www.oas.org> Acesso dia 09/02/2009

<http://www.opushabana.cu> Acesso dia 15/10/2008

<http://www.pacoimperial.com.br> Acesso dia 16/03/2009

<http://www.palmares.gov.br/> Acesso dia 28/02/2009

<http://www.perfiles.cult.cu> Acesso dia 15/06/2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao Acesso dia 15/10/2008

<http://www.priberam.pt> Acesso dia 02/04/2008

<http://www.provincia.fc.it/cultura/antonelli/> Acesso dia 02/03/2009

<http://www.unesco.org.br/> Acesso dia 20/03/2008

<http://www.uniblog.com.br/acaradobrasil/> Acesso dia 02/07/2009

<http://pt.wikipedia.org/> Acesso dia 13/02/2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. "A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil". In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira et al. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. ABA – Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Nem Materialismo, Nem Idealismo: inquietação patrimonial brasileira?** (No Prelo) 2008.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAIS, Rita de Cássia Miranda Zani de. **Políticas Culturais Brasileiras: Uma análise sob a perspectiva da Dívida e Reciprocidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás – UCG, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

PÉREZ, Marta Arjona. **Patrimonio Cultural E Identidad**. La Habana, Cuba: Publicaciones de la Oficina Del Historiador; Madrid: Ediciones Boloña, 1986.

QUINTAS Fátima (org.). **A Civilização do Açúcar**. Sebrae. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

SAINSBURY, Brendan. **Lonely Planet, Cuba**. Australia: Lonely Planet Publications Pty Ltd, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. "A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, Sentidos e Resultados". **RUA**, Salvador, nº 6, pp. 44-59, 2003.

SARUY, Pedro Perez; STUBBS, Jean. **AFROCUBA: An Anthology of Cuban writing on Race, Politics and Culture**. Melbourne, New York: Ocean Press, 2005.

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da Política Cultural no Regime Militar: concepções, diretrizes e programas (1974 – 1978)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, USP. 2002.

SILVA, Patrícia Reis da. **A Postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – UNB, 2006.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

UNESCO, Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. **Una Experiencia Singular: Valoraciones sobre el modelo de Gestión Integral de La Habana Vieja, Patrimonio de la Humanidad**. Madrid: Editorial Boloña, 2006.

VALECILLO, Zaida Garcia. "¿Como acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, un campo emergente en la gestión del patrimonio cultural". **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 7. Nº 2. Págs. 271-280. 2009.

VELHO, Gilberto. "Patrimônio, negociação e conflito". **Mana**, vol.12, nº.1. Rio de Janeiro, Abril, 2006.

VELOSO, Mariza. "O Fetiche do Patrimônio". In: **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas** / Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myriam Sepúlveda dos Santos (organizadores) Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

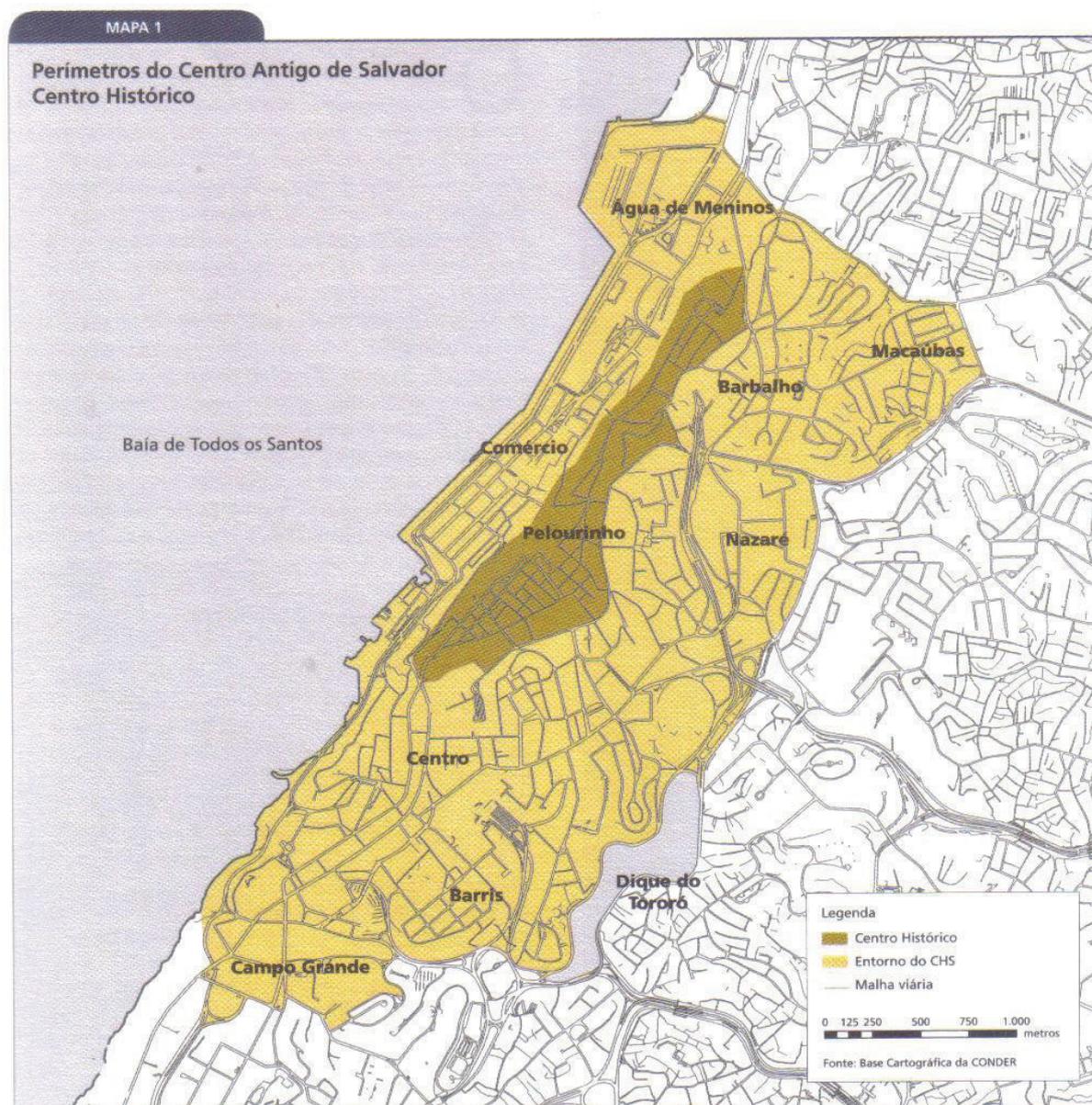
ZANIRATO, Sílvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. "Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável". **Revista Brasileira de História**. vol.26. Nº. 51. São Paulo. Jan./Junho, 2006.

WOORTMAN, Ellen F. **Comparação, método comparativo e família**. Universidade de Brasília. Paper. s/d.

ANEXOS –

ANEXO 1 –

Mapa do Centro Histórico de Salvador e do seu entorno ou Centro Antigo.



Fonte: Infocultura - Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia V.1 N°2 – Outubro de 2008.

ANEXO 2 –

Campanário do Colégio Universitario San Gerónimo de la Habana. Sede de la Facultad de Preservación y Gestión del Patrimonio Histórico-Cultural, Universidad de La Habana.



Fotógrafo: © Juan Carlos González – (<http://www.flickr.com/photos/ovpm>).
Organisation des villes du patrimoine mondial (Organização das cidades patrimônio mundial).

ANEXO 3 –

Plaza Vieja, la Habana Vieja, Havana, Cuba. Projeto de Recuperação Urbana.



<http://www.flickr.com/photos/ovpm> - Organisation des villes du patrimoine mondial (Organização das cidades patrimônio mundial).

ANEXO 4 –



Fundo de parede escavada por arqueólogos em Trinidad, Havana, Cuba.
Fotografia: Daniela Prudente, 2008.

ANEXO 5 –

Objetos encontrados por arqueólogos durante restauração no Pelourinho realizada pelo Programa Monumenta.



Faiança fina – cerâmica branca.



Cachimbos africanos.



Garrafas de vidro.

Fotografias: Programa Monumenta (<http://www.monumenta.gov.br>).